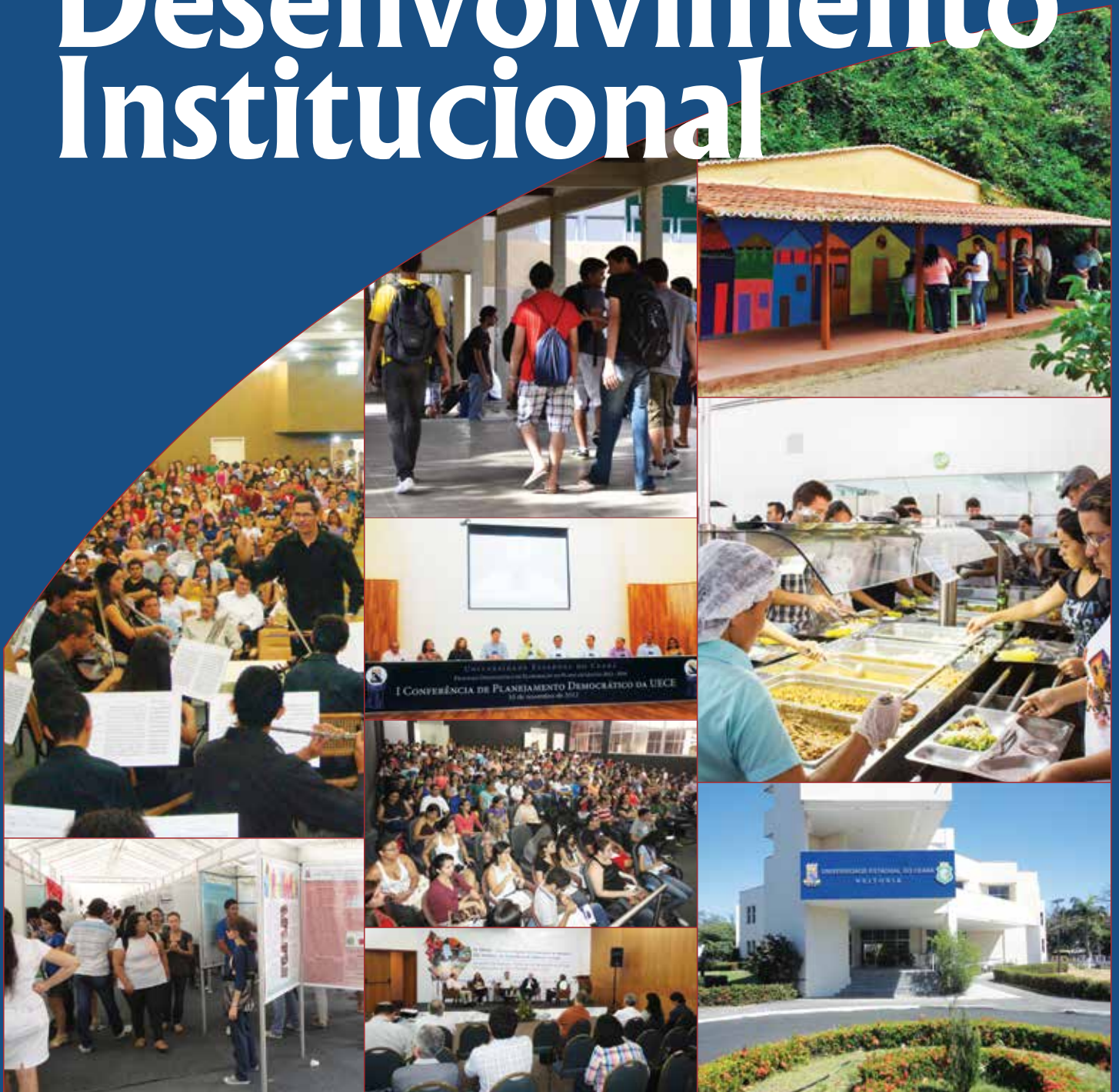




UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Plano de Desenvolvimento Institucional





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Plano de Desenvolvimento Institucional



Fortaleza-Ce
2014

Expediente

Prof. José Jackson Coelho Sampaio
Reitor

Prof. Hidelbrando dos Santos Soares
Vice-Reitor

Prof.^a. Marcília Chagas Barreto
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Jerffeson Teixeira de Souza
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof.^a. Claudiana Nogueira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão

Prof. Giovani Jacó de Freitas
Pró-Reitor de Políticas Estudantis

Carlos Heitor Sales Lima
Pró-Reitor de Administração

Fernando Antonio Alves dos Santos
Pró-Reitor de Planejamento

Prof.^a. Josete de Oliveira Castelo Branco Sales
Chefe de Gabinete

Prof.^a Fátima Maria Leitão Araujo
Pesquisadora Institucional

Prof.^a Francimá Campos Rocha
Ouvidora

Centro de Ciências da Saúde – CCS
Diretora: Prof.^a Gláucia Posso Lima

Centro de Humanidades – CH
Diretora: Prof.^a Letícia Adriana Pires F.dos Santos
Vice-Diretor: Prof. Eduardo Jorge Oliveira Triandópolis

Centro de Ciências e Tecnologia – CCT
Diretor: Prof. Luciano Moura Cavalcante

Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA
Diretor: Prof. Vladimir Spinelli Chagas
Vice-Diretora: Prof.^a Liduína Farias de Almeida Costa

Centro de Educação – CED
Diretor: Prof. José Albio Moreira de Sales
Vice-Diretora: Prof.^a Renata Russo Pinheiro Costa Ribeiro

Faculdade de Veterinária – FAVET
Diretor: Prof. Célio Pires Garcia
Vice-Diretor: Prof. Odanir Cruz Moreira

Instituto Superior de Ciências Biomédicas – ISCB
Diretor: Prof. José Henrique Leal Cardoso
Vice-Diretor: Prof. Nilberto Robson Falcão do Nascimento

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM
Diretor: Prof. João Rameres Regis
Vice-Diretora: Prof.^a Andrea Almeida Cavalcante

Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI
Diretor: Prof. Ricardo Rodrigues da Silva
Vice-Diretor: Prof. Gladeston da Costa Leite

Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC
Diretor: Prof. Jorge Alberto Rodriguez
Vice-diretora: Prof.^a Claudia Régia Damasceno Chaves

Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI
Diretor: Prof. Francisco Furtado Tavares Lins
Vice-Diretor: Prof. Augusto César Porto da Silva

Faculdade de Educação de Crateús – FAEC
Diretora: Prof.^a Cleia Rocha de Sousa Feitosa
Vice-Diretor: Prof. Luís Carlos Leite de Melo

Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC
Diretor: Prof. João Batista Araújo da Silva Junior
Vice-Diretor: Prof. Vicente de Oliveira Sousa Neto

Comissão de Sistematização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI
(2012-2016)

Prof.^a. Ana Augusta Ferreira de Freitas
Prof.^a. Célia Maria de Souza Sampaio
Prof.^a. Fátima Maria Leitão Araújo
Prof. Hidelbrando dos Santos Soares
Prof. Marcos Antonio Paiva Colares

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Bibliotecário Responsável: Francisco Leandro Castro Lopes CRB 3/1103

U58p	Universidade Estadual do Ceará. Plano de Desenvolvimento Institucional / Universidade Estadual do Ceará. — Fortaleza: EdUECE, 2014. 170 p. : il. Comissão de Sistematização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2012 – 2016): Ana Augusta Ferreira de Freitas, Célia Maria de Souza Sampaio, Fátima Maria Leitão Araújo, Hidelbrando dos Santos Soares e Marcos Antonio Paiva Colares. ISBN: 978-85-7826-227-3 1. Ensino superior - planejamento. I. Título. CDD 378.1
------	--

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma do Sistema Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE/ Universidade Estadual do Ceará – UECE.....	101
Figura 2 – Órgãos e Comissões Vinculados à Administração Superior	108
Figura 3 – Vista aérea do <i>campus</i> Itaperi, Fortaleza, Ceará	124

Lista de Quadros

Quadro 1 – Grupos de Pesquisas, por área de conhecimento, cadastrados no Diretório Nacional de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.....	49
Quadro 2 – Cursos presenciais de graduação oferecidos no <i>campus</i> Itaperi de Fortaleza, em 2013	73
Quadro 3 – Cursos de graduação presenciais oferecidos no <i>campus</i> Fátima de Fortaleza, em 2013.....	74
Quadro 4 – Cursos presenciais de graduação oferecidos no <i>campus</i> FAFIDAM de Limoeiro do Norte, em 2013.....	74
Quadro 5 – Cursos presenciais de graduação oferecidos no <i>campus</i> FECLESC de Quixadá, em 2013	75
Quadro 6 – Cursos presenciais de graduação oferecidos no <i>campus</i> FECLI de Iguatu, em 2013.....	75
Quadro 7 – Cursos presenciais de graduação oferecidos no <i>campus</i> FAEC de Crateús, em 2013	76
Quadro 8 – Cursos presenciais de graduação oferecidos no <i>campus</i> FACEDI de Itapipoca, em 2013	76
Quadro 9 – Cursos presenciais de graduação oferecidos no <i>campus</i> CECITEC de Tauá, em 2013.....	76
Quadro 10 – Cursos de graduação a distância oferecidos por polo, no período 2012-2016.....	77
Quadro 11 – Cursos de graduação presenciais especiais (licenciaturas e bacharelados), oferecidos no período 2012-2016.....	79
Quadro 12 – Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> presenciais em funcionamento em 2013.....	79
Quadro 13 – Cursos de pós graduação <i>lato sensu</i> a distância autorizados em 2014	81
Quadro 14 – Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> por unidade acadêmica	82
Quadro 15 – Docentes temporários (substitutos e visitantes) da FUNECE, por titulação.....	87
Quadro 16 – Servidores docentes efetivos da FUNECE, por titulação e regime de trabalho.....	88
Quadro 17 – Servidores docentes efetivos da FUNECE, por classe e regime de trabalho	88
Quadro 18 – Servidores técnico-administrativos da FUNECE, por nível de escolaridade	97
Quadro 19 – Funcionários terceirizados da FUNECE, por empresa contratada.....	97
Quadro 20 – Lista de Periódicos Publicados pela EdUECE.....	111
Quadro 21 – Área construída no <i>campus</i> Itaperi de Fortaleza, Ceará	126
Quadro 22 – Área construída no <i>campus</i> Fátima de Fortaleza, Ceará.....	127
Quadro 23 – Área construída das bibliotecas dos <i>campi</i> da UECE.....	131
Quadro 24 – Laboratórios de Centros e de Faculdades da UECE.....	132
Quadro 25 – Despesa efetivamente empenhada por categoria e natureza econômica no período de 2010 - 2013.....	141
Quadro 26 – Consolidação das despesas efetivamente empenhadas, no período de 2010 - 2013.....	141
Quadro 27 – Captação de recursos federais por meio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRO-PGPq, no período de 2008 a 2013	145
Quadro 28 – Captação de recursos federais por meio da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, no período de 2008 a 2013	145
Quadro 29 – Captação de recursos federais do Sistema UAB/UECE por meio da Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE, no período 2009 a 2013	146

Lista de Siglas e Abreviatura

Área de Proteção Ambiental – APA
Assessoria de Comunicação – ASSECOM
Associação Brasileira de Editoras Universitárias – ABEU
Associação Cearense dos Orquidófilos – ACEO
Atividades Auxiliares de Saúde – ATS
Atividades de Apoio Administrativo e Operacional – ADO
Atividades de Nível Superior – ANS
Banco do Nordeste do Brasil – BNB
Biblioteca Central Antônio Martins Filho – BC
Câmara de Coordenadores de Cursos de Graduação – CCCG
Câmara de Educação Superior – CES
Câmara dos Diretores Lojistas – CDL
Célula de Ações Afirmativas – CAA
Célula de Ações Culturais, Lazer e Esporte – CCELA
Célula de Acompanhamento Pedagógico – CAP
Célula de Assessoramento Pedagógico – CAP
Célula de Assistência ao Estudante – CAES
Célula de Atenção Psicopedagógica e de Saúde – CEPS
Célula de Gestão, Material e Patrimônio – CEMAD
Centro Acadêmico – CA
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
Centro de Ciências da Saúde – CCS
Centro de Ciências e Tecnologia – CCT
Centro de Educação – CED
Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC
Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres – CEPED
Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA
Centro de Humanidades – CH
Centro de Vocação Tecnológica – CVT
Comissão Central de Concurso Docente – CCCD
Comissão Executiva do Vestibular – CEV
Comissão de Gerenciamento de Resíduos Químicos – CGRQ
Comissão Pastoral da Terra – CPT
Comissão Permanente de Acessibilidade – CPAcesso
Comissão Permanente de Análise de Processos Administrativos – CPAPA
Comissão Permanente de Estágio – COPEC
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD
Comissão Própria de Avaliação – CPA
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Comitê de Pesquisa para o Uso de Animais – CEUA
Comitê Gestor de Acesso à Informação – CGAI
Comitê Interno de Biossegurança – CIBio
Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI
Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE
Companhia Energética do Estado do Ceará – COELCE
Conselho de Educação do Ceará – CEE
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE
Conselho Diretor – CD
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Conselho Nacional de Educação – CNE
Conselho Pleno – CP
Conselho Universitário – CONSU
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Coordenadoria Geral de Engenharia e Manutenção – COGEM
Curso de Mestrado Acadêmico em Educação – CMAE
Curso Pré-Vestibular da UECE – UECEVest
Dedicação Exclusiva – DE
Departamento de Contabilidade e Finanças – DECOFIN
Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DERT
Departamento Nacional de Obra Contra às Secas – DNOCS
Diário Oficial do Estado – DOE
Diretor Participativo de Fortaleza – PDP-FOR
Diretoria de Pessoal – DEPES
Diretório Central dos Estudantes – DCE
Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN
Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST
Editora da UECE – EdUECE
Ensino a Distância – EaD
Escola de Administração do Ceará – EAC
Escritório de Cooperação Internacional – ECInt
Estação de Tratamento de Esgoto – ETE
Exame Nacional de Avaliação Discente – ENAD
Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM
Faculdade de Educação de Crateús – FAEC
Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI
Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC
Faculdade de Filosofia do Ceará – FAFICE
Faculdade de Filosofia Dom Aureliano – FAFIDAM

Faculdade de Tecnologia Centec – FATEC
Faculdade de Veterinária – FAVET
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE
Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE
Fundo de Infraestrutura – CTINFRA
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
Gestão Pública por Resultados – GPR
Grupo de Pesquisa em Educação Matemática – GPEM
Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS
Incubadora de Empresas da Universidade Estadual do Ceará – INCUBAUECE
Iniciação Científica – IC
Instituição de Ensino Superior – IES
Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC
Instituto de Colonização e Regoma Agrária – INCRA
Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará – IEPRO
Instituto Federal de Educação Tecnológica – IFCE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP
Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI
Instituto Nordeste Cidadania – INEC
Instituto Superior de Ciências Biomédicas – ISCB
International Standard Serial Number – ISSN
Laboratório de Assessoramento da Avaliação – LAAV
Laboratório de Educação Matemática Malba Tahan – LABOMÁTICA
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
Lei Orçamentária Anual – LOA
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
Mestrado Acadêmico em Administração – CMAAd
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade – MAPPS
Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPP
Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS
Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
Ministério da Educação – MEC
Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP
Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
Movimento dos Sem Terra – MST
Movimento Empresa Júnior – MEJ

Núcleo de Atenção à Saúde – NAS
Núcleo de Atenção Psicopedagógica – NAPS
Núcleo de Auxílio Permanência Estudantil – NAPE
Núcleo de Bolsas de Estudo e de Trabalho e Transporte – NUBOLSA
Núcleo de Educação a distância – NECAD
Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Matemática – NEPEEM
Núcleo de Esporte e Cultura – NEC
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Avaliação do Ensino Superior – NEPA
Núcleo de Eventos e Lazer – NEL
Núcleo de Inclusão Social – NIS
Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT
Núcleo de Solidariedade Universitária – NUSOL
Núcleo Interdisciplinar Cidade, Cultura e Linguagem – CCLIN
Organização Não Governamental – ONG
Orquestra Sinfônica da UECE – OSUECE
Parque Científico e Tecnológico da UECE – TecParque
Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI
Plano de Gerenciamento de Resíduos – PGR
Projeto de Dimensionamento das Necessidades de Pessoal – PDNP
Plano Diretor do Campus do Itaperi – PDCI
Plano nacional de Assistência Estudantil – PNAE
Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR
Plano Plurianual – PPA
Procuradoria Institucional Educacional – PI
Procuradoria Jurídica – PROJUR
Programa Ciências Sem Fronteiras – CsF
Programa de Acompanhamento Discente – PRADIS
Programa de Acompanhamento Psicopedagógico ao Estudante – PROAPPE
Programa de Apoio à Licenciatura Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND
Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO
Programa de Avaliação Institucional – PAI
Programa de Avaliação Institucional da UECE – PROAV
Programa de Competições Acadêmicas – PCA
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores – PDPP
Programa de Educação Tutorial – PET
Programa de Formação Continuada de Gestores de Escolas Públicas – PROGESTÃO
Programa de Infraestrutura – PROINFRA
Programa de Iniciação Artística – IA/UECE
Programa de Iniciação Científica – IC/UECE

Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – ICT/FUNCAP
Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas – PPGCF
Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias – PPGCV
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – POSLA
Programa Especial de Treinamento – PET
Programa Estudante Convênio Graduação – PEC-G.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq
Programa Institucional Iniciação Científica para Ações Afirmativas – PIBIC-Af/CNPq
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBIT/CNPq
Programa Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador – LIFE
Programa Licenciaturas Internacionais – PLI
Programa Monitoria Acadêmica – PROMAC
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA
Programa Nacional de Formação de Gestores Públicos – PNAP
Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC/UECE
Projeto de Reorientação na Formação Acadêmica dos Cursos de Graduação da Área da Saúde – PRO-SAÚDE/PET-SAÚDE
Projeto Pedagógico do Curso – PPC
Pró-Reitoria de Administração – PROAD
Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD
Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN
Pró-Reitoria de Políticas Estudantis – PRAE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq
Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD
Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO
Restaurante Universitário – RU
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará – SECITECE
Secretaria da Fazenda Estadual – SEFAZ.
Secretaria de Apoio a Tecnologias Educacionais – SATE
Secretaria de Cultura – SECULT
Secretaria de Educação a Distância – SEaD
Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI
Secretaria de Ensino Superior e Tecnológico – SEST
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva – SODC
Secretaria Executiva Regional – SER

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
Serviços Especializados de Saúde – SES
Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS
Sistema de Bibliotecas da UECE – SBUECE
Sistema de Gerenciamento de Bolsas – SiGBolsas
Sistema de Informação ao Cidadão – SEI
Sistema de Ouvidoria – SOU
Sistema de Seleção Unificada – SiSU
Serviço de Psicologia Aplicada – SPA
Serviço Nacional da Indústria – SENAI
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES
Sociedade Amigas do Livro – SAL
Sociedade Brasileira de Física – SBF
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
Sociedade de Estudiosos da Memória e Patrimônio Regional da Serra do Baturité – SEMPRE
Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
Tecnologia da Informação – TI
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
Tribunal de Justiça – TJ
Unidade de Educação Profissional – UNEP
Unidade de Pronto Atendimento – UPA
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Universidade de Brasília – UnB
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Universidade Federal do Ceará – UFC
Universidade Regional do Cariri – URCA
Universidade Vale do Acaraú – UVA

Sumário

Apresentação	15
Dimensão 1 – Perfil institucional.....	17
1.1 Evolução Histórica da Universidade Estadual do Ceará – UECE.....	17
1.2 UECE: uma Universidade Multicampi.....	20
Dimensão 2 – Marco Conceitual.....	31
2.1 Missão Institucional	31
2.2 Visão de Futuro	31
2.3 Princípios e Valores	31
2.4 Objetivos Globais.....	32
2.5 Finalidades	34
2.6 Eixos Programáticos e Plano de Ação	34
Dimensão 3 – Projeto Pedagógico Institucional.....	36
3.1 A UECE no Cenário Local, Regional, Nacional e Internacional	36
3.2 Políticas Organizacionais.....	38
3.3 Política de Administração.....	39
3.4 Política de Ensino de Graduação.....	41
3.5 Política de Ensino de Pós-graduação.....	44
3.6 Política de Pesquisa	47
3.7 Política de Extensão.....	54
3.8 Política de Atendimento aos Discentes	56
3.9 Política de Educação a Distância	58
3.10 Política de Ações Inclusivas/Afirmativas	59
3.11 Organização Didático-pedagógica	63
3.11.1 Coordenação do Curso	63
3.11.2 Projeto Pedagógico do Curso – PPC.....	64
3.11.3 Práticas Acadêmico-Profissionais	65
3.11.3.1 A Política de Estágio na Graduação.....	65
3.11.3.2 Implantação e Acompanhamento das Atividades Complementares	66
3.11.3.3 Programas de Apoio à Graduação	67
3.11.4 Programas Especiais de Graduação.....	68
3.11.5 Programa de Acompanhamento Discente.....	70
3.11.6 Empresas Juniores.....	70

Dimensão 4 – Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos.....	72
4.1 Oferta Atual dos Cursos na UECE.....	72
4.2 Cronograma de Implantação de Novos Cursos	83
4.2.1 Bacharelados e Licenciaturas Presenciais.....	83
4.2.2. Bacharelados e Licenciaturas a Distância.....	85
4.2.3 Pós-graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i>	85
Dimensão 5 – Perfil do Corpo Docente	86
5.1 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho dos Servidores Docentes	86
5.2 Critérios de Seleção e Contratação de Servidores Docentes	87
5.3 Perfil do Corpo de Servidores Docentes	88
5.4 Expansão do Corpo Docente Efetivo	88
Dimensão 6 – Corpo Discente.....	89
6.1 Formas de Acesso.....	89
6.2 Admissão e Matrícula.....	90
6.3 Oportunidades de Permanência e Formação Acadêmica	91
6.3.1 Programas e Bolsas vinculados à Graduação	91
6.3.2 Programas e Bolsas vinculados à Pesquisa.....	93
6.3.3. Programas e Bolsas vinculados à Extensão	94
6.3.4 Programas, Bolsas e Projetos vinculados à Política de Assistência Estudantil.....	94
6.4 Organização Estudantil.....	96
Dimensão 7 – Corpo Técnico-Administrativo.....	97
7.1 Perfil do Corpo de Servidores Técnico-Administrativo, Critérios de Seleção e Contratação.....	97
7.2 Políticas de Qualificação, Plano de Cargos e Salários de Servidores Técnicos-Administrativos	97
7.3 Expansão do Corpo de Servidores Técnico-Administrativo.....	98
7.4 Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal.....	98
Dimensão 8 – Organização Administrativa	100
8.1 A Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE	102
8.2 A Universidade Estadual do Ceará – UECE	103
8.3 Órgãos e Comissões de Assessoramento à Reitoria.....	106
8.3.1 Unidade de Educação Profissional – UNEP.....	109
8.3.2 Assessoria de Imprensa e Comunicação – ASSECOM.....	109
8.3.3 Editora da Universidade Estadual do Ceará – EDUECE	110
8.3.4 Escritório de Cooperação Internacional – ECINT	112
8.3.5 Gráfica Universitária	113
8.3.6 Ouvidoria	113
8.3.7 Pré-Vestibular – UECEVEST.....	114
8.3.8 Procuradoria Educacional Institucional – PI	115
8.3.9 Procuradoria Jurídica – PROJUR.....	115
8.3.10 Secretaria de Apoio a Tecnologias Educacionais – SATE	116
8.3.11 Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva – SODC	116

8.3.12 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	117
8.3.13 Sistema de Bibliotecas – SBUECE	117
8.3.14 Comissão Executiva de Vestibular – CEV	118
8.3.15 Comissão Coordenadora de Concurso Docente – CCCD.....	119
8.3.16 Comissão Permanente de Acessibilidade – CPAcesso	119
8.3.17 Comissão Permanente de Análise de Processos Administrativos – CPAPA	119
8.3.18 Comissão Permanente de Patrimônio – CPP	119
8.3.19 Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	119
8.3.20 Comissão Própria de Avaliação – CPA.....	120
8.4 Mudanças na Organização Administrativa	121
Dimensão 9 – Autoavaliação Institucional	122
Dimensão 10 – Infraestrutura e Instalações Acadêmicas, de Pesquisa e de Inovação.....	124
10.1 Infraestrutura Física dos Campi da UECE.....	124
10.2 Infraestrutura dos Polos de Apoio à Educação a Distância	129
10.3 Sistema de Bibliotecas	131
10.4 Laboratórios	131
10.5 Unidades Vinculadas à Inovação Tecnológica	135
10.5.1 Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.....	135
10.5.2 Incubadora de Empresas da Universidade Estadual do Ceará – INCUBAUECE.....	136
10.5.3 Parque Científico e Tecnológico da UECE – TECPARQUE.....	136
10.6 Cronograma de Expansão da Infraestrutura.....	136
10.7 Plano de Gestão Ambiental dos Campi	139
Dimensão 11 – Capacidade e Sustentabilidade Financeira.....	141
11.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira.....	141
11.2 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução	142
11.3 Plano de Investimento Estadual.....	144
11.4 Captação Institucional.....	143
11.5 Instituto de estudos, pesquisas e projetos da UECE – IEPRO	146
Bibliografia.....	147
Anexo A.....	149
Anexo B.....	153
Anexo C.....	162

Apresentação

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (Período 2012-2016), da Universidade Estadual do Ceará – UECE, foi elaborado pela Administração Superior – Gestão 2012-2016, que formulou propostas gerenciais em projeto institucional ampliado e complementado como parte de um processo coletivo de discussões, realizado com os integrantes da comunidade universitária, com base no Plano de Gestão aprovado por ocasião das eleições desse Grupo Gestor.

A Administração Superior vem suscitando o repensar da Universidade e, como resultado, adequa suas estratégias administrativas ao papel que a Instituição deve desempenhar em seu contexto social, conforme expectativas e necessidades dos diversos públicos e de acordo com as estratégias do Governo do Estado do Ceará, mantenedor dessa Instituição de Ensino Superior – IES.

O desenvolvimento Institucional da UECE está aqui proposto, consoante seus papéis na sociedade civil, na organização política e econômica, nas relações com os vários públicos que povoam seu ambiente transacional, ponderadas as competências e deficiências internas, as políticas do Governo Estadual, como também as oportunidades e ameaças que o ambiente conjuntural proporciona a essa Instituição. Assim, este PDI projeta estrategicamente o futuro da UECE, considerando interesses, necessidades e demandas da própria Instituição e de vários setores da sociedade cearense.

A UECE entende seu PDI como documento norteador para a autoavaliação, tendo por base as Metas Institucionais contextualizadas em seu Planejamento Estratégico, conforme Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O PDI/UECE articula os eixos temáticos Perfil Institucional, Gestão Institucional e Organização Acadêmica, Infraestrutura, Aspectos Financeiros e Orçamentários, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, Prioridades Institucionais, Áreas e Macroprojetos Estratégicos, para o período de 2012-2016.

Neste documento são explicitadas as Metas Institucionais a serem atingidas pela UECE, as quais se articulam em torno de objetivos institucionais e buscam envolver, de forma crítica e comprometida, o maior número possível de participantes da sociedade cearense. Com efeito, a Administração Superior da UECE considera imperativo o fato de que a ação institucional decorra de um planejamento que leve em conta uma análise situacional fundamentada em seu trajeto histórico, suas dificuldades e desafios e, principalmente, sua condição de Instituição Pública Estadual destinada a cumprir uma finali-

dade social específica. Deste modo, são estabelecidos objetivos e metas globais a serem alcançados e desafios a enfrentar no período, concentrando o pensamento estratégico nos problemas, e não nos setores, e em políticas claramente direcionadas para toda a amplitude da vida acadêmica.

Os macroprojetos da UECE e suas estratégias de atuação foram definidos com base na análise dos cenários que contextualizam a Instituição, de forma a possibilitar o seu bom desempenho, a percepção deste por parte dos seus públicos de interesse e a realização dos ajustamentos necessários à configuração organizacional e ao redesenho dos processos.

Este PDI 2012-2016 objetiva orientar a criação de condições para que a UECE constitua uma Universidade socialmente referenciada e reconhecida no cenário acadêmico nacional e internacional. Deste modo, os seus valores são reafirmados no desenvolvimento da Missão Fundamental da IES, produzindo, difundindo e deslocando as fronteiras do conhecimento universal, sem descuidar do avanço e da transformação da realidade local, da coletividade cearense, da região Nordeste e do País.

A comunidade ueceana pretende que essa Instituição seja capaz de desenvolver seu PDI 2012-2016 por meio de um planejamento democrático, contínuo e integrado, culturalmente incorporado ao cotidiano, de modo a desenvolver o máximo de sua competência técnica e formal, com a mais destacada competência social. Para isso, todos os que integram a comunidade acadêmica da UECE – professores, servidores técnico-administrativos e alunos – são conclamados ao envolvimento em um desenvolvimento institucional que pretende ser inovador, integrador e participativo.

José Jackson Coelho Sampaio
Reitor

Dimensão 1 – Perfil Institucional

1.1 Evolução História da Universidade Estadual do Ceará – UECE

A história da UECE começa com a Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, que autorizou o Poder Executivo cearense a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, cuja primeira presidente foi a Profª Antonieta Cals de Oliveira.

Com a Resolução nº 02, de 05 de março de 1975, do Conselho Diretor da FUNEDUCE, referendada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março de 1975, foi criada a Universidade Estadual do Ceará - UECE, fruto da junção da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula (1943), Faculdade de Filosofia do Ceará (1950), Escola de Serviço Social de Fortaleza (1953), Escola de Administração do Ceará (1961), Faculdade de Veterinária do Ceará (1963), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (1968) e Televisão Educativa do Ceará – Canal 5. Assim, ao consolidar-se como universidade, a aqueles primeiros cursos de graduação, outros foram gradualmente criados e somados.

Em 1977, o Decreto nº 79.172 de 26 de janeiro de 1977 assinado pelo Presidente da República, concedeu reconhecimento à Universidade Estadual do Ceará, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Posteriormente, a Lei nº 10.262, de 18 de março de 1979, autorizou a transformação da Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, em Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE.

O primeiro Reitor designado para a UECE foi o Prof. Antônio Martins Filho, que, com sua experiência de criador da Universidade Federal do Ceará – UFC se responsabilizou pelos destinos da Instituição de 1975 a 1977, tendo como Vice-Reitor o Prof. Danísio Dalton da Rocha Correa, ambos nomeados pro tempore. Graças ao prestígio e ao empenho do Reitor junto às autoridades estaduais e federais, a nova universidade foi implementada e reconhecida, configurada em centros como se segue: Ciências Sociais Aplicadas – CESA (com os cursos de Administração, Serviço Social, Pedagogia e Ciências Contábeis), Ciências da Saúde – CCS (reunindo as graduações em Enfermagem e Nutrição), Ciências Agrárias (Medicina Veterinária), Ciências Tecnológicas – CCT (com os cursos de Geografia, Ciências da Computação, Matemática, Física e Química) e Ciências Humanas – CH (reunindo os cursos de Letras, Filosofia, História, Música e de Estudos Sociais).

Para o período de 1977 a 1981, foram nomeados como Reitor e Vice-Reitor os Profs. Danísio Dalton da Rocha Correa e João Nazareth Cardoso, respectivamente, nomes provenientes de duas listas sêxtuplas. Antes do fim do mandato, porém, o Prof. Danísio Dalton da Rocha Correa assumiu a titularidade da Secretaria Estadual de Educação. Então, o Prof. Padre Luiz Moreira passou a responder pro tempore pela Reitoria da UECE, mantido o Vice-Reitor.

O governador Virgílio Fernandes Távora designa o Prof. Padre Luiz Moreira para o Reitorado de 1981 a 1984, tendo por Vice-Reitor o Prof. João Nazareth Cardoso. Este período encerra o ciclo de governos militares e o país começa a se abrir para as perspecti-

vas do funcionamento político-democrático. A UECE cresce, incorporando outros cursos de graduação, novas atividades de extensão e as primeiras iniciativas de Pós-Graduação *lato sensu*, pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA.

Uma vez organizadas duas listas sêxtuplas – uma para Reitor, outra para Vice-Reitor – o governador Luiz de Gonzaga Fonseca Mota nomeia os Profs. Cláudio Régis de Lima Quixadá e Perípedes Franklin Maia Chaves, para as respectivas funções, a serem exercidas no período de 1984 a 1988. Este Reitorado foi particularmente fértil no esforço de proporcionar à UECE uma infraestrutura física adequada, tornando o *campus* do Itaperi, sede da Universidade, um canteiro de obras.

O 5º Reitorado da UECE, referente ao período 1988 a 1992, teve como Reitor e Vice-Reitor os Profs. Perípedes Franklin Maia Chaves e Luiz Tavares Júnior, respectivamente, e caracterizou-se pela consolidação da infraestrutura física iniciada no período anterior, avançando para a criação dos primeiros cursos de Mestrado, instalando a Pós-Graduação *stricto sensu* na UECE. Entre 1991 e 1992, foram implantados o Mestrado em Produção e Reprodução de Pequenos Ruminantes, o Mestrado em Letras e o Mestrado em Administração.

Para o 6º Reitorado, período de 1992 a 1996, foram nomeados os Profs. Paulo de Melo Jorge Filho (Petrola) e Hélio Bonfim de Macedo, para as funções de Reitor e Vice-Reitor, respectivamente, pelo governador Ciro Ferreira Gomes. A interiorização e a graduação se consolidam. A graduação cresceu pela multiplicação de cursos de Ciências nos *campi* do interior e pela instalação do *campus* de Tauá. A Pós-Graduação *lato sensu* tomou proporções pela parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação – MEC, em projeto de formação de professores para o ensino superior, com âmbito regional, e a Pós-Graduação *stricto sensu* evoluiu, com a agregação dos Programas de Mestrado em Saúde Pública e em Geografia.

Para o 7º Reitorado, período de 1996 a 2000, foram nomeados pelo governador Tasso Ribeiro Jereissati, para as funções de Reitor e de Vice-Reitor, respectivamente, os Profs. Manassés Claudino Fonteles e Francisco de Assis Moura Araripe. Nesse período os Cursos de Licenciatura Curta e Plena em Ciências foram reestruturados para cursos de Licenciaturas em Matemática, Física, Química e Biologia. Por outro lado, a Pós-Graduação *lato sensu* expandiu-se. Outrossim, o Mestrado em Letras foi transformado em Linguística Aplicada. Projetos de infraestrutura de pesquisa foram, pela primeira vez, financiados por agências federais. Concomitantemente, grande esforço normativo ensejou um novo Estatuto e Regimento Geral, do Sistema FUNECE/UECE, atualizados conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior Brasileira.

Para o 8º Reitorado, no período de 2000 a 2004, foram nomeados pelo governador Tasso Ribeiro Jereissati, para as funções de Reitor e de Vice-Reitor, respectivamente, os Profs. Manassés Claudino Fonteles e Francisco de Assis Moura Araripe, por meio de processo político decorrente do novo Estatuto da UECE, que passou a autorizar reeleição e transformava as duas listas sêxtuplas, independentes, para Reitor e Vice-Reitor, em uma só lista tríplice, com as funções de Reitor e de Vice-Reitor integradas em chapa única. Nesse Reitorado o Instituto Superior de Ciências Biomédicas – ISCB foi concebido e

implantado, iniciando a integração das disciplinas afins e de organização específica da pesquisa. O Curso de Medicina foi criado.

O 9º Reitorado, com o objetivo previsto para concluir o período previsto para o 8º, foi exercido pelo Prof. Francisco de Assis Moura Araripe, que assumiu a Reitoria da UECE no período de outubro de 2003 a maio de 2004 após a saída do Prof. Manassés Claudino Fonteles, antes de concluir o mandato, para assumir funções junto à universidade Mackenzie.

Para o 10º Reitorado, no período de 2004 a 2008, foram nomeados pelo governador Lúcio Gonçalo de Alcântara, para as funções de Reitor e de Vice-Reitor, respectivamente, os Profs. Jáder Onofre de Moraes e João Nogueira Mota (Prof. Moraes). Nesse período foi criado o curso de Psicologia e foi realizada a 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, pela primeira vez sediada em *campus* de universidade estadual fora do eixo Sul-Sudeste, em comemoração aos 30 anos de fundação da UECE. A profunda corrosão dos salários, no entanto, conturbou este período, pela ocorrência de três grandes greves docentes, que resultaram, no final do período, na implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, por meio de mediação direta entre o movimento docente (reunindo sindicatos das três universidades estaduais cearenses – UECE, URCA e UVA) e o Governo Estadual que tomou posse em 2007.

A Administração Superior da UECE, no 11º Reitorado, período 2008 a 2012, foi exercida pelos Profs. Francisco de Assis Moura Araripe e Antonio de Oliveira Gomes Neto, Reitor e Vice-Reitor, respectivamente, nomeados pelo governador Cid Ferreira Gomes. Nesse período, implantou-se o PCCV, carecendo ainda da regulamentação de alguns dos seus Artigos – principalmente no tocante à carreira docente e aos afastamentos para Pós-Graduação e Pós-Doutorado. Recuperou-se a infraestrutura a serviço do ensino e pesquisa, pela obtenção de grandes projetos estruturantes. A partir de ações político-acadêmicas estruturou-se uma rotina do funcionamento democrático de todos os órgãos de deliberação coletiva.

O 12º e atual Reitorado da UECE, período 2012 a 2016, é exercido pelos Profs. José Jackson Coelho Sampaio e Hidelbrando dos Santos Soares, respectivamente Reitor e Vice-Reitor, nomeados pelo governador Cid Ferreira Gomes. Importantes eventos marcam o início da atual administração superior como o processo de Planejamento Democrático da UECE, que findou com a elaboração do Plano de Gestão 2012-2016 e a realização do concurso público para professor efetivo que ampliou em 76 vagas o quadro docente, repondo perdas históricas decorrentes de falecimentos e exonerações. Além disto, o Governo Estadual resolveu estabelecer o investimento anual de 12,5 milhões, para o período 2013/4, com dotação antecipada, o que permitiu a Reitoria programar os gastos com mais autonomia e iniciar um programa de gestão de obras cujo o intuito é contornar as carências de infraestrutura da UECE.

1.2 UECE: uma Universidade *Multicampi*

A UECE desde o seu nascimento se organiza numa estrutura *multicampi*, cada vez mais privilegiando o ensino da graduação e da pós-graduação (*lato e stricto sensu*), a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica. Seus cursos são distribuídos em cinco centros e sete faculdades, órgãos da Administração Intermediária da UECE, que têm por finalidade supervisionar, mediar, integrar e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em campos de conhecimento específicos, delimitados administrativamente.

Na evolução histórica da UECE, contada em seus documentos oficiais, as expressões processo de interiorização e de expansão de ensino superior estão presentes, indicando a atuação institucional em diversos municípios do Estado do Ceará, com a criação de unidades no interior, em cidades com maior índice populacional e/ou expressiva demanda social por equipamento de natureza acadêmica. A interiorização das universidades foi um fato muito presente no contexto brasileiro, com origem nos anos 1960, produzindo discussões sobre os modelos da universidade, com as conceituações e configurações diversificadas.

Do ano de 1990 em diante, efetivou-se com maior ênfase a discussão das expressões universidade *multicampi* ou *pluricampi*. O termo *multicampi* pode ser atribuído à UECE por caracterizar as universidades assim denominadas, como aquelas que traduzem “enlaces importantes, de natureza geográfica, regional e urbana, por meio da realização de sua missão” (FIALHO, 2000, p. 131).

Nesta perspectiva, a UECE tem uma estrutura organizacional que integra unidades em Fortaleza e no interior do Ceará, exercendo uma gestão de caráter colegiado, com atuação espaciotemporal em contextos diversificados. Essa estrutura funciona baseada em modelo de gestão democrática, associado a um processo de avaliação, ensejando decisões plurais, adequadas a contextos específicos.

Por ser uma universidade estadual, de natureza pública, a UECE está integrada aos modelos organizacionais desse estado-membro, estabelecendo um diálogo com diversas instâncias governamentais, buscando a flexibilidade de processos e procedimentos administrativos, mantendo sua autonomia como instituição universitária, com vinculação a outros níveis de planejamento e regulação, no âmbito municipal e no contexto federal.

Para o período 2012-2016, a UECE, como instituição *multicampi*, deverá ter ampliado o debate de sua missão e estrutura organizacional, de forma contínua e coletiva, na perspectiva de sua relação com os contextos específicos das unidades do interior e da capital, refletindo sobre suas peculiaridades culturais, suas necessidades estruturais e pedagógicas e seus valores humanos, como um continuum democrático em busca da efetivação de suas funções sociais.

A UECE, na qualidade de instituição acadêmica *multicampi*, tem, portanto, uma identidade que a diferencia de outras instituições universitárias que não adotam este modelo, o qual, por sua natureza, exige maior interdependência institucional, com gerenciamento descentralizado e decisões adequadas a distintos contextos. Portanto, neste Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2012-2016, o desafio

é conferir maior consistência à missão da UECE, qual seja: produzir e disseminar conhecimentos e formar profissionais para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da região.

Campi da UECE

A UECE é uma universidade *multicampi* e possui além dos três *campi* na Capital, oito unidades no interior do Ceará.

A. Campi da Capital

Na capital do estado, existem três *campi*, o *campus* Itaperi, localizado no bairro de mesmo nome (sede da administração superior), onde funcionam o Centro de Ciências da Saúde – CCS, o Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, o Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, a Faculdade de Veterinária – FAVET, o Centro de Educação – CED, e parte do Centro de Humanidades – CH, além do Instituto Superior de Ciências Biomédicas – ISCB; o *campus* Fátima, localizado no bairro de mesmo nome (sede da Direção e de parte do Centro de Humanidades – CH), e o *campus* 25 de março, localizado no centro da cidade e vinculado ao CESA, onde se encontra em instalação a Unidade de Excelência em Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Regional.

A.1 Campus Itaperi

Centro de Ciências da Saúde – CCS

Após a instalação concreta da UECE no ano de 1975, foram instituídos os centros que iriam abrigar os cursos de graduação, entre os quais o Centro de Ciências da Saúde – CCS composto àquela época pelos cursos de Enfermagem (oriundo da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula), Medicina Veterinária (procedente da Faculdade de Veterinária do Ceará) e Nutrição (primeiro curso da área de saúde criado pela UECE), sob a direção do Professor Emmanuel Maia dos Santos Lima. Onze anos depois, em 1988, o curso de Medicina Veterinária foi desvinculado do CCS e vinculado então a recém-criada Faculdade de Veterinária.

Transcorridos 16 anos de sua instituição, o CCS cria seu primeiro curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, feito que impulsionou a instituição de outros cursos de graduação e pós-graduação.

Destacam-se os principais fatos: foram fundados os seguintes cursos de graduação: em 1998, Ciências Biológicas; em 2002, Educação Física; e em 2003, Medicina. Relevante também foi a criação dos seguintes cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*: Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas, em 1999; Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente, em 2003; Mestrado Acadêmico em Cuidados Clínicos em Saúde, em 2005; e o Doutorado em Saúde Coletiva, em 2006, em Associação Ampla UECE, UFC e UNIFOR. Em 2011, o primeiro Doutorado do CCS: o de Cuidados Clínicos em Saúde e Enfermagem, e em 2013, o Doutorado próprio em Saúde Coletiva e o Doutorado em Ciências Fisiológicas.

Ao CCS vincula-se o *Campus* de Educação Ambiental e Ecológica situado na cidade de Pacoti.

Centro de Humanidades – CH

Vinculados ao Centro de Humanidades, mas com sede no *campus* Itaperi, funcionam os cursos de graduação em Ciências Sociais, História, Música e Psicologia e um de Artes Plásticas, na modalidade à distância, bem como o Mestrado Acadêmico em História e Culturas; e o Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, em parceria CH/CESA.

Desde 2012, com a vinda do curso de Psicologia para o *campus* do Itaperi foi criado o Serviço de Psicologia Aplicada – SPA, um espaço de ensino, prática e pesquisa, conforme estabelecido em suas Diretrizes Curriculares. O SPA viabiliza a inter-relação entre a UECE e comunidade, em especial a localizada no entorno do *campus* e o público interno (alunos, professores e servidores), efetivada por meio de atividade supervisionada de alunos, oferecendo gratuitamente psicoterapia individual e em grupo para crianças, adolescentes e adultos, além de psicodiagnóstico e avaliação psicológica.

Centro de Ciências e Tecnologia – CCT

O Centro de Ciências e Tecnologia – CCT surgiu a partir da instalação da UECE, em 1975, e teve como primeiro diretor o Professor Caio Lóssio Botelho. Dentre os principais objetivos do CCT destacam-se: proporcionar uma sólida formação de base em Ciência e Tecnologia, bem como a prática de uma aprendizagem continuada e sistematizada, que permita aos seus graduandos integrarem aspectos técnico-científicos, sociais e humanísticos, de forma a torná-los agentes de mudança e de inovação na sociedade, respondendo às necessidades da sociedade em geral e do sistema produtivo em particular.

O CCT é constituído por quatro cursos de licenciatura – Geografia, Física, Química e Matemática e três de bacharelado – Ciência da Computação, Geografia e Física. No ano de 2009, a UECE passou a ofertar os seguintes cursos de graduação na modalidade à distância: Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química e Licenciatura em Informática, ministrados sob o abrigo de convênio firmado pela UECE com o MEC/FNDE/UAB, com núcleos de apoio nos seguintes municípios: Maranguape, Mauriti, Orós, Missão Velha, Piquet Carneiro e Tauá.

Em relação aos programas *stricto sensu*, o CCT conta com os seguintes Mestrados Acadêmicos: Ciência da Computação, Ciências Físicas Aplicadas, Recursos Naturais e Geografia. Além disto, os Mestrados Profissionais em Computação Aplicada, Gestão de Negócios Turísticos e Matemática (Rede Nacional) estão abrigados no Centro. Em 2010, foi criado o Doutorado em Geografia.

Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA

O Centro de Estudos Sociais Aplicados é constituído por três cursos de graduação – Administração, Serviço Social e Ciências Contábeis. Seu primeiro diretor, nomeado quando da incorporação dos cursos de Administração e Serviço Social à UECE, em 1975, foi o Professor Júlio César do Monte.

O curso de Administração é singularizado no cenário universitário cearense pelo seu pioneirismo. Surgiu em 1960, como Escola de Administração do Ceará – EAC, com origem numa organização da sociedade civil denominada Instituto Cearense de Admi-

nistração. No gênero, trata-se de um dos primeiros cursos instalados no Brasil. Em 1975, a EAC foi incorporada à UECE, na condição de curso de Administração.

O curso de Serviço Social foi criado em 1950, por iniciativa do Arcebispo de Fortaleza, Dom Antônio de Almeida Lustosa, e da Associação de Educação Familiar e Social. Com a criação da UECE, ele foi incorporado ao CESA. Durante 55 anos foi o único curso de graduação do gênero existente no Ceará, responsável pela formação de Assistentes Sociais, é atualmente o único em IES pública neste estado.

O curso de Ciências Contábeis é o mais recente desse Centro. Foi iniciado em 1987, para atender a uma demanda reprimida de pessoas desejosas de ingressar no ensino superior, buscando a formação na área contábil, além da constante e crescente necessidade do mercado de trabalho. Ressalte-se que só existiam, até então, três cursos superiores em Contabilidade no estado do Ceará.

Vale ressaltar que o CESA mantinha, até o ano de 2009, a habilitação em Administração Pública, conservando a tradição da formação nessa área, a qual foi instituída quando da criação da Escola de Administração do Ceará. Julgou-se, no entanto, que era necessário um esforço maior da Universidade em prol da formação dos agentes públicos, fortalecendo e modernizando a Gestão Pública no meio local. Assim, o curso tornou-se uma referência regional, criando-se junto a ele um núcleo voltado para o estímulo à interiorização do ensino, por meio de cursos a distância, além de atividades de pesquisa e de extensão voltadas à qualificação dos agentes públicos.

Também abrigado no CESA está o curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade à distância, que hoje é oferecido nos polos de Brejo Santo, Campos Sales, Itapipoca, Jaguaribe, Mauriti e Quixeramobim. Esta não é a única experiência do Centro com Educação à Distância, pois em 2006 participou de um Projeto Piloto Nacional com o Bacharelado em Administração, ofertado em cinco polos.

Em termos de pós-graduação *stricto sensu*, o Centro abriga o Mestrado Acadêmico em Administração – CMAAd, criado em 1991, o Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPP, criado em 2005 e o Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS, criado em 2012. Em parceria com o Centro de Humanidade, o CESA ainda oferece o Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade – MAPPS, criado em 2000.

Ao CESA vincula-se a Unidade de Excelência em Empreendedorismo, Inovação, e Desenvolvimento Regional, situado no *campus* 25 de Março.

Faculdade de Veterinária – FAVET

O Projeto de Lei criando a Faculdade de Veterinária do Ceará foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 1962. Funcionando no início de suas atividades à Rua Princesa Isabel, no centro de Fortaleza, seu primeiro vestibular deu-se em março de 1963 e, quatro anos depois, a Faculdade de Veterinária do Ceará se instalou nas dependências da Fazenda Experimental, doada pelo Ministério de Agricultura, localizada no Itaperi.

Com a criação da Universidade Estadual do Ceará, em março de 1975, a Faculdade de Veterinária do Ceará foi encampada, à semelhança do Curso de Enfermagem, pelo Centro

de Ciências da Saúde – CCS, tornando-se curso de Medicina Veterinária. Em novembro 1987, esse curso foi desmembrado do CCS, mediante ato homologado pelo Conselho Universitário – CONSU, tornando-se, novamente, Faculdade de Veterinária – FAVET.

Com a missão de produzir e disseminar conhecimentos e formar profissionais aptos a promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida na região, a FAVET, ao longo de sua existência, formou médicos-veterinários cuja atuação merece destaque dentre as diversas regiões do País, desenvolvendo trabalhos nas áreas de extensão rural, clínica médica e cirúrgica de pequenos e de grandes animais, pesquisas agropecuárias, magistério superior, saúde pública, dentre outras.

A FAVET possui um curso de graduação, Medicina Veterinária, instalado em 1963 e um curso de pós-graduação, com mestrado e doutorado, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias – PPGCV, o único programa com nota 6,0 (seis) na área de Ciências Veterinárias do Nordeste, um dos seis do estado do Ceará e o único da UECE.

À FAVET vincula-se o Campus de Experimentação Agropecuária situado na cidade de Guaiuba.

Centro de Educação – CED

O Centro de Educação – CED foi criado pela Resolução nº 189/1998-CONSU, de 16 de outubro de 1998. O CED desenvolve suas atividades por meio das quatro coordenações integrantes de sua estrutura: curso de Pedagogia, Educação a Distância, Ensino *lato sensu* e Programa de Pós-Graduação em Educação, com área de concentração em Formação de Formadores.

O pedagogo formado pelo atual curso de Pedagogia é o docente profissional habilitado para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental e nas disciplinas pedagógicas de nível médio. Recebe, ainda, o preparo para o apoio e coordenação do trabalho pedagógico.

O Programa de Pós-Graduação em Educação teve seu início com o curso de Mestrado Acadêmico em Educação – CMAE, criado em 2002, com área de concentração em Formação de Professores, iniciou suas atividades em 2004. Em 2011, foi criado o Doutorado em Educação.

Instituto Superior de Ciências Biomédicas – ISCB

O Instituto Superior de Ciências Biomédicas – ISCB é constituído, primordialmente, por laboratórios de pesquisa científica experimental na área de Ciências Biomédicas. O ISCB foi criado em 2003, com a finalidade de supervisionar, mediar, integrar e assessorar as atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão no Campo das Ciências Biomédicas. Dentre os objetivos do ISCB, destacam-se: realizar e fomentar a pesquisa científica original, principalmente aquelas voltadas para temas do semiárido do Nordeste; promover a utilização do conhecimento mediante a extensão universitária; integrar a pesquisa com os ensinamentos de Pós-Graduação e graduação; e promover a interiorização da pesquisa científica experimental, levando-a aos *campi* da UECE no interior do estado do Ceará.

O ISCB visa incrementar a excelência da produção científica na área com a promoção da multidisciplinaridade dos estudos. Para tal, mantém um corpo de pesquisadores, também professores de graduação, lotados em centros e faculdades da UECE como o CCS, o CCT e a FAVET. Desde a fundação do ISCB, esses pesquisadores mantêm sob a sua coordenação vários laboratórios de pesquisa, aos quais se agrega uma população de alunos de Pós-Graduação ligados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas – PPGCF, criado em 2013, com a aprovação do doutorado, e ao doutorado da Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO.

A.2 Campus Fátima

No *campus* Fátima, localizado na Avenida Luciano Carneiro, em Fortaleza, funciona a Direção do Centro de Humanidades – CH, o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – POSLA; o Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS; o Mestrado em Filosofia; e os cursos de graduação em Letras (Português, Inglês, Francês e Espanhol) e em Filosofia.

O CH foi também constituído com a implantação da UECE em 1975, tendo se originado da antiga Faculdade de Filosofia do Ceará – FAFICE, que contava com os cursos de Filosofia e Letras em funcionamento desde 1947, ano de sua criação. Em 1966 a FAFICE foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará e, em 1967 transformou-se em autarquia. O primeiro diretor do CH, nomeado quando da criação da UECE foi o Professor Pe. Luiz Moreira.

Merece destaque o principal programa de Extensão Universitária do CH – o Núcleo de Línguas, no qual funcionam cursos regulares de Espanhol, Francês, Grego, Inglês, Italiano, Latim e Japonês, ofertados no *campus* Fátima e no *campus* Itaperi, além de cursos com oferta eventual como Coreano, Chinês e Ebraico.

A.3 Campus 25 de março

O *campus* 25 de Março, vinculado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, é o berço do curso de Administração da UECE, que atualmente funciona no *campus* do Itaperi, e abrigará a Unidade de Excelência em Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Regional. O espaço busca consolidar a pesquisa em Inovação e Empreendedorismo, através do desenvolvimento de um ambiente acadêmico de integração entre atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nas bases do projeto está a assinatura de um convênio, entre a UECE e a Faculdade CDL, que estabelece a atuação conjunta do espaço pelas duas Instituições. A recuperação da estrutura física do *campus* prevê, além da reforma do prédio, a instalação de laboratórios de pesquisa em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, a construção de auditório e de um Salão da Inovação e do Empreendedorismo. A UECE responsabilizar-se-á pela pós-graduação *stricto sensu*, a Faculdade CDL pela graduação tecnológica e ambas se responsabilizarão pela pós-graduação *lato sensu*.

B. Campi do Interior

No interior do estado consolidaram-se oito *campi*, cada um em municípios situados estrategicamente na perspectiva microregional do Ceará, quais sejam: Limoeiro do Norte, na Região Jaguaribana – com a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano – FAFIDAM; Quixadá, no Sertão Central – com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC; Iguatu, na Região Centro-Sul – com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI; Crateús, na Região Oeste/Ibiapaba – com a Faculdade de Educação de Crateús – FAEC; Itapipoca, na Região Noroeste – com a Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI; e Tauá, na Região dos Inhamuns – com o Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC. Existe ainda a Fazenda de Experimentação Agropecuária Dr. Esaú Accyoli de Vasconcelos, localizada em Guaiúba, vinculada à FAVET, e o *Campus* Experimental de Educação Ambiental e Ecologia de Pacoti, vinculado ao CCS.

B.1 *Campus* de Limoeiro do Norte – FAFIDAM

Nos anos 1960, Dom Aureliano Matos, então bispo da Diocese de Limoeiro do Norte/CE, reivindicou ao governo estadual a criação de cursos superiores nessa cidade. Após a morte de Sua Eminência Reverendíssima, e em homenagem a aquele, o governador do estado, Cel. Virgílio Távora, criou, por meio da Lei nº 8.557, de 19 de agosto de 1966, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM. Estruturada como autarquia estadual, a FAFIDAM, em janeiro de 1967, devido a Lei nº 8.716, passou a gozar de autonomia administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar, a exemplo da Faculdade de Filosofia do Ceará, da Escola de Administração e da Escola de Veterinária do Ceará.

A abertura dos cinco primeiros cursos de licenciatura da FAFIDAM, Letras, Pedagogia, História, Geografia e Matemática, foi autorizada pelo Conselho de Educação do Ceará, pelo Parecer nº 425/1968. Em 08 de novembro de 1977, foi publicado no Diário Oficial do Ceará o Decreto nº 8.295, que autorizava a abertura das inscrições para o primeiro Concurso Público de Provas e Títulos para o ingresso, no magistério superior, de profissionais que formariam o corpo docente da então recém-criada Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

A realização do primeiro concurso vestibular da FAFIDAM aconteceu no dia 03 de janeiro de 1968 e a aula inaugural da instituição foi proferida pelo historiador Raimundo Girão, então secretário da Cultura do Estado do Ceará, no dia 08 de agosto de 1968.

Até o ano de 1973, por ser uma autarquia estadual, a FAFIDAM teve personalidade jurídica e independência orçamentária. Desde então, passou a ser mantida pela Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, criada pela Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, extinguindo, assim, as autarquias estaduais de educação. Em 1981, a FAFIDAM é integrada à Universidade Estadual do Ceará – UECE, por parecer do Conselho Federal de Educação, passando a obedecer ao regimento desta universidade.

Atualmente a FAFIDAM conta com nove cursos de Licenciatura, quais sejam: Geografia, História, Letras/Português, Letras/Inglês, Pedagogia, Ciências Biológicas, Matemática, Física e Química. Além dos cursos de graduação, a FAFIDAM também oferece cinco cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, nas áreas de: Meio Ambiente, Ensino de Matemática, Ensino da Língua Portuguesa, Gestão Educacional e Estudos Literários.

Em 2013, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES aprovou o primeiro Mestrado *intercampi* no interior de nosso estado, o Mestrado em Educação e Ensino, uma parceria FAFIDAM/ FECLESC.

B.2 Campus de Quixadá – FECLESC

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, criada em 1976, como resultado da luta e mobilização da sociedade quixadaense e de outras comunidades do sertão central cearense, passou a integrar a Universidade Estadual do Ceará – UECE, em 1983, com a implantação dos cursos de Pedagogia, Ciências e História, reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação em 1988.

Hoje, a FECLESC ocupa lugar de destaque na região central do estado do Ceará e no maciço de Baturité, mantendo oito cursos de graduação, quais sejam: Pedagogia, História, Letras/Português, Letras/Inglês, Química, Matemática, Física e Ciências Biológicas.

Ao longo de mais de duas décadas de existência, a FECLESC vem, continuamente, ampliando e consolidando ações em prol da formação de jovens profissionais nas área da docência, para atender a uma demanda constante por este tipo de profissional, ajudando dessa forma à superação das limitações impostas à região do semiárido cearense por meio de respostas que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a formação intelectual, profissional, social e cultural de sua população.

A CAPES aprovou no início de 2014 o Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física, com o pólo da UECE funcionando na FECLESC. Organizado pela Sociedade Brasileira de Física – SBF, esse será o segundo mestrado que a UECE possui no interior do estado.

A FECLESC compartilha com a FAFIDAM a oferta do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino.

B.3 Campus de Iguatu – FECLI

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI foi criada como Autarquia de Natureza Especial em 1979, pela Lei Municipal nº 558/1979, de 24 de dezembro, regulamentada pelas Leis nº 559/79 e nº 1.006/1980. Em 14 de julho de 1980 e em 10 de setembro do mesmo ano, a Câmara de Ensino Superior, do Conselho de Educação do Ceará – CEE deu parecer favorável ao funcionamento da FECLI. A autorização de funcionamento foi objeto do Decreto Estadual nº 85.731, de 17 de fevereiro de 1981, que se baseou no Parecer nº 1.192/1980, do CEE. O primeiro curso superior da FECLI – Licenciatura de Curta Duração em Pedagogia, com Habilitações em Administração, Supervisão e Inspeção Escolar – teve, então, sua aula inaugural pronunciada pelo Professor Cláudio Martins, em 21 de março de 1981.

A reivindicação da comunidade acadêmica de encampação da FECLI, pela Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, foi oficializada pelo Decreto Estadual nº 15.502, de 10 de setembro de 1982, e pelo Termo de Encampação, assinado pela UECE em 17 de dezembro de 1983. Em 29 de agosto de 1986, o Conselho Federal de Educação reconheceu o Curso de Licenciatura de Curta Duração em Pedagogia, da FECLI, pelo Parecer nº 487/86.

Atualmente na FECLI funcionam os seguintes cursos de licenciaturas: Pedagogia, Letras/Português, Letras/Inglês, Matemática, Física e Ciências Biológicas.

B.4 Campus de Crateús – FAEC

A Resolução nº 32-CEPE, de 31 de agosto de 1982, criou o curso de Pedagogia no município de Crateús, o que possibilitou o início das atividades da FAEC, cuja primeira turma ingressou em 1983. Refletindo o processo de interiorização da UECE na região Oeste/Ibiapaba do estado do Ceará, a implantação desse curso atendia a antigos anseios e demandas da sociedade local por uma escola de nível superior.

Em 29 de janeiro de 1988, pelo Parecer nº 82/1988, o Conselho Federal de Educação reconheceu o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia de Crateús, concretizando-se dessa maneira a instituição. Posteriormente, a Resolução nº 255-CONSU, de 10 de agosto de 2000, instituiu os cursos de Licenciatura Plena em Química e Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, cujas primeiras turmas se iniciaram no segundo semestre de 2002. Atualmente, os três cursos são reconhecidos pelo Conselho Educação do Ceará.

B.5 Campus de Itapipoca – FACEDI

Em 1983, vinculada à Universidade Estadual do Ceará – UECE, criou-se, na cidade de Itapipoca a Faculdade de Educação, com o curso de Pedagogia. Este advento deveu-se ao esforço coletivo da sociedade local e de representações políticas. Funcionando inicialmente nas dependências do Colégio Estadual Joaquim Magalhães, a FACEDI recebeu, finalmente, sua nova sede em 31 de agosto de 1995.

O curso de Pedagogia da FACEDI foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação em 1988 e em 2008 o Conselho de Educação do Ceará reconheceu os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e em Química.

O raio de atuação da FACEDI abrange além de Itapipoca, outros 14 municípios: Amontada, Apuiarés, Itapajé, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luiz do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.

B.6 Campus de Tauá – CECITEC

O Centro de Educação, Ciências e Tecnologia foi criado pela Resolução nº 743-CEPE de 03 de maio de 1994. O CECITEC teve suas atividades acadêmicas iniciadas em 19 de junho de 1995 e sua área de atuação abrange os municípios de Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Quiterianópolis, Parambu e Tauá. Atualmente oferece os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Biológicas e Química.

Na área extensionista, o CECITEC oferece cursos de Língua Inglesa, em convênio com o Núcleo de Línguas/CH.

B.7 Campus de Guaiuba: Fazenda de Experimentação Agropecuária Dr. Esaú Accyoli de Vasconcelos

A Fazenda de Experimentação Agropecuária Dr. Esaú Accyoli de Vasconcelos, vinculada à FAVET, localiza-se no município de Guaiúba, a 40 km de distância de Fortaleza. Possui uma área de 300 ha, com solo de boa qualidade para a produção de pastagem e uma área de preservação ambiental onde são encontradas diversas espécies vegetais nativas. A referida propriedade pertencia ao Ministério de Agricultura e nela funcionava um campo de produção de mudas e sementes. Posteriormente, a fazenda passou a ser administrada pelo governo do estado do Ceará em regime de comodato, sendo, em seguida, transferida definitivamente para a Faculdade de Veterinária e, posteriormente, para a FUNECE/UECE.

A Faculdade de Veterinária ao longo dos seus 50 anos de existência se ressentia da falta de uma unidade experimental que permitisse a aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso de formação dos médicos veterinários. Com essa transferência a Fazenda de Experimentação Agropecuária Dr. Esaú Accyoli de Vasconcelos está permitindo a realização de experimentos de alunos de graduação e de Pós-Graduação; aulas práticas integradas nas áreas de produção animal; administração rural; doenças infecciosas; doenças parasitárias; clínica médica e cirúrgica; biotécnicas da reprodução dentre outras. Além disto, há a realização de cursos de capacitação de trabalhadores e produtores rurais e treinamentos para estudantes e profissionais nas áreas de medicina veterinária, agronomia e zootecnia.

A fazenda é dotada de estrutura física, constituídas por alojamentos (masculino e feminino), cozinha industrial, refeitório, laboratórios, galpão experimental para caprinos e ovinos, escola de inseminação e campo de produção de pastagem.

B.8 Campus de Pacoti: Unidade Experimental de Educação Ambiental e Ecológica

A Unidade Experimental de Educação Ambiental e Ecológica, vinculado ao CCS, convencionalmente denominado Estação Ecológica de Pacoti, localiza-se no município de mesmo nome, no maciço de Baturité em Área de Proteção Ambiental – APA de Baturité e dista aproximadamente a 130 km de Fortaleza. Tem como objetivo primário abrigar atividades transdisciplinares que favoreçam o intercâmbio de experiências entre instituições, profissionais e comunidade e, enquanto um laboratório vivo, aprofundar a compreensão dos seres humanos entre si, com outros seres e com a natureza, tendo como princípio norteador a ética nas relações com o universo, visando à sustentabilidade do planeta e à construção de uma consciência planetária.

A criação da Estação Ecológica resultou de uma parceria da UECE com a Fundação Deusmar Queirós, proprietária do imóvel. Em 08 de abril de 2002, foi assinado um Convênio de Cooperação Técnico-Científica em regime de comodato, entre as duas instituições, por um período de 20 anos, termo que pode ser prorrogado, por igual período, a critério das partes. Em 27 de fevereiro de 2010, foi concebido um projeto, como forma de reestruturar e potencializar o espaço e a estrutura ali existentes, que culminou com a criação do *campus* Experimental de Educação Ambiental e Ecológica.

Dentre os projetos para o *campus*, voltados para o desenvolvimento econômico, social e ecológico do Maciço de Baturité, o *campus* vem atendendo, sobretudo, à socioeconomia da região, priorizando a capacitação da mão de obra local e regional. Com essa iniciativa a universidade tem aberto perspectivas para o setor público e o privado, com destaque para:

- a) O Projeto Condomínio Digital, voltado para a formação profissional de 102 jovens do Maciço de Baturité, em Tecnologia da Informação – TI e desenvolvido em parceria com o Instituto Aliança e a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC;
- b) O estágio de estudantes de medicina e enfermagem da UECE com atuação no Programa Saúde da Família e no Hospital Municipal, em parceria com a Prefeitura local;
- c) As aulas de campo de estudantes da UECE e outras universidades do estado;
- d) As oficinas sobre reciclagem de resíduos sólidos domésticos (Composteira Doméstica e Biofertilizante), dentre outros.

Além dessas atividades, o *campus* sedia atualmente o acervo do arquivo histórico do Maciço, em parceria com a Sociedade de Estudiosos da Memória e Patrimônio Regional da Serra do Baturité – SEMPRE.

A FUNECE/UECE com esse significativo trabalho tem buscado compartilhar atividades científicas e experiências inovadoras no âmbito da eco-formação, de descobertas e troca de saberes, da pesquisa didático-científica e do desenvolvimento humano do Maciço de Baturité.

Instituições como a Fundação Deusmar Queirós, pioneira no apoio, Coelce, Prefeitura Municipal de Pacoti, Secretaria de Educação do Estado, Instituto Aliança, empresa Marquise, Sociedade Amigas do Livro – SAL, Associação Cearense dos Orquidófilos – ACEO, Associação Comercial, além de empresários locais, têm se engajado ao esforço da equipe do *campus*.

Dimensão 2 – Marco Conceitual

Nesta dimensão, são identificadas a missão institucional, a visão de futuro, os princípios e valores defendidos pela Instituição, os objetivos globais, as finalidades e os eixos programáticos e planos de ação.

2.1 Missão Institucional

Produzir e disseminar conhecimentos e formar profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho e promover o desenvolvimento sustentável cearense, bem como para promover a qualidade de vida dos cidadãos no contexto social no qual estão inseridos.

2.2 Visão de Futuro

Ser uma Universidade de projeção nacional e internacional pela excelência do ensino, da produção científica e da contribuição efetiva ao desenvolvimento do Ceará.

2.3 Princípios e Valores

As ações da UECE são pautadas em princípios e valores democráticos e acadêmicos alicerçados na produção crítica do conhecimento e na abertura ao diálogo com os diversos setores da sociedade. Esses princípios e valores são um conjunto de ideais integrados que balizam o processo decisório e o comportamento da Universidade, objetivando o cumprimento de sua Missão:

Universalismo: A UECE prioriza a transposição dos limites nacionais, a construção de paradigmas e o fomento do campo epistemológico, mediante a pesquisa científica, a formação profissional e a difusão cultural.

Pluralismo: A UECE atua em observância ao princípio da liberdade no cumprimento dos desafios que lhe são imputados e inerentes a sua natureza, considerando que uma universidade próspera requer o respeito dos organismos externos ao seu caráter universalista e à sua heterogeneidade.

Liderança: A UECE assegura sua continuidade histórica e sua função estratégica como instituição de “utilidade pública”, interagindo com a sociedade civil e com os poderes públicos e privados constituídos, liderando as parcerias estabelecidas com o governo do Ceará e com outras instituições para a oferta de oportunidades de formação profissional de nível superior, de pesquisa científica, de extensão e de difusão cultural nas diversas regiões do estado.

Autonomia Universitária: A UECE busca garantir primazia dos valores acadêmicos, abertura à avaliação externa, transparência na administração universitária, prioridade para os problemas da sociedade e isenção partidária, comprometendo-se com a qua-

lidade da formação intelectual de seus estudantes, com a qualidade da sua produção científica, artística, filosófica e tecnológica e, sobretudo, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade.

Integração com Governo e a Sociedade: A UECE acredita que as atividades de ensino, pesquisa científica e extensão fortalecem a interação continuada com a Sociedade e Governo e cumprem o papel de transferir e disseminar o conhecimento e viabilizar a troca de experiências.

Excelência Acadêmica: A UECE é uma instituição comprometida com a busca continuada da melhoria da qualidade de suas atividades acadêmicas, em todos os níveis de ensino e na pesquisa científica.

Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa Científica e Extensão: A UECE reforça sua vocação científica e o comprometimento com a elaboração e implementação de políticas que associem ensino, pesquisa científica e extensão, para assegurar níveis crescentes de compatibilidade e de integração entre essas partes essenciais de sua missão.

Democratização, Eficácia e Transparência Administrativa: A UECE valoriza a gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Instituição, buscando o aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, que prioriza a estrutura colegiada e o permanente diálogo com todas as instâncias constitutivas da comunidade universitária.

Respeito à Diversidade: A UECE apoia e respeita a diversidade das forças que constituem a Instituição, fonte de sua maior riqueza, sejam, os segmentos discente, servidores docentes e de servidores técnico-administrativos.

Inserção Regional, Nacional e Internacional: A UECE busca a consolidação crescente de programas voltados à criação de unidades de relação, cooperação e desenvolvimento de atividades de intercâmbio com instituições de educação superior do Brasil e do Exterior que possibilitem sua inserção no cenário nacional e internacional e sua condição de universidade para todos, socialmente referendada.

2.4 Objetivos Globais

Formada a partir de diversas iniciativas pioneiras que buscavam prover os cearenses de ensino superior de qualidade em áreas de relevada importância, a UECE cresceu com esses propósitos e, hoje, podem ser considerados seus objetivos globais:

Ampliação da Participação da UECE no Desenvolvimento Sociocultural e Econômico do Estado

Inserida em um contexto de contrastes e profundas mudanças sociais, a Universidade, como instituição social, passa também a ser questionada quanto ao seu papel, desempenho e, especialmente, quanto aos seus compromissos sociais. Esses questio-

namentos decorrem de vários fatores, dentre os quais, estão o progressivo desenvolvimento e a disseminação das tecnologias de comunicação e de informação e a descentralização da produção do conhecimento. Na Universidade, a crítica ao conhecimento instituído e/ou produzido ocorre sem cerceamento e as grandes contradições sociais e econômicas, portanto, são elementos de especial atenção.

Ampliação da Oferta de Vagas e Melhoria da Qualidade de Ensino de Graduação e Pós-Graduação

As constantes mudanças nos ambientes social, cultural, econômico e tecnológico provocam novas demandas e, por conseguinte, a formação de pessoas capacitadas aos novos desafios. É, portanto, uma premissa básica da Universidade a ampliação de oportunidades de formação superior em todos os seus níveis, de forma a permitir o crescimento sustentável do estado pela oferta adequada de cursos de Graduação e de Pós-Graduação conforme as demandas sociais.

Ampliação e Melhoria da Excelência da Pesquisa Científica Acadêmica

A UECE tem compromisso com a progressiva melhoria da produção acadêmica, no que se refere à qualidade, profundidade e relevância em âmbito nacional e internacional.

Fortalecimento das Decisões Colegiadas

Como um ente diferenciado na Administração Pública, pelas suas próprias características organizacionais, além de ser um órgão eminentemente formador, cabe à Universidade primar pelas decisões em ambientes em que as diversas visões sejam consideradas, debatidas e, afinal, possam ser escolhidas as que melhor atendam ao ideal coletivo. Desta forma, um objetivo posto é o do fortalecimento das decisões colegiadas em todos os níveis, isto é, envolvendo a administração superior, a intermediária e a de base, sem prejuízo da agilidade nessas decisões.

Valorização do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

A consecução dos objetivos organizacionais é fortemente apoiada em um corpo funcional motivado e bem adaptado às funções que lhe sejam atribuídas. Assim, é de fundamental importância a existência de Políticas de Pessoal adequadas para que se possa incrementar cada vez mais essa formação, motivação e adaptação em nível compatível com as exigências expostas na Missão Institucional.

Integração e Promoção da Equalização da Infraestrutura e dos Serviços dos Vários Campi

Como uma universidade *multicampi*, com oito deles situados no interior do estado, incluídos aqui os *campi* experimentais de Pacoti e Guaiuba, o que comprova a vocação da UECE pela interiorização, é necessário que se atue de forma integrada e equânime na distribuição e atenção à infraestrutura física, de pessoal, de recursos materiais e financeiros e de serviços, de forma a que se possa ter resultados equalizados nos diversos *campi*, o que implica na priorização dos investimentos em infraestrutura e serviços no interior.

Ampliação da Capacidade de Pesquisa e de Extensão

A função da Universidade não se exaure na oferta de ensino de qualidade. Antes, ela, também, precisa desenvolver atividades de pesquisa, em todos os seus níveis, de forma a poder oferecer à sociedade sempre novas soluções nas diversas áreas do conhecimento. Por outro lado, os serviços de extensão universitária, também em suas diversas modalidades, são uma função básica da universidade que permite a aplicação dos conhecimentos obtidos no ensino e na pesquisa diretamente junto ao seu público-alvo. Assim, firma-se a universidade no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, que devem ser integrados.

Ampliação dos Recursos de Financiamento de Terceiros

Sabidamente, as universidades públicas, especialmente as estaduais e municipais, defrontam-se com dificuldades financeiras para o desenvolvimento de suas atividades. Os estados e municípios, diante de suas inúmeras atribuições, nem sempre têm a mesma visão dessas instituições ou mesmo não dispõem de recursos suficientes para abrigar as pretensões. Assim, mostra-se também prudente que a UECE prime por aperfeiçoar-se no intuito de identificar fontes externas de financiamento que possam suprir suas necessidades e capacitar seu pessoal para a elaboração de projetos que lhe possam dar vantagem competitiva.

2.5 Finalidades

As cinco finalidades básicas da UECE, abaixo expostas, são um desdobramento operacional da Missão da Instituição.

- Promover a sistematização, o desenvolvimento e a divulgação das diferentes formas do saber humano, valorizando os padrões culturais das comunidades local, regional, nacional e internacional;
- Proporcionar o ensino para a formação de profissionais e especialistas nas diversas áreas de conhecimentos e para a qualificação acadêmica, estimulando o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Fomentar a educação continuada de profissionais e de cidadãos vinculados à prática social, possibilitando-lhes o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural;
- Estimular a produção cultural, técnica e científica mediante a realização de pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e no seu âmbito de ação; e
- Beneficiar a sociedade com os resultados do ensino e da pesquisa desenvolvidos na Instituição, nos campos das ciências, da tecnologia, das letras e das artes.

2.6 Eixos Programáticos e Plano de Ação

Os eixos programáticos são prismas de observação e elementos de compreensão das ações da organização que complementam a ótica funcional, auxiliando na identificação da natureza multifuncional dos projetos constantes do Plano. São sete os eixos programáticos do Plano de Gestão: Valorização de Pessoal, Integração da Universidade com Governo e Sociedade, Autonomia Universitária, Excelência Acadêmica, Democratização e Modernização da Gestão, Sustentabilidade Ambiental, Adequação da Infraestrutura e Financiamento de Projetos.

O Plano de Gestão, que teve os eixos programáticos como balizadores, se apresenta a partir de um programa de ações que é constituído pelos Quadros de Projetos, anexos ao presente documento (ANEXO A). O Plano de Gestão (2012-2016) resultou de um processo de planejamento democrático realizado na UECE, que teve como auge a I Conferência de Planejamento Democrático, realizada em dezembro de 2012, da qual participaram delegados dos Centros, Faculdades e Instituto, os principais gestores dessas Unidades, os representantes eleitos das Pró-Reitorias e unidades administrativas, Centros, Faculdades e Instituto, além de representantes de entidades do estado.

A execução do Plano de Gestão 2012-2016 ano será orientada pela elaboração de Planos Biaisuais e, a cada ano, de Planos de Ação (PA) para os projetos a serem executados.

Os Planos Biaisuais serão elaborados e divulgados pela PROPLAN, pela seleção dos projetos constantes do Plano de Gestão e pela inclusão de projetos que decorram de oportunidades emergentes.

Com base nessa orientação, o Plano Biaisual 2013-2014 deverá contemplar os projetos que receberam pontuação máxima no processo de priorização (27 pontos), além dos que sejam relacionados a estes, os quais sejam importantes para ampliar a capacidade de implementação de projetos e que estavam em execução em 2012.

Divulgado o Plano Biaisual, as Pró-Reitorias, os Centros, as Faculdades e o Instituto elaborarão os Planos de Ação para os projetos de sua responsabilidade, encaminhando-os à PROPLAN para registro e acompanhamento futuro. A elaboração dos Planos de Ação é, portanto, de responsabilidade de cada unidade da instituição, isoladamente ou em cooperação, devido ao grau de multidisciplinaridade dos projetos.

Tais planos devem ser elaborados para o período de execução dos projetos para que se tenha uma ideia de todo o ciclo de vida destes. Contudo, para fins de acompanhamento e avaliação somente devem ser consideradas as etapas e atividades contidas em cada Plano Biaisual. Os Planos de Ação serão elaborados com base no modelo do anexo II e as instruções detalhadas da elaboração e de todo o processo de acompanhamento dos projetos estão contidas no Plano Biaisual.

Cada projeto, por sua vez, precisa ter a sua viabilidade assegurada, necessitando, para tanto, que os respectivos recursos humanos, materiais e financeiros sejam planejados para que possam ser disponibilizados.

Quando necessário, a unidade responsável pelo projeto deve indicar unidades parceiras para apoiar a execução das etapas. Essas unidades devem usar sua expertise para garantir um elevado nível de qualidade desse trabalho no tempo determinado e com custos mínimos possíveis.

Semestralmente, os conselhos das Unidades devem se reunir para avaliar o desenvolvimento das etapas dos projetos sob sua responsabilidade, devendo as causas dos desvios relativos aos resultados previstos serem identificadas e sanadas com medidas corretivas.

Os resultados desses acompanhamentos semestrais devem ser encaminhados à PROPLAN para compatibilização, análise, sugestão de ações corretivas e encaminhamento à Reitoria, Pró-Reitorias e demais agentes coordenadores e executores dos projetos.

A PROPLAN realizará, pelo menos, uma reunião anual da Comissão Permanente de Planejamento – CPPLAN para avaliação dos resultados do Plano.

Dimensão 3 – Projeto Pedagógico Institucional

3.1 A UECE no Cenário Local, Regional, Nacional e Internacional

As sociedades atravessam um período de intensas mudanças, com o questionamento de inúmeros paradigmas que, ao longo do último século, direcionaram o desenvolvimento social e econômico. Esses questionamentos produziram o redesenho da cartografia mundial e as nações, como as organizações e pessoas, buscam ainda seu referencial em um novo centro de equilíbrio.

O Brasil, buscando sua inserção no contexto da sociedade que está sendo configurada, defronta-se com enormes contradições sociais e econômicas. Consequentemente, cresce a consciência social de que, para assumir um lugar destacado no conjunto das nações, o país terá de procurar opções de crescimento sustentado, como forma, inclusive, de superar os desafios econômicos e as contradições sociais em que está imerso.

Para superar estes desafios, o Brasil, necessariamente, terá de democratizar o acesso à educação superior, de modo a incluir nesta modalidade de ensino um contingente de jovens que hoje se veem privados de condições tanto para o acesso quanto para sua manutenção como estudantes. E esta inclusão não se dará sem um investimento substancial na Universidade Pública.

Talvez ainda seja cedo para fazer uma análise do século XX, tantas foram as mudanças introduzidas. Percebe-se, entretanto, que as modificações produzidas pela revolução dos costumes e pelo vertiginoso avanço da ciência e da tecnologia continuarão a marcar fortemente a sociedade do século XXI.

Inserida em um contexto de contrastes e profundas mudanças sociais, a Universidade, como instituição social, passa também a ser questionada quanto ao seu papel e desempenho, especialmente, quanto aos seus compromissos sociais. Esses questionamentos decorrem de vários fatores, dentre os quais, o progressivo desenvolvimento e a disseminação das tecnologias de comunicação e informação e a descentralização da produção do conhecimento. Na Universidade, a crítica ao conhecimento instituído e/ou produzido ocorre sem cerceamento e as contradições sociais e econômicas são elementos de especial atenção.

Ante tal situação, a Universidade Pública se defrontar, inevitavelmente com uma série de novas exigências para as quais sua capacidade de resposta, no entanto, é prejudicada devido a políticas restritivas ao seu financiamento e indutoras da massificação, ao invés da sua democratização, pela ausência de políticas consistentes que assegurem o seu lugar na sociedade e também pela característica com que reage às mudanças e inovações provenientes do ambiente externo.

A Universidade Pública brasileira, no entanto, e apesar de tais adversidades, resiste, criando estratégias que aprimoram suas atividades de ensino, pesquisa e extensões dessa forma, contribui decisivamente para criação de condições básicas para o crescimento científico-tecnológico do país.

A Universidade Estadual do Ceará – UECE, por sua vez, está localizada no terceiro estado do Nordeste em população e no centro da Região, em um ponto estratégico para

a comunicação do Brasil com África, Europa e América do Norte. O Ceará tenta superar, com incremento da infraestrutura, as limitações impostas pelas condições geofísicas e sócio históricas. Secularmente castigado por secas, o estado estabeleceu uma estrutura socioeconômica que, a despeito de avanços significativos nas últimas décadas em setores econômicos e sociais, ainda enfrenta sérios problemas relativos à desigualdade social. Tal situação, contudo, começa a se inverter, já que o estado apresenta índices de desenvolvimento acima da média do Nordeste e do Brasil.

Estes dados e contextos estimulam a reflexão sobre a importância da existência de instituições públicas de ensino superior que ensejem a produção de conhecimento necessária ao crescimento científico, tecnológico e social do estado do Ceará e da Região Nordeste.

Observa-se que, desde a sua implantação, a UECE caracterizou-se como uma instituição voltada para a interiorização universitária com um raio de abrangência que envolve diversas microrregiões do interior cearense, abrangendo 90 municípios, sendo o Itaperi seu *campus* principal, na Capital, Fortaleza.

A participação ativa da Universidade na sustentação do desenvolvimento do estado e na área geográfica adjacente, o evidente crescimento da qualificação dos seus docentes no Brasil e no exterior e a busca contínua da excelência no ensino formal ainda se ressentem da ausência de consolidação da identidade institucional da UECE. Isto porque, com relação às finalidades, aquela que tradicionalmente recebeu demanda na UECE foi a do ensino, fato que não a diferenciava das demais universidades brasileiras, incumbidas de formar recursos humanos para o desenvolvimento do país, profissionalizando-os.

Há algumas décadas, o Ceará foi germinado por um projeto político que semeou a renovação capaz de impulsionar o rumo de desenvolvimento socioeconômico consoante com os padrões requeridos pela moderna racionalidade globalizada. A repercussão do assim chamado “Governo das Mudanças” nos destinos do próprio país, por si, já confere a este acontecimento um alcance que transpõe o mero interesse regional. Alie-se a este dado, entretanto, a contribuição significativa que presta à compreensão do processo de modernização, relacionado à universidade brasileira como um todo.

A ascensão do “Governo das Mudanças” corresponde à fase de redemocratização do país, quando as forças políticas se mobilizaram com vistas à preparação do processo constituinte. A Carta Magna de 1988 estabelece a responsabilidade do estado com o financiamento da ciência e da tecnologia, garantindo preceitos que tiveram repercussão positiva nos meios acadêmicos. No Ceará, a organização do processo constituinte demarcou o primeiro Governo das Mudanças. Os trabalhos da Constituinte Estadual ocorreram em meio à intensa mobilização da comunidade científica cearense, que encetou amplo processo de negociações com o Poder Executivo e os parlamentares constituintes, com vistas a assegurar a inclusão, na Constituição Estadual de 1989, de um capítulo destinado à ciência e tecnologia, o qual contempla a norma regrada no Texto Constitucional da República.

Nesse novo contexto, instalado a partir do final dos anos 2000, buscou-se a elevação do prestígio institucional da UECE, com suporte na difusão de uma nova cultura na formação científica, ponto essencial para o desenvolvimento do saber da Sociedade

do Conhecimento e da Informação além de uma maior inserção da Universidade no seu meio, pelo estabelecimento de parcerias com os diversos setores da Sociedade.

A condição essencial para analisar as mudanças propostas residiu na racionalização de todo o sistema acadêmico, constituído por unidades da Capital e do Interior, mediante a avaliação sistemática, tanto externa como interna, envolvendo também a relação custo-benefício de seus processos e do retorno do investimento para a sociedade. Os elementos inovadores da proposta residiam, portanto na intenção de uma Universidade com gestão racional, desburocratizada, transparente e participativa.

3.2 Políticas Organizacionais

As políticas organizacionais são orientações permanentes para a ação e a decisão dos gestores, em todas as unidades da Universidade, e foram definidas para sete temas principais:

Desenvolvimento Sociocultural e Econômico do Estado

- Alinhamento entre os conhecimentos difundidos e produzidos na Universidade e aqueles requeridos para o progresso cultural, social e econômico das comunidades, organizações e governos, com especial ênfase para o semiárido cearense.
- Inclusão social e desenvolvimento socioeconômico das regiões do Estado, através da teleeducação e da modalidade de educação à distância.
- Acesso das populações do interior ao conhecimento, à cultura e às oportunidades de formação para o trabalho e para a iniciativa empreendedora.

Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

- Ensino acadêmico de excelência, particularmente nas áreas de ensino do magistério nos campos da educação, cultura, saúde, segurança pública, tecnologia, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo e melhoria da gestão privada e pública, com fins à promoção da cidadania.
- Ampliação do uso das tecnologias de educação à distância.
- Adequação dos cursos e linhas de pesquisa científica às vocações e potencialidades do interior e aos programas públicos estaduais de desenvolvimento regional e local.
- Ajustamento contínuo dos cursos, do conteúdo programático e das linhas de pesquisa às demandas e necessidades da sociedade.

Gestão

- Fortalecimento das decisões colegiadas.
- Gestão compartilhada, favorecendo o diálogo permanente entre os diversos agentes internos e externos.
- Avaliação Institucional e de Gestão sistemática, apoiada em indicadores de resultados.
- Aperfeiçoamento da gestão e das prestações de conta baseado em Sistema de Informações Gerenciais e de resultados acadêmicos.
- Melhorias organizacionais e, de fluxo de processos.

Valorização das Pessoas

- Promoção de melhoria contínua do aperfeiçoamento contínuo dos corpos docente e técnico-administrativo.
- Incentivo às atividades culturais, esportivas e de lazer para o corpo discente.
- Ampliação de acervo bibliográfico e incremento do funcionamento das bibliotecas, incluindo acesso virtual.
- Ampliação de programas de bolsas para o corpo discente.
- Implantação de restaurantes, residências universitárias, centros de convivência, laboratórios de informática etc.

Infraestrutura e Serviços

- Adequação de instalações físicas, mobiliários e equipamentos de bibliotecas, laboratórios e observatórios etc.
- Investimentos em áreas prioritárias como sistema de comunicação, de segurança de pessoas e de segurança patrimonial.
- Implantação de Sistema Acadêmico e Administrativo integrados um ao outro.

Financiamento de Terceiros

- Sistema de prospecção de oportunidades de cooperação e de financiamento de projetos acadêmicos.
- Formação de professores e servidores técnico-administrativos em atividades ligadas à captação de recursos, via editais de financiamento de projetos de pesquisa e de extensão.
- Interlocução permanente com Ministérios, Agências de Fomento e Casas Legislativas com vistas a incluir as atividades da UECE nos processos de financiamento, emendas parlamentares etc.

Pesquisa e Extensão

- Articulação entre os grupos de pesquisa da Universidade com o Governo e com o setor empresarial para promoção da inovação nas atividades produtivas cearenses.
- Ampliação das oportunidades de pesquisa e de extensão nos *campi* do interior do Estado, com o uso das tecnologias de comunicação e de informação.
- Acesso da população do interior a atividades de extensão de caráter cultural e esportiva promovidas pela Universidade e/ou em parceria.
- Apoio e financiamento para participação em eventos acadêmicos, culturais e esportivos locais e nacionais.
- Consolidação da Editora da UECE como meio de apoio a publicações de trabalhos científicos e literários.

3.3 Política de Administração

A Pró-Reitoria de Administração – PROAD entende que seu papel desempenha junto ao sistema FUNECE/UECE, é propiciar o suporte indispensável ao desenvolvimento de suas atividades precípuas, que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

A concepção das políticas de administração tem por fulcro as políticas institucionais das áreas fins, pois guardam em si uma relação de interdependência e complementaridade simultâneas, sem as quais não haveria a possibilidade de sistematização e concretização do conjunto de políticas da FUNECE/UECE. Assim, a política da área de administração tem percepção de que deverá propor a integração e formalização de um conjunto de medidas a serem realizadas a curto, a médio e a longo prazo, considerando as dimensões humana, tecnológica, financeira e técnico-administrativa do todo organizacional.

É preciso, também, termos a compreensão de que essas medidas têm por objetivo vencer obstáculos, além de proporcionar as condições necessárias aos agentes institucionais de se articularem e vencerem às dificuldades, antes que estas se transformem em problemas. Tal articulação, buscando sempre a melhoria dos serviços prestados, funcionando de maneira harmônica e vinculada aos objetivos finalísticos da organização, alicerçadas nas áreas de compras, de contratação de serviços, financeira, contábil, de execução orçamentária, de infraestrutura física, de manutenção das instalações prediais, manutenção das instalações das redes de fornecimento de energia, de água e de esgotamento sanitário, de serviços de limpeza e zeladoria, de serviços gerais, de material e patrimônio, de recursos humanos e de produção de material gráfico.

É fundamental que cada área tenha conhecimento pleno de seu papel e de sua importância como componente de uma engrenagem que tem por características o dinamismo e exigir ações proativas positivas. Há, também, que ressaltar os requisitos de ordem formal e informal, tais como clima organizacional, racionalização, padronização e simplificação do trabalho, definição de fluxos dos processos, disponibilidade de recursos materiais, financeiros, tecnológicos, de espaço físico adequado e de organização, a fim de que se possa materializar, na qualidade desejada e esperada, a consecução dos objetivos fins da Instituição.

O sistema FUNECE/UECE requer a implantação de uma gestão moderna, a qual envolverá a introdução de um sistema de planejamento, uma estratégia de desenvolvimento de recursos humanos e um novo modelo organizacional, para que a mudança seja realizada de forma bem-sucedida. Essa política tem o propósito maior de garantir a qualidade da prestação de serviços e habilitar os servidores a se tornarem agentes de transformação dos métodos e processos de trabalho, otimizando os meios para executá-los.

Pelo exposto torna-se claro que, a política de administração do sistema FUNECE/UECE está fundada no (a):

- Planejamento estratégico proposto e aprovado para a Instituição;
- Potencial dos servidores e na sua capacidade de atendimento aos anseios da comunidade;
- Implantação de um programa de desenvolvimento, capacitação e valorização dos servidores;
- Padronização e modernização dos fluxos de processos;
- Disponibilização de espaços físicos adequados às necessidades do trabalho e que conjuguem a um só tempo conforto e satisfação aos usuários;
- Implementação de um plano diretor, o qual deverá otimizar a utilização dos espaços físicos, visando a atender às necessidades de expansão das edificações e das vias de acesso;

- Racionalização e otimização de todos os recursos de natureza material e intangível disponibilizados;
- Proposta de uma gestão que possibilite visibilidade e transparência de suas ações;
- Implementação de uma estrutura administrativa flexível e aberta à interação permanente com outros entes, auferindo condições para trocas de conhecimentos, tecnologias e concepção de novas ideias.

Enfim, à PROAD compete planejar, coordenar e acompanhar as atividades de natureza financeira, administrativa, de recursos humanos e de administração dos *campi*, assessorando a administração superior e intermediária em assuntos inerentes às áreas de sua competência, além de propor e coordenar todas as ações das células a ela pertinentes, à luz das políticas e planejamento estratégico da FUNECE/UECE.

3.4 Política de Ensino de Graduação

A Política de Ensino e Graduação – PROGRAD e sua organização acadêmica se baseiam nas seguintes ações e propostas:

- I) Redimensionamento e atualização permanente da formação profissional em todos os níveis de ensino, tanto no que diz respeito aos conteúdos programáticos, quanto à infraestrutura;
- II) Integração e modernização dos diversos cursos de graduação, considerando as mutações do mercado de trabalho, a política acadêmica e a responsabilidade social da Universidade;
- III) Necessidade permanente de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- IV) Fortalecimento dos cursos de formação de professores nas diferentes unidades de sua alçada, aperfeiçoando as condições de funcionamento; e
- V) Adequação da política de criação de cursos de graduação às demandas da Capital e do interior.

À PROGRAD compete planejar, coordenar e acompanhar a implementação da política de graduação, visando ao aprimoramento da formação, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino de graduação, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para o período 2012-2016.

Numa ação conjunta com os coordenadores dos cursos de graduação da UECE, a PROGRAD promove foros permanentes de debate sobre propostas de planejamento e organização didático-pedagógica desses, estimulando uma formação acadêmica e profissional orientada pelos princípios da competência, ética, democracia, cidadania, autonomia e universalização do conhecimento.

A PROGRAD tem como objetivos principais:

- Apoiar as coordenações dos cursos de graduação no seu trabalho administrativo e acadêmico-pedagógico, buscando a qualidade do ensino desenvolvido em cada centro ou faculdade;
- Criar mecanismos de integração com os cursos de graduação, propondo ações que viabilizem o desenvolvimento de seus projetos pedagógicos;

- Prever metas e definição de recursos orçamentários para o ensino de graduação, integradas ao PDI da UECE;
- Definir indicadores de avaliação interna do ensino de graduação, buscando informações que subsidiem a tomada de decisões de seus gestores; e
- Integrar-se com órgãos ou programas governamentais vinculados ao ensino de graduação.

O perfil do egresso de cada curso será delineado com amparo nas discussões e orientações dos projetos pedagógicos. Em linhas gerais, ele deverá ser capaz de desempenhar sua profissão com competência e habilidade técnica, exercer com responsabilidade social a sua cidadania e demonstrar atitudes fundamentadas por objetivos emancipatórios e para o bem comum. Alguns indicadores deverão nortear este perfil:

- Domínio de conhecimentos básicos de sua área de atuação profissional;
- Capacidade para solucionar problemas relativos a sua prática profissional;
- Capacidade de leitura e interpretação de textos;
- Raciocínio lógico/matemático na análise de situações problemas;
- Capacidade de aprender a aprender;
- Habilidades investigativas necessárias à produção do conhecimento;
- Atitudes de compartilhamento e disposição para o trabalho em equipe;
- Capacidade para o gerenciamento de seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- Autonomia na condução de sua prática profissional;
- Atitudes éticas mediante as diferentes situações profissionais e pessoais;
- Compreensão das diversidades culturais, respeitando as diferenças e os diferentes;
- Domínio da teoria e da prática necessárias a uma ação profissional competente;
- Visão crítica e política da sociedade, contextualizando o conhecimento na prática social.

Os conteúdos de formação profissional de natureza acadêmico-científica deverão ser objeto de análise periódica, buscando-se sua adequação ao que está proposto nas diretrizes curriculares de cada curso, suplementadas por conteúdos, referente ao contexto regional e inerente a sua identidade.

Na UECE, os currículos dos cursos são organizados por competências, uma proposição em permanente discussão na comunidade acadêmica, seguindo as Diretrizes Nacionais para o Ensino de Graduação propostas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. A Célula de Acompanhamento Pedagógico – CAP da PROGRAD assumirá a responsabilidade pelas discussões continuadas com as coordenações de curso, para debater e analisar o tipo de organização curricular, suas exigências e suas implicações acadêmico-administrativas, e promoverá também seminários que possibilitarão definir esses conteúdos, contando com a presença de consultores externos.

Far-se-á necessário que os docentes e discentes da UECE sejam envolvidos na discussão da Teoria das Competências e sua aplicabilidade. A Câmara de Coordenadores de Cursos de Graduação – CCCG é utilizada como espaço de agregação desse debate e também com a finalidade de realizar assessoramento aos projetos pedagógicos, por curso e por Centro/Faculdade.

Quanto aos princípios metodológicos, pode-se afirmar que estão baseados na discussão sobre as mudanças requeridas na natureza do ensino que se deslocou da figura do professor para o aluno, buscando desenvolver o aprender a aprender. Desta forma, os

princípios que orientarão o ensino e aprendizagem dos alunos da UECE deverão ser re-dimensionados na perspectiva de processos de natureza construtivista, numa dimensão cognitiva, subjetiva e sócio-histórica da aprendizagem, ensejando a escolha de metodologias ativas, que promovam a reflexão na ação. Esses princípios deverão possibilitar uma mediação didática, crítica e reflexiva do conhecimento, valorizando a relação entre teoria e prática em cada disciplina ou núcleo temático, que deverão ser discutidos e definidos pelos professores em um trabalho coletivo apoiado pela PROGRAD.

A avaliação da aprendizagem do aluno nos cursos de graduação deverá ser repensada para ser coerente com os currículos propostos, organizados por competências. A avaliação é direcionada para diagnosticar a aquisição ou não das competências propostas, o que requer instrumentos diferenciados, não só de mensuração, possibilitando o julgamento de valor do desempenho do aluno, mas também será um desafio a ser enfrentado institucionalmente e que demandará novas orientações legais e técnico-pedagógicas que serão de responsabilidade da PROGRAD e das coordenações dos cursos.

A adoção de práticas pedagógicas inovadoras é um dos objetivos da PROGRAD e tem por base as seguintes propostas:

- Ampliação do uso de tecnologias de ensino à distância, como recurso didático-metodológico, podendo ser parte da carga horária de disciplinas presenciais;
- Ampliação da oferta de cursos de graduação a distância;
- Ampliação da prática de pesquisa científica como meio de aquisição e produção do conhecimento;
- Interação dialética da teoria com a prática, como sugerem as diretrizes curriculares nacionais.

Os Estágios Curriculares Obrigatórios e as Atividades Complementares foram definidos como componentes curriculares de suma importância para a formação no nível da graduação, que devem ser repensadas continuamente. Encontram-se normatizados pelas Resoluções nº 3451/2012-CEPE e nº 3241/2009-CEPE, respectivamente. No Estágio Curricular obrigatório, algumas ações deverão ser ampliadas conforme discriminadas a seguir:

- Viabilização de novos campos de estágio;
- Adequação dos estágios curriculares obrigatórios às normas vigentes;
- Integração das propostas de estágio da UECE, com base nas diretrizes comuns aos cursos de graduação;
- Aprofundamento conceitual e metodológico sobre o estágio;
- Efetivação de convênios institucionais;
- Promoção de eventos sobre experiências de estágio curricular.

Visando contribuir para o enriquecimento das experiências dos estudantes durante o período em que realizam seus cursos de graduação, diversificando as oportunidades de formação, a PROGRAD investe em Programas Especiais de Apoio à Graduação, na perspectiva internacional e nacional. Os Programas de âmbito Internacional oferecem oportunidades de intercâmbio com estudantes de outros países. No apoio aos alunos brasileiros em suas experiências fora do Brasil, a UECE participa do Programa Ciências Sem Fronteiras e o Programa Licenciaturas Internacionais – PLI. Na busca de alunos do exterior que desejam fazer suas graduações no Brasil, a UECE oferece o Programa Estudante Convênio Graduação – PEC-G

Os programas de apoio em âmbito nacional são aqueles que oferecem bolsas a estudantes para aprofundamento de conhecimentos e experiências em suas áreas específicas de estudos. A PROGRAD dispõe dos seguintes programas: Monitoria Acadêmica - PROMAC; Educação Tutorial – PET/SESU; PET Saúde/MS; Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e Bolsa Santander.

A PROGRAD aderiu a Programas financiados pelo Governo Federal que visam a melhoria de infraestrutura e desenvolvimento de práticas com a educação básica. São Programas voltados exclusivamente para a valorização das licenciaturas. O Programa Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador – LIFE – possibilita a instalação de laboratórios que propiciem a criação de equipamentos e metodologias que respondam aos problemas da Educação Básica da região envolvida. Fez-se a opção de priorizar a instalação de laboratórios nos *campi* do interior, prevendo-se a expansão para os *campi* da Capital para o ano de 2014. O Programa Novos Talentos – PNT é articulado com o LIFE e proporciona a realização de atividades acadêmico-culturais que visam à elevação do nível de formação do licenciando e do aluno da escola básica. Também tem sido priorizada a instalação do Programa nos *Campi* do interior, onde se oferecem cursos exclusivamente de licenciaturas.

As Atividades Complementares deverão assegurar as especificidades de formação de cada área, podendo ser creditadas atividades tais como: Iniciação Científica – IC, Monitoria Acadêmica – PROMAC, Programa Especial de Treinamento – PET, participação e organização de eventos científicos, participações em projetos de extensão e eventos que atendam às normas constantes nas resoluções aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE da UECE.

3.5 Política de Ensino de Pós-Graduação

A Política de Pós-Graduação objetiva aprimorar a qualidade do ensino de Pós-Graduação, oferecer à sociedade um novo nível de formação especializada e permitir a consolidação da pesquisa na Universidade.

O processo de formação integral e interdisciplinar, como não se desenvolve no vazio, articula-se, inevitavelmente, com a demanda oriunda da realidade socioeconômica e cultural em que a Universidade se encontra inserida.

Para que a Política de Pós-Graduação possa atingir plenamente os seus objetivos, necessários e importantes se tornam os seguintes passos:

- Continuação do processo de implementação baseado em planejamento estratégico quadrienal, com acompanhamento e avaliação anual;
- Manutenção da política vigente de Pós-Graduação, que visa a evitar a dispersão dos grupos, integrá-los por área de conhecimento e apoiar o surgimento de grupos;
- Incentivo à formação de grupos nos *campi* do interior do estado, com funcionamento integrado aos da Capital ou funcionamento autônomo;
- Elaboração de projetos político-pedagógicos de novos mestrados, segundo áreas de interesse definidas no planejamento quadrienal, e de doutorados, para transformação de mestrados maduros academicamente em programas completos de Pós-Graduação;
- Implementação de uma sistemática de avaliação interna dos cursos implantados, para

que possam atingir níveis de excelência em comparação a outros de âmbito nacional e internacional;

- Criação de uma infraestrutura eficiente que garanta o bom funcionamento de todos os cursos de Pós-Graduação;
- Consolidação da Editora da UECE, para garantir a publicação dos resultados dos trabalhos científicos e literários de forma contínua e regular; e
- Ampliação das bolsas acadêmicas, visando a assegurar laços mais consistentes do pós-graduando com a formação, estimulando a dedicação exclusiva.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq compete planejar, coordenar e acompanhar a implementação do ensino de Pós-Graduação da UECE, que contempla o nível *stricto sensu*, nas modalidades de doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional, e o nível *lato sensu*, nas modalidades de residência, especialização e aperfeiçoamento.

Os doutorados da UECE têm como objetivo principal a formação de pessoal qualificado para as atividades relacionadas com o magistério superior e a pesquisa científica, isto é, a formação do cientista-pesquisador. O doutorado conduz ao título de Doutor, oferecido para quem disponha de graduação em área idêntica ou afim, por meio de curso com duração mínima de 36 meses e máxima de 48 meses.

A seleção dos candidatos realiza-se a critério das comissões de cada curso, respeitando as características próprias das áreas de concentração e das linhas de pesquisa. Após cumprimento dos créditos de disciplina, seminário e estágio, aprovação em proficiência de língua estrangeira e qualificação de projeto de pesquisa, o aluno fará defesa de tese, e, ao ser aprovado, receberá o título.

Em relação aos doutorados, dispõe-se de sete próprios (Ciências Veterinárias, Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Educação, Geografia, Linguística Aplicada, Ciências Fisiológicas e Saúde Coletiva); um oferecido sob a forma de associação ampla com até quatro IES, em base local (Saúde Coletiva, associação UECE/UFC/UNIFOR), e um participante de grande rede, com mais de quatro IES, em base regional (Biotecnologia, Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO).

Os cursos de mestrado da UECE, acadêmicos ou profissionais, têm por objetivo formar pessoal qualificado para as atividades relacionadas ao magistério superior e a pesquisa científica, conduzindo ao grau de Mestre. Eles são oferecidos para quem disponha de graduação em área idêntica ou afim, por meio de curso com duração mínima de 18 meses e máxima de 30 meses.

Em relação aos mestrados, existem cursos próprios, mantidos pela UECE e há os que são realizados em convênio, para capacitação docente. Além disso, existem os cursos acadêmicos, que visam à formação do professor universitário, e os cursos profissionais, voltados para o mercado não acadêmico de trabalho.

A seleção dos candidatos realiza-se a critério das comissões de cada curso de pós-graduação, respeitando as características das áreas de concentração, das linhas de pesquisa e da natureza de curso (acadêmico ou profissional). Após cumprimento dos créditos de disciplina, seminário e estágio, aprovação em proficiência de língua estrangeira e qualificação de projeto de pesquisa, o aluno fará defesa de dissertação, e ao ser aprovado receberá o grau de Mestre, acadêmico ou profissional.

As residências, modalidade de *lato sensu*, com dois a quatro anos de duração, pequena carga horária teórica e grande carga horária prática, destina-se ao campo da saúde, por formação e atuação, desenvolvendo-se em torno de três modalidades básicas: residência médica, residência de profissão da saúde (Veterinária, Serviço Social, Psicologia, Ciências Biológicas, Educação Física, Nutrição e Enfermagem) e residência multiprofissional em saúde (saúde mental, saúde do idoso, saúde da criança e do adolescente, saúde do trabalhador, saúde da família, vigilância a saúde). Esta legislação é recente e a UECE implanta agora sua primeira residência, na modalidade multiprofissional, no campo da saúde mental, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu.

Os cursos de especialização, sempre oferecidos de maneira modular com Aperfeiçoamento, promovidos pela UECE, têm como objetivo desenvolver, aprofundar, reciclar e aprimorar conhecimentos adquiridos na graduação, como também oferecer qualificação especializada aos trabalhadores de serviços ou pré-qualificação para Mestrado e Doutorado, bem como estimular a criação científica e preparar docentes e outros profissionais, sem perder de vista a realidade regional, enfatizando abordagem teórica e duração limitada.

Todos os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm duração mínima de 360 horas de disciplinas teóricas, em tempo máximo de 18 meses, quando será exigido trabalho de conclusão do curso – TCC, conforme as normas vigentes. São admitidos os candidatos portadores de diplomas de graduação plena, e que tenham sido julgados aptos na seleção prevista. Os cursos aqui apresentados são de modalidade temporária, podendo ser ofertados uma só vez, ou em várias turmas, de forma simultânea ou sucessiva, de modo presencial ou a distância (ANEXO B).

A todos os alunos de pós-graduação *stricto sensu* é oferecida a oportunidade de bolsa de estudo de agências estadual e nacionais de fomento. Nos últimos cinco anos a UECE já acolhe, também, beneficiários de Programas de Pós-Doutorado.

A organização acadêmica do ensino de Pós-Graduação baseia-se nas seguintes diretorias, núcleos e câmaras:

- a)** Diretoria de Ensino de Pós-Graduação;
- b)** Núcleo de Ensino de *lato sensu*;
- c)** Núcleo de Formação Docente e Validação de Títulos;
- d)** Núcleo de Convênios e Finanças;
- e)** Núcleo de Diplomações e Arquivos;
- f)** Câmara de Ensino de *stricto sensu*; e
- g)** Câmara de Ensino de *lato sensu*;

Estas unidades executivas ou de assessoramento regulam-se pelo seguinte corpo normativo:

- a)** Norma do Plano de Afastamento para Pós-Graduação e Pós-Doutorado (Resolução nº 1056-CONSU, enviada para publicação);
- b)** Norma para Validação de Títulos de Pós-Graduação Obtidos no Exterior (Resolução nº 929/2013 – CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, publicada no DOE de 08/03/2013);
- c)** Norma de Ensino de Pós-Graduação *stricto sensu* (Resolução nº 930/2013 – CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, publicada no DOE de 08/03/2013);

- d)** Norma de Ensino de Pós-Graduação *lato sensu* Presencial (Resolução nº 931/2013 – CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, publicada no DOE de 08/03/2013);
- e)** Norma de Ensino de Pós-Graduação *lato sensu* a Distância (Resolução nº 930/2013 – CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, publicada no DOE de 08/03/2013);
- f)** Norma de Afastamento Docente para Realização de Pós-Doutorado (Resolução nº 996/2013 – CONSU, de 11 de junho de 2013, publicada no DOE de 26/06/2013);
- g)** Norma de Residência Médica (Resolução nº 1057-CONSU, enviada para publicação); e
- h)** Norma de Residência de Profissão da Saúde e Residência Multiprofissional da Saúde (Resolução nº 1058-CONSU, enviada para publicação).

3.6 Política de Pesquisa

A Política de Pesquisa objetiva aprimorar a qualidade da produção de conhecimento novo e de suas aplicações tecnológicas, econômicas, sociais, artísticas e culturais e permitir a consolidação da pesquisa na Universidade.

O processo de produção de conhecimento articula-se com a demanda oriunda da realidade socioeconômica e cultural em que a Universidade se encontra, por meio da extensão e da inovação tecnológica.

Para que a Política de Pesquisa possa atingir plenamente os seus objetivos, necessários e importantes se tornam os seguintes passos:

- Manutenção e incentivo da política vigente de pesquisa, evitando a dispersão dos grupos e apoiando o surgimento de mais grupos, incentivando formação no interior do Estado com funcionamento autônomo ou integrado aos da Capital;
- Elaboração de programas de pesquisa da UECE, atendendo às necessidades do estado do Ceará, bem como às das instituições e empresas locais;
- Implementação de um projeto de acompanhamento e avaliação do desempenho dos grupos de pesquisadores e da capacidade de captação de recursos das agências de fomento, para que os grupos possam atingir nível de excelência em comparação aos seus pares nacionais e internacionais;
- Criação de uma infraestrutura eficiente, que garanta o bom funcionamento dos laboratórios de pesquisa;
- Consolidação da Editora da UECE, para garantir a publicação dos resultados dos trabalhos científicos e literários de forma contínua e também regular;
- Incentivo à pesquisa e à produção científica e intelectual, tanto no interior como na Capital, e apoio a sua divulgação em revistas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Criação de uma comissão para estudar a implantação de um programa de incentivos ao desempenho da pesquisa;
- Criação de uma assessoria para o acompanhamento de projetos que visem a obter recursos para pesquisa junto a órgãos de fomento;
- Incentivo ao desenvolvimento de clusters de pesquisadores e de grupos de pesquisa para a captação de recursos junto a oriundos de agências de fomento e voltados à infraestrutura de pesquisa das instituições de ensino superior; e
- Ampliação das bolsas de pesquisador e de iniciação científica, buscando aumentar a capacidade de dedicação dos agentes à disciplina própria dos afazeres de pesquisador.

À PROPGPq compete planejar, coordenar e acompanhar a implementação da política de pesquisa da UECE, que privilegia a investigação científica individual ou em grupo, associada aos cursos de Pós-Graduação ou não, e a investigação estratégica institucional, para a infraestrutura de pesquisa, além da formação de futuros pesquisadores, pela iniciação científica.

Atualmente, a UECE conta com 155 grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Além disto, gerencia os seguintes programas de Iniciação Científica: Programa de Iniciação Científica-IC/UECE; Programa de Iniciação Científica e Tecnológica-ICT/FUNCAP, e os Programas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/CNPq, Institucional Iniciação Científica para Ações Afirmativas-PIBIC-Af/CNPq e Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Tecnológica-PIBIT/CNPq-IC/UECE, além do Programa Voluntário de Iniciação Científica-PROVIC/UECE.

Em 2014 a PROPGPq agregou mais um programa, o de Competições Acadêmicas – PCA, com o objetivo de preparar alunos de graduação para participarem certames dessa natureza.

A organização acadêmica da Pesquisa baseia-se nas seguintes diretorias, núcleos, câmaras e comitês:

- a)** Diretoria de Pesquisa;
- b)** Núcleo de Convênios e Finanças;
- c)** Câmara de Pesquisa;
- d)** Comitê de Ética em Pesquisa – CEP;
- e)** Comitê de Pesquisa para o Uso de Animais – CEUA;
- f)** Comitê Interno de Biossegurança – CIBio.

Estas unidades executivas ou de assessoramento são regidos pelo seguinte corpo normativo:

- a)** Regulamentos e Editais de Concessões de Bolsas de iniciação Científica;
- b)** Regulamentos e Editais de Organização da iniciação Científica Voluntária;
- c)** Norma de Criação e Funcionamento de Laboratórios;
- d)** Norma de Institucionalização de Grupo de Pesquisa;
- e)** Norma de Institucionalização de Projeto de Pesquisa;
- f)** Norma de Institucionalização das Atividades Científicas;
- g)** Norma de Institucionalização das Atividades Artístico-Culturais;
- h)** Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP;
- i)** Regimento do Comitê de Pesquisa para o Uso de Animais – CEUA;
- j)** Regimento do Comitê Interno de Biossegurança – CIBio.

Quadro 1 – Grupos de Pesquisas, por Área de Conhecimento, Cadastrados no Diretório Nacional de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ciências Agrárias

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	Alimentos e Nutrição: Ciência, Biotecnologia e Vigilância à Saúde	Antonio de Pádua Valença da Silva
2.	Biologia e Biotecnologia da Reprodução de Peixes	Carminda Sandra Brito Salmito Vanderley
3.	Biologia e Cultivo de Animais Aquáticos	Célia Maria de Souza Sampaio
4.	Biotecnologia da Reprodução	Jose Ferreira Nunes
5.	Ciências da Natureza e Tecnologia	José Fernando Mourão Cavalcante
6.	Doenças Infecciosas de Animais	Maria Fátima da Silva Teixeira
7.	Epidemiologia e Controle da Leishmaniose Visceral Canina	Claudia Maria Leal Bevilaqua
8.	Fisiologia e Controle da Reprodução de Pequenos Ruminantes	Vicente José Figueirêdo de Freitas
9.	Fisiologia e Patologia Suína	Ricardo Toniolli
10.	Genômica Estrutural, Funcional e Analítica	Diana Magalhães de Oliveira
11.	Helmintoses de Pequenos Ruminantes	Claudia Maria Leal Bevilaqua
12.	Manipulação de Folículos Ovarianos	José Ricardo de Figueiredo
13.	Nutrição e Produção de Pequenos Ruminantes	Davide Rondina
14.	Patologia e Produção Avícola	William Cardoso Maciel
15.	Reprodução de Carnívoros	Lúcia Daniel Machado Silva
16.	Sistemas Agrários e Desenvolvimento Autossustentável em Regiões Desfavorecidas	Déa de Lima Vidal

Ciências Biológicas

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	Biologia dos Insetos Sociais	Yves Patric Quinet
2.	Biologia e Marcadores Moleculares em Alterações Celulares Experimentais	Vânia Marilande Ceccatto
3.	Biologia Pós-Genômica, Computacional e de Sistemas Nanoestruturados	Diana Magalhães de Oliveira
4.	Controle e Regulação da Pressão Arterial e do Metabolismo do Sódio	Manassés Claudino Fonteles
5.	Ecofisiologia de Halófitas	Oriel Herrera Bonilla
6.	Eletrofisiologia de Tecidos Excitáveis	José Henrique Leal Cardoso
7.	Entomologia	Maria Goretti Araújo de Lima
8.	Fisiofarmacologia da Inflamação	Ana Maria Sampaio Assreuy
9.	Histologia dos Efeitos Causados pelos Venenos de Serpentes e Plantas	Janaína Serra Azul Monteiro Evangelista
10.	Imunologia e Bioquímica de Animais	Diana Célia Sousa Nunes Pinheiro
11.	Metabolismo de Peptídeos Biologicamente Ativos	Krishnamurti de Moraes Carvalho
12.	Núcleo de Estudos Avançados em Resistência a Antimicrobianos	Marcos Fábio Gadelha Rocha
13.	Produtos Naturais de Origem Vegetal	José Henrique Leal Cardoso
14.	Toxinologia de Produtos Naturais	Krishnamurti de Moraes Carvalho

Ciências da Saúde

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	Anatomia e Cirurgia	Moacir Cymrot
2.	Atividade Física e Saúde	Luilma Albuquerque Gurgel
3.	Clínica do Sujeito: Saber, Saúde e Laço Social	Lia Carneiro Silveira
4.	Clínica e Epidemiologia das Doenças Infecciosas e Parasitárias	Maria Lúcia Duarte Pereira
5.	Cuidados à Saúde da Criança e do Adolescente e Enfermagem	Maria Veraci Oliveira Queiroz
6.	Cultura, Saberes e Práticas em Saúde	Andrea Caprara
7.	Economia da Saúde	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
8.	Educação, História e Saúde Coletiva	Sílvia Maria Nóbrega Therrien
9.	Enfermagem, Educação, Saúde e Sociedade	Maria Vilani Cavalcante Guedes
10.	Epidemiologia, Cuidado em Cronicidades e Enfermagem	Thereza Maria Magalhães Moreira
11.	Grupo de Pesquisa em Transplantes	Ivelise Regina Canito Brasil
12.	Grupo Multidisciplinar de Políticas e Intervenções em Saúde e Nutrição	Maria Marlene Marques Ávila
13.	Indicadores de Saúde	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
14.	Inovação Biotecnológica em Saúde	Maria Izabel Florindo Guedes
15.	Nutrição e Doenças Crônico-Degenerativas	Helena Alves de Carvalho Sampaio
16.	Nutrição Funcional	Fernanda Maria Machado Maia
17.	Nutrição Materno-Infantil	Helena Alves de Carvalho Sampaio
18.	Observatório de Recursos Humanos em Saúde Ceará	João Bosco Feitosa dos Santos
19.	Ósteses, Poiesis e Transtornos Crônicos	Maria Euridéa de Castro
20.	Políticas, Saberes e Práticas Coletivas em Saúde e Enfermagem	Maria Rocineide Ferreira da Silva
21.	Saúde da Mulher e Enfermagem	Dafne Paiva Rodrigues
22.	Saúde do Adulto e Família	Consuelo Helena Aires de Freitas
23.	Saúde Mental, Família, Práticas de Saúde e Enfermagem	Maria Salete Bessa Jorge
24.	Tecnologia para o Cuidado Clínico da Dor e Cuidados Paliativos	Ana Cláudia de Souza Leite
25.	Vida e Trabalho	José Jackson Coelho Sampaio

Ciências Exatas e da Terra

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	Aerossóis e Modelagem de Meio Ambiente	Gerson Paiva Almeida
2.	Biotecnologia Ambiental	Carlucio Roberto Alves
3.	Biotecnologia em Recursos Naturais	Francisco Ernani Alves Magalhães
4.	Desenvolvimento de Metodologias Analíticas	Carlos Emanuel de Carvalho Magalhães
5.	Educação e Ciências da Natureza	José Ossian Gadelha de Lima
6.	Educação em Química	Airton Marques da Silva
7.	Energias Alternativas	Rui Carlos Barros da Silva
8.	Física da Atmosfera	Carlos Jacinto de Oliveira
9.	Física Teórica	Marcony Silva Cunha
10.	Gestão Integrada da Zona Costeira	Fábio Perdigão Vasconcelos
11.	Mudanças Climáticas, Variabilidade Climática e seus Impactos	Alexandre Araújo Costa
12.	Otimização para Sistemas de Processos	Plácido Rogério Pinheiro
13.	Química de Produtos Naturais	Selene Maia de Moraes
14.	Química de Produtos Naturais e Materiais	Edinilza Maria Anastácio Feitosa
15.	Semiárido Brasileiro e o Contexto Geoambiental	Maria Lúcia Brito da Cruz
16.	Síntese e Caracterização de Compostos Inorgânicos	Augusto Leite Coelho
17.	Sistemas Costeiros e Oceânicos	Jáder Onofre de Moraes

Ciências Humanas

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	A Fundamentação Política em Benedictus de Spinoza	Emanuel Angelo da Rocha Fragoso
2.	A Questão da Liberdade na Ética de Benedictus de Spinoza	Emanuel Angelo da Rocha Fragoso
3.	Atualidade do Pensamento de Herbert Marcuse	Alberto Dias Gadanha
4.	Cidades Médias	Zenilde Baima Amora
5.	Conflitualidade e Violência	Geovani Jacó de Freitas
6.	Cultura Brasileira, Educação e Práticas Pedagógicas	Edite Colares Oliveira Marques
7.	Cultura Escrita na Antiguidade e Medievalidade	Sílvia Márcia Alves Siqueira
8.	Democracia e Globalização	Francisco Josênio Camelo Parente
9.	Dialética e Teoria Crítica da Sociedade	João Emiliano Fortaleza de Aquino
10.	Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública	Maria Glauciria Mota Brasil
11.	Docência no Ensino Superior e na Educação Básica	Maria Socorro Lucena Lima
12.	Educação Especial	Geandra Cláudia Silva Santos
13.	Educação, Cultura Escolar e Sociedade	Isabel Maria Sabino de Farias
14.	Educação, Formação Docente e Representações Sociais	Marly Medeiros de Miranda
15.	Espaço, Cultura e Educação	Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior
16.	Ética e Direitos Humanos	Marly Carvalho Soares
17.	Ética, Educação e Formação Humana	Rosa Maria Barros Ribeiro
18.	Etnicidade	Jouberth Max Maranhão Piorski Aires

19.	Filosofia e Metodologia da Pesquisa em Educação	Isaías Batista de Lima
20.	Filosofia Medieval	Jan Gerard Joseph ter Reegen
21.	Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais	Maria Helena Frota
22.	Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano	João Bosco Feitosa dos Santos
23.	Globalização, Agricultura e Urbanização	Denise de Souza Elias
24.	Grupo Interdisciplinar Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais	Lia de Matos Brito de Albuquerque
25.	História, Cultura e Natureza	Francisco Carlos Jacinto Barbosa
26.	História, Memória, Sociedade e Ensino	Isaíde Bandeira Silva
27.	Investigação em Arte, Ensino e História	José Álbio Moreira Sales
28.	Laboratório de Estudos de População	Adelita Neto Carleial
29.	Laboratório de Estudos e Pesquisa em História e Culturas	Francisco José Gomes Damasceno
30.	Laboratório de Tecnologia Educacional e Software Livre	João Batista Carvalho Nunes
31.	Literatura de Massa: os Romances Sentimentais e o Imaginário Feminino	Roberta Manuela Barros de Andrade
32.	Matemática e Ensino	Marcília Chagas Barreto
33.	Metafísica e Estética	Eduardo Jorge Oliveira Triandópolis
34.	Mobilidades, Metropolização e Redes: Perspectivas sobre o Espaço Urbano no Ceará	Zenilde Baima Amora
35.	Mundos do Trabalho, História, Política, Cultura e Sociedade	William James Mello
36.	Natureza, Ciência e Sociedade	Makarius Oliveira Tahim
37.	Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana	Frederico Jorge Ferreira Costa
38.	Oralidade, Cultura e Sociedade	Gisafran Nazareno Mota Jucá
39.	Pensamento e Cultura Política	Lucili Grangeiro Cortez
40.	Política Educacional, Gestão e Aprendizagem	Sofia Lerche Vieira
41.	Política e Formação Docente	Jorge Alberto Rodriguez
42.	Políticas de Cultura e de Comunicação	Alexandre de Almeida Barbalho
43.	Políticas Sociais, Trabalho e Cidadania	Francisco Horácio da Silva Frota
44.	Práticas Urbanas	Antônio de Pádua Santiago de Freitas
45.	Práxis, Educação e Formação Humana	Luciola Andrade Maia
46.	Rede de Pesquisa Observatório das Nacionalidades	Mônica Dias Martins
47.	Sistemas Técnicos e Espaço	Luiz Cruz Lima
48.	Teoria Crítica da Sociedade	João Emiliano Fortaleza de Aquino
49.	Trabalho, Educação e Luta de Classes	Maria Susana Vasconcelos Jimenez
50.	Trabalho, Educação, Estética e Sociedade	José Deribaldo Gomes dos Santos
51.	Turismo, Território e Cultura	Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano
52.	Um Olhar Interdisciplinar sobre a Subjetividade Humana	Marly Carvalho Soares
53.	Walter Benjamin e a Filosofia Contemporânea	Maria Terezinha de Castro Callado

Ciências Sociais Aplicadas

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	Estado, Questão Social e Serviço Social	Aurineida Maria Cunha
2.	Estratégia, Desempenho Empresarial e Empreendedorismo	Paulo César de Sousa Batista
3.	Estudos Organizacionais, Tecnologias Digitais e Pesquisa Qualitativa	Ana Sílvia Rocha Ipiranga
4.	Gestão de Pequenos e Médios Negócios	Francisco Roberto Pinto
5.	Gestão e Estudos Organizacionais	Ana Augusta Ferreira de Freitas
6.	Políticas de Seguridade Social, Movimentos Sociais e Trabalho do Serviço Social	Lucia Conde de Oliveira
7.	Políticas Públicas e Exclusão Social	Francisca Rejane Bezerra Andrade
8.	Políticas Públicas e Indústrias Criativas	Kadma Marques Rodrigues
9.	Psicologia Econômica e Consumo Responsável/Ecológico	Veronica Lidia Peñalosa Fuentes
10.	Relações Étnico-raciais: Cultura e Sociedade	Maria Zelma de Araújo Madeira
11.	Trabalho, Sociabilidade e Lutas Sociais	Epitácio Macário Moura

Engenharias

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	Avaliação de Desempenho de Sistemas Computacionais	Jorge Luiz de Castro e Silva
2.	Datamining e Categorização de Informações em Larga Escala	Marcos José Negreiros Gomes
3.	Engenharia de Software e Sistemas Inteligentes	Mariela Inés Cortés
4.	Internet do Futuro	Marcial Porto Fernandez
5.	Otimização Combinatória em Grafos	Marcos José Negreiros Gomes
6.	Otimização em Engenharia de Software	Jerffeson Teixeira de Souza
7.	Padrões de Software	Jerffeson Teixeira de Souza
8.	Redes de Comunicação	Joaquim Celestino Júnior

Linguística, Letras e Artes

	Grupo de Pesquisa	Líder
1.	Arte e Música	Alfredo Jacinto de Barros
2.	Cognição e Metáfora	Paula Lenz Costa Lima
3.	Grupo de Estudos de Mídia e Tensões Sociais no Contemporâneo	Raimundo Ruberval Ferreira
4.	Leitura-Escrita: do Verbal ao Visual	Lúta Lerche Vieira
5.	Lexicologia, Terminologia e Ensino	Antônio Luciano Pontes
6.	Literatura e as Metodologias para a Formação de Leitores	Maria Valdênia da Silva
7.	Literatura: Estudo, Ensino e (Re) Leitura do Mundo	Cleudene de Oliveira Aragão
8.	Pesquisas Cênicas	Raimundo Oswald Cavalcante Barroso
9.	Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade	Dina Maria Martins Ferreira
10.	Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará	Expedito Eloísio Ximenes
11.	Tradução e Semiótica	Vera Lúcia Santiago Araújo

Fonte: PROPGPq/CNPq, junho/2014.

3.7 Política de Extensão

A política de extensão na UECE é referenciada no Plano Nacional de Extensão, no Regimento Geral e no Plano da Gestão 2012-2016 da Universidade. A política de extensão é trabalhada, na UECE, no sentido de afirmá-la como função universitária integrada ao ensino e à pesquisa, como parte da sua missão institucional de apreender o conhecimento, desenvolvê-lo e difundi-lo, constituindo um instrumento de interface da comunidade acadêmica com a sociedade.

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEX estabeleceu diretrizes e conceitos essenciais para a afirmação da extensão como uma atividade fundamental à vida acadêmica, intrinsecamente ligada ao ensino e à pesquisa, alcançar a coletividade e envolver instituições públicas ou privadas, em planos específicos. A ação extensionista possibilita o cumprimento da missão de responsabilidade social e, ao mesmo tempo, propicia à comunidade acadêmica a oportunidade de elaboração da práxis a partir da realidade social, contribuindo significativamente para a transformação da sociedade.

A PROEX tem como filosofia de atuação o olhar, o diálogo, a interação, a canalização de demandas sociais, o abraço à coletividade e o cuidado com o meio ambiente, no entorno das unidades administrativas e acadêmicas da capital, do interior do Estado e as unidades experimentais de extensão, formação e de pesquisa bem como a escola pública do Ceará.

A extensão na UECE tem a pretensão de colocar a ciência a serviço da vida, buscando fazer a comunidade acadêmica refletir sobre o compromisso social do conhecimento em favor da vida de todos os seres, em todas as suas formas de manifestação.

Pensar a extensão universitária na UECE e no contexto de uma necessária redefinição do papel da universidade pública implica, dentre outros aspectos, que os interesses sociais sejam articulados, prioritariamente, com os grupos sociais que não tiveram acesso ao conhecimento técnico e especializado a seu serviço. Significa dialogar criticamente com as comunidades, valorizando seus saberes e incorporando seus desafios e demandas a processos de produção de conhecimento e de intervenção socialmente referenciados, a fim de garantir o acesso das populações, principalmente as excluídas, a bens culturais, científicos, econômicos, artísticos e tecnológicos.

A PROEX objetiva fomentar debates e contribuições para o aperfeiçoamento da prática extensionista e para a sedimentação de uma política de extensão universitária na UECE capaz de responder às reais demandas da comunidade acadêmica, do Estado e da sociedade em geral.

Com base nestes pressupostos, busca-se desenvolver ações extensionistas na UECE enquanto processos que articulam e viabilizam a relação transformadora entre Universidade e Sociedade em áreas prioritárias: Educação, Saúde, Meio Ambiente, Cultura e Arte, Tecnologia da Informação e Diversidade. São utilizadas distintas modalidades de ações em áreas estratégicas para a sociedade cearense, como Programas e Projetos de Extensão, Cursos de Extensão, Eventos, Prestação de Serviços Institucionais, Produção e Publicação e outros como concertos, apresentações artísticas e culturais, conclaves, espetáculos, exposições públicas, exposições, feiras, mostras, recitais, semanas de estudos, etc.

Na implementação efetiva da política de extensão na UECE, são cumpridas várias etapas com vista a assegurar a sua institucionalidade, com base na estruturação organizacional; formação e sedimentação de uma cultura de extensão no meio acadêmico; planejamento, monitoramento e avaliação de suas ações; e identificação das vocações extensionistas das unidades acadêmicas de ensino nos *campi* da UECE, buscando compatibilizá-las com as demandas da comunidade acadêmica e da sociedade cearense e por meio do estabelecimento de relações intra e interinstitucionais para captação de parcerias e prospecção de oportunidades, sempre de forma compatível com os objetivos institucionais da UECE.

A extensão na UECE atua em dois níveis, de forma interdependente: internamente, na integração com as funções ensino e pesquisa, constituindo-se no momento empírico dessas, pois é mediante as atividades de extensão que o ensino se exercita e que a pesquisa alcança materialidade; e externamente, como instrumento de interface da comunidade acadêmica com a sociedade, sendo a instância que estabelece as vias de comunicação que rastreiam expectativas e necessidades sociais para incorporação na agenda universitária e que retornam serviços e conhecimentos para essas demandas.

A extensão é o locus privilegiado para a inserção do docente e discente na realidade concreta, mediante ações político-epistemológico-pedagógicas, no contato direto com os problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade, tornando-se imprescindível para a formação de profissionais cidadãos, dotados de valores e competências para enfrentar o mercado de trabalho com habilidade técnico-científica e postura crítica e ética. Ao dispor de outros espaços de formação além da sala de aula, por meio da extensão, a Universidade ensina aos docentes e discentes elevar seu exercício acadêmico à condição de práxis.

A flexibilização curricular é outra questão fundamental que faz parte da agenda de debates dos fóruns de extensão e de graduação, internamente aprofundada na UECE, significando que as ações de Extensão Universitária, consideradas atividades complementares, notadamente programas e projetos, podem ser integralizadas ao currículo dos cursos de graduação, com atribuição de créditos.

Compete à PROEX planejar, coordenar e avaliar a implementação da política de Extensão da UECE, reafirmando-a como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. Há uma preocupação especial em qualificar a atuação do sistema da gestão pública, destacando-se de forma prioritária o sistema de ensino com suporte no fortalecimento da educação básica por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração no estabelecimento e difusão dos valores da cidadania, bem como apoiar iniciativas e empreendimentos da comunidade universitária.

A PROEX coordena três programas de bolsas estudantis: de Extensão, de Iniciação Artística e da Orquestra Sinfônica da UECE – OSUECE.

3.8 Política de Atendimento aos Discentes

A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis – PRAE tem como competência planejar e coordenar os projetos de natureza social e cultural voltados para o aluno e suas entidades estudantis e desenvolver políticas institucionais de assistência ao estudante, mediante ações que promovam a redução das desigualdades sociais. Neste sentido, a PRAE tem como fundamento a consolidação e ampliação dos serviços de assistência estudantil.

O grande incremento no ingresso ao ensino superior, nos últimos anos no Brasil, dinamizou o debate sobre Assistência Estudantil nas universidades públicas. Ao se partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996, vê-se que, já nesse momento, se apresentavam dispositivos que amparam e asseguram a importância da assistência estudantil.

Ao longo dos anos, a ideia de assistência estudantil tem se tornado parte de uma nova estratégia da gestão e do desenvolvimento institucional do ensino superior, com ações planejadas, consistentes e duradouras. Ao lado do clássico tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, percebe-se que a qualidade da assistência ao estudante se transformou em um dos critérios de avaliação das universidades.

A PRAE é dividida em quatro células:

1. Célula de Assistência ao Estudante – CAES tem a finalidade de analisar, promover e apoiar projetos de assistência, construindo mecanismos que garantam o acesso dos estudantes à UECE e a permanência nesta, reduzindo os efeitos das desigualdades socioeconômicas, tendo como pressupostos ações articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão. A CAES tem sobre sua responsabilidade atribuições administrativas organizadas nos seguintes núcleos:

1.1 Núcleo de Auxílio Permanência Estudantil – NAPE tem como objetivo criar as condições de acesso e de permanência, assim como proporcionar o pleno aproveitamento acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através dos seguintes auxílios: Restaurante Universitário e Bolsa Alimentação, Residência Universitária.

1.2 Núcleo de Bolsas de Estudo e de Trabalho e Transporte – NUBOLSA tem como objetivo propiciar aos alunos de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, especialmente os de semestres iniciais, condições financeiras para sua permanência na universidade e um desempenho acadêmico satisfatório, através da atuação em atividades acadêmicas, de extensão, de pesquisas, de estudos e administrativas, que contribuam para o seu desenvolvimento e adaptação inicial junto à Universidade.

2. Célula de Ações Culturais, Lazer e Esporte – CCELA tem por objetivo desenvolver o programa de práticas culturais, esportivas e de lazer universitário, a partir das concepções de lazer como direito social, promoção da saúde e qualidade de vida; discutir e elaborar propostas de ação junto à comunidade, incentivar e difundir atividades culturais, como elemento complementar à formação acadêmica e organizar e auxiliar na realiza-

ção de eventos culturais, esportivos e de lazer. O CCELA tem sobre sua responsabilidade atribuições administrativas organizadas nos seguintes núcleos:

2.1 Núcleo de Eventos e Lazer – NEL tem como objetivo providenciar a viabilidade das calouradas na Universidade e incentivar atividades ligadas ao lazer que possam integrar os alunos da UECE.

2.2 Núcleo de Esporte e Cultura – NEC tem como objetivos incentivar e mobilizar atividades esportivas através do apoio à Associação Atlética da UECE, da participação em Editais promovidos por instituições públicas e privadas promotoras do Esporte; organizar e viabilizar um calendário de eventos esportivos permanentes na UECE; incentivar e mobilizar as atividades artísticas e culturais por intermédio de incentivo à Associação Artística da UECE, do fortalecimento dos cursos e oficinas referentes à formação Cultural e Artística do aluno, da participação em Editais promovidos por instituições públicas e privadas promotoras da Arte e da Cultura e organizar e viabilizar um calendário de eventos Culturais e Artísticos permanentes na UECE.

3. Célula de Atenção Psicopedagógica e de Saúde – CEPS tem a finalidade de promover ações que contribuam com o melhor aproveitamento cognitivo dos alunos da UECE e identificação de necessidades básicas de saúde. O CCELA tem sobre sua responsabilidade atribuições administrativas organizadas nos seguintes núcleos:

3.1 Núcleo de Atenção Psicopedagógica – NAPS tem como objetivos realizar diagnósticos para identificar possíveis problemas pedagógicos que possam estar dificultando o processo ensino-aprendizagem dos estudantes; encaminhar o aluno, quando necessário, para atendimento profissional (psicopedagogo, psicólogo etc.) a partir de triagem dos inscritos e oferecer e/ou mediar serviços de atendimento psicológico aos alunos com dificuldades emocionais, através de atendimentos psicoterápicos; encaminhando-o, quando se fizer necessário, para orientação vocacional.

3.2 Núcleo de Atenção à Saúde – NAS tem como objetivos propiciar e facilitar o acesso ao atendimento integral em saúde; fomentar ações de promoção da saúde no campo da saúde sexual e reprodutiva e atenção ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, através de iniciativas de prevenção e redução de danos; planejar programações comemorativas de movimentos e práticas que possibilitem o envolvimento dos alunos nas questões sobre saúde e cidadania; promover ações educativas de esclarecimentos sobre o direito à saúde por meio de sensibilização da comunidade acadêmica na busca permanente do cuidado com o meio ambiente e a saúde integral do estudante; estimular e despertar o interesse, bem como o envolvimento acadêmico visando à construção e ao fortalecimento do movimento de educação e saúde ambiental nos *campi* da UECE; fomentar ações mensais de mobilização abordando temas como educação, saúde e meio ambiente.

4. Célula de Ações Afirmativas – CAAf tem por objetivo desenvolver o programa de práticas afirmativas, a partir de diagnósticos, elaboração de programas e promoção de espaços públicos de debate sobre temas ligados ao acesso e à permanência de estudantes na universidade pública. A Célula de Ações Afirmativas tem sobre sua responsabilidade atribuições administrativas organizadas nos seguintes núcleos:

4.1 Núcleo de Inclusão Social – NIS tem como objetivo elaborar programas específicos para as demandas e os perfis sócio-acadêmicos existentes; elaborar políticas e ações afirmativas para a consolidação de uma Universidade socialmente referenciada; desenvolver pesquisas e diagnósticos visando a construção de perfil socioeconômico e cultural da comunidade discente da UECE e a orientação do planejamento, monitoramento e avaliação permanentes de políticas de apoio estudantil; elaborar programas voltados primordialmente para os alunos em condições socioeconômicas precarizadas; promover fóruns envolvendo a comunidade acadêmica sobre temas ligados ao acesso e à permanência de estudantes na universidade pública; propiciar a Inclusão Digital por meio da proposição de políticas de acesso à informática na Universidade.

4.2 Núcleo de Solidariedade Universitária – NUSOL tem por objetivo despertar o(a) estudante universitário(a) para a cidadania e para a solidariedade; firmar parceria com instituições públicas para a implementação de projetos pré-universitários em escolas públicas de ensino médio e promover atividades extracurriculares visando a sociabilidade, o estímulo da criatividade assim como a autoestima dos estudantes da UECE.

3.9 Política de Educação a Distância

A UECE compreende que nos dias atuais não é possível conceber uma instituição educacional que prescindia das tecnologias de comunicação e informação, com o intuito de potencializar as oportunidades de inclusão dos mais diversos segmentos da população. No campo educacional, o ensino a distância – EaD – se apresenta como uma possibilidade concreta de democratização do ensino e se configura como fator de inclusão social.

A Universidade teve sua primeira experiência com Educação a Distância em 1996, com a oferta do Programa Especial de Formação Pedagógica. Em 2002, foi lançado o Programa de Formação Continuada de Gestores de Escolas Públicas – PROGESTÃO que agregou simultaneamente, um curso de extensão e outro de especialização.

Com o advento da Universidade Aberta do Brasil – UAB, a UECE foi integrada ao sistema, primeiramente em 2005, quando participou da experiência piloto de oferta do Curso de Bacharelado em Administração, e depois em 2006, quando teve sete cursos de licenciatura plena, todos com foco em demandas advindas dos sistemas de Educação Básica – redes estadual e municipal – para as etapas de Ensino Fundamental e Médio. Ainda pelo Sistema UAB, a UECE passou a oferecer o curso de bacharelado em Administração Pública e três especializações na área de gestão pública, todos com o intuito de melhoria da Gestão Pública de municípios e do estado.

Sentido a necessidade de ter uma unidade específica para prestar suporte técnico às atividades na área de EaD, a UECE criou em 2005 a Secretaria de Educação a distância – SEAD, como órgão suplementar vinculado à Reitoria, que tinha como objetivo principal coordenar os projetos e ações em EaD nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Em 2011, em substituição a SEAD, foi criada a Secretaria de Apoio a Tecnologias Educacionais – SATE com o objetivo de gerenciar condições de uso das ferramentas tecnológicas para aquisição de conhecimento com arrimo em padrões de qualidade e excelência voltados para o benefício do ensino público, desenvolvendo institucionalmente o setor e o uso de tecnologias de informação e comunicação nas atividades educacionais da Universidade.

A experiência vivida pela Universidade até o momento possibilitou avanços, como a criação, de forma inédita no estado, de uma norma específica para cursos *Lato Sensu* a distância. Mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. A fim de consolidar-se no contexto da EaD, a UECE prevê as seguintes metas e objetivos:

- Ampliar a oferta não apenas de cursos de graduação, mas também de pós-graduação *Lato Sensu* e de extensão;
- Promover atividades visando a troca de experiência entre o ensino a distância e presencial, incluindo a incorporação de atividades a distância nos cursos presenciais;
- Criar polos próprios de EaD, que serão chamados de CVT on line, em todos os *campi* da UECE e em mais 25 municípios nos arredores destes *campi*;
- Elaborar e desenvolver recursos didáticos-pedagógicos para educação a distância, incluindo a produção de material didático para EaD, em suas diversas possibilidades;
- Propor uma política institucional de formação de professores e técnicos administrativos para atuação em equipes de EaD;
- Desenvolver pesquisa na área de EaD;
- Ampliar as atividades da EAD em cursos superiores da UECE, a partir do estudo da viabilidade de inclusão de disciplinas a distância, no limite estipulado por legislação específica.

A SATE oferece apoio à oito cursos de licenciatura cinco curso de especialização e três mestrados profissionais

3.10 Política de Ações Inclusivas/Afirmativas

Políticas inclusivas são aquelas voltadas para a democratização de bens produzidos em uma sociedade. Tem como propósito incluir, “colocar dentro” segmentos excluídos, retomando o tema da igualdade e conseqüentemente o da diferença, com atenção à diversidade e ao direito de todos.

As políticas inclusivas são estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais. Elas buscam, pela presença interventora do Estado, aproximar os valores formais proclamados no ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade. Pautam-se no princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei. Sua meta é combater todas as formas de discriminação que impeçam o acesso a maior igualdade de oportunidades e de condições (CURY,

2005). Corrigem as fragilidades de uma sociedade de classes, que apresenta graus consideráveis de desigualdade. Aspiram a proporcionar às pessoas marcadas pela exclusão respeito à diversidade e à dignidade, participação e equiparação de oportunidades, sob a perspectiva dos direitos humanos. A política inclusiva deve ocupar-se com o enfrentamento, a desnaturalização e a desinstitucionalização da exclusão.

Assim, toda política de ação afirmativa é inclusiva, mas não necessariamente toda política inclusiva é ação afirmativa. As políticas de ação afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos. Trata-se de “discriminação positiva”, por isso se chama afirmativa, mediante a adoção de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, visando a promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com as demais pessoas.

As políticas de ações afirmativas visam a oferecer aos grupos discriminados e excluídos, um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens, por exemplo, em razão das práticas criminosas do racismo e de outras formas de discriminação. O cenário atual está pontuado pelos desafios concernentes à implementação de políticas de educação superior de inclusão sócio-étnico-racial em instituições públicas e privadas de modo a enfrentar as desigualdades. Para responder a tais desafios, a UECE na atual gestão tem envidado esforços no sentido de implementar sistemas inclusivos de ingresso e permanência dos estudantes na UECE. Com tal intuito foram realizadas várias atividades, dentre as quais destaca-se: o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Ceará, o I Seminário de Políticas Afirmativas: Reflexões sobre Acesso e Permanência na UECE, Seminários para discussão da Política de Ingresso e Inclusão na Universidade: ENEM, SISU e Cotas e o 1º Censo Discente da UECE.

O mapeamento a seguir descreve as ações afirmativas executadas pela UECE:

- a) Isenção da taxa de inscrição do vestibular:** beneficia ao candidato que tenha cursado o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio em escola pública (municipal, estadual ou federal), de funcionamento regular no estado do Ceará, ou que tenha cursado o 1º e 2º ano do Ensino Médio em escola pública (municipal, estadual ou federal), de funcionamento regular no estado do Ceará, e esteja cursando, ainda em escola pública (municipal, estadual ou federal), de funcionamento regular, no estado do Ceará, o 3º ano do ensino médio.
- b) UECEVest:** criado em 1999, por iniciativa de um pequeno grupo de alunos de Geografia, com apoio do Sindicato dos Servidores da UECE. Funcionava com, somente, uma turma. Como projeto social, o UECEVest existe formalmente desde 2005, tendo como professores estagiários que estão cursando graduação na UECE a partir do 3º semestre, além de professores cooperados. Volta-se para os alunos da rede pública e privada de ensino, com prioridade nos primeiros.
- c) Espaço Ekobé:** espaço em formato de oca que foi construído em 2006, onde realizam-se práticas complementares à Medicina convencional, como massoterapia, Reik, rezas das religiões afro-brasileiras, reflexologia, terapias comunitárias e biodança que visam a propiciar o equilíbrio da saúde mediante uma conexão entre corpo, espírito,

alma, sentimento e razão. Atualmente existem 20 cuidadores que atendem a estudantes, servidores, professores da UECE, a comunidade do entorno, além de pessoas encaminhadas dos postos de saúde da região e do CAPs-AD da SER IV.

- d) Curso de Licenciatura Intercultural Indígena:** formação de professores indígenas: a seleção é destinada exclusivamente a candidatos que satisfaçam as seguintes condições: pertencer à etnia ou comunidade indígena localizada no estado do Ceará; ter concluído o ensino médio ou equivalente; ser professor indígena, desenvolvendo atividades de docência em escola indígena e ser professor indígena participante de organização indígena do estado do Ceará; ser diretor ou gestor de escola ou polo escolar indígena; ser supervisor ou coordenador de escola ou polo escolar indígena; ser secretário de escola ou polo escolar indígena; ser participante de organização indígena localizada no Ceará.
- e) Curso de Bacharelado em Serviço Social da Terra:** Em 2011 a UECE aprovou convênio com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dentro Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA para a realização de uma turma especial em bacharelado em Serviço Social. Esse convênio foi resultado de uma aproximação dos Movimentos Sociais Rurais (MST, MAB, CPT, MPA, Comunidade Quilombolas e Via Campesina) com a UECE que apresentaram as demandas dos estudantes de áreas de reforma agrária para o ensino superior. O convênio firmado FUNECE/ INCRA/ PRONERA permitiu o acesso de 60 estudantes das regiões do Nordeste e Norte, com a participação dos estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Pará.
- f) Curso de Licenciatura em Educação para o Campo:** O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Estadual do Ceará, com sede na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, é realizado a partir de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. O Objetivo a formação em uma turma especial de 44 (quarenta e quatro) alunos que atuarão como professores nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em escolas dos sistemas estadual e municipais situadas no campo em diversificados contextos socioculturais. Pretende assim, habilitar profissionais que estejam atuando sem a titulação mínima exigida pela legislação educacional, bem como aqueles envolvidos em atividades educativas não escolares junto às populações do campo. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo é financiado com recursos do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.
- g) Projeto UECE Acesso:** Desde o ano de 2009 a Universidade Estadual do Ceará-UECE possui um Projeto de Acessibilidade e Mobilidade das Pessoas com Deficiência, o UECE Acesso, que tem como objetivo primordial possibilitar discussões e programas de ações que possam vir a assegurar à comunidade ueceana, notadamente, alunos com defici-

ência, a inclusão educacional no ensino superior. O referido projeto apresenta grandes ações, tais quais: Acessibilidade Física e Pedagógica com adequação dos espaços de salas, laboratórios, bem como da Biblioteca Central e setoriais; Formação Pedagógica de Professores e outros processos de formação que devem atingir os servidores técnico-administrativos e discentes com o intuito de quebrar as barreiras de cunho atitudinal. A Universidade Estadual do Ceará, por meio do Projeto UECE Acesso, busca assegurar o direito de seus alunos a uma educação de qualidade. Isto implica na construção de uma universidade que seja acessível e, assim, valorize e respeite as diferenças individuais e culturais. Dentre as atividades e ações desenvolvidas pelo UECE Acesso, destacam-se:

- Diagnóstico das condições de acessibilidade das pessoas com deficiência na UECE;
- Elaboração do Projeto de Acessibilidade e Mobilidade das Pessoas com Deficiência na UECE;
- Visita a outras Instituições de Ensino Superior com o intuito de verificar as ações realizadas para a efetivação de inclusão e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior;
- Levantamento do número de pessoas com deficiência na UECE;
- Inclusão de recursos no MAPP do Governo do Estado para adequação das estruturas prediais;
- Aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos que objetivam atender, especificamente, as necessidades dos alunos cegos que estudam em nossa Universidade.

Além das ações acima mencionadas, a UECE tem modificado arquitetonicamente suas dependências para permitir a acessibilidade dos alunos que fazem uso de cadeira de rodas ou aqueles que possuem mobilidade reduzida. O *campus* do Itaperi e algumas de suas Unidades no Interior têm passado e estão passando por reformas arquitetônicas. Dentre elas, podemos citar a construção de rampas, reforma das praças no *campus* do Itaperi, seguindo as Normas Técnicas de Acessibilidade, instalação de corrimões em alguns auditórios, implantação de Plataforma na Biblioteca Central, troca de maçanetas, construção de banheiro para pessoas com deficiência, etc.

h) Programa de Acompanhamento Psicopedagógico ao Estudante – PROAPPE: apresenta-se como uma proposta de apoio ao estudante em sua vida acadêmica, por meio de serviços que o auxiliam em suas dificuldades, em conformidade com o Plano de Nacional Assistência Estudantil – PNAE para as Universidades. O Programa visa, por meio de atividades individuais e grupais, proporcionar ao estudante assistência pedagógica, psicopedagógica e psicológica, com vistas à promoção do seu crescimento pessoal e profissional. A importância deste trabalho resulta da necessidade de a Universidade ampliar as modalidades de assistência estudantil nas unidades do interior, garantindo assim maior possibilidade de melhoria da sua qualidade de vida e permanência nos bancos.

i) Projeto Equilíbrio da Mente: se propõe favorecer a interação social de jovens e adultos atendidos pelo CAPS de Quixadá que apresentam com transtornos mentais. Objetiva ser um espaço que contribua para a socialização, possibilitando a integração no envolvimento social e familiar, bem como ampliar as potencialidades de cada educando, reconstruindo seu vínculo social mediante o respeito e a valorização do ser humano.

j) Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Matemática – NEPEEM: foi criado, oficialmente, em 2010 e teve origem nas atividades realizadas pelo Laboratório de Educação Matemática Malba Tahan – LABOMÁTICA, desde 2008. O NEPEEM tem como objetivo geral desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em Educação Matemática, visando à ampliação das ideias e ações nos campos profissional e científico, da seguinte forma: ensino, com a utilização dos recursos do LABOMÁTICA na formação inicial (graduandos em Matemática e Pedagogia) e continuada; extensão, com a oferta de cursos de formação em serviço de professores da rede pública da região; e pesquisa, no qual o Grupo de Pesquisa em Educação Matemática – GPEM faz registros, sistematiza, produz textos científicos e divulga os resultados das ações realizadas em eventos acadêmicos e científicos da UECE e de outras instituições. As atividades do NEPEEM são realizadas por professores de Pedagogia, de Matemática e de estudantes com bolsas de trabalho do Programa de Bolsas e Assistência da PRAE/UECE, e professores da educação básica da área de abrangência da FECLESC.

3.11 Organização Didático-Pedagógica

A PROGRAD tem o compromisso de continuamente aprimorar a organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação, objetivando oferecer a seus alunos formação profissional articulada interna e externamente com as características das demandas da academia e da sociedade. Nesse sentido, realiza inovações que buscam aprimorar e tornar mais eficiente o trabalho de gestão acadêmica e docência, no âmbito das coordenações de cursos e diversos espaços de ensino e aprendizagem.

3.11.1 Coordenação do Curso

As Coordenações, órgãos administrativo-pedagógicos da Administração Básica, são responsáveis pela gestão de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação. Compostas por Coordenador e Vice-Coordenador, seus gestores são eleitos em pleito direto pelo corpo docente e discente do curso, para um mandato de dois anos, conforme norma vigente, e nomeados por ato do Reitor.

De acordo com o Estatuto e Regimento da UECE, todos os professores do quadro efetivo estão aptos a exercer as atividades de Coordenador de Curso, bastando, para tanto, se candidatarem nos períodos aprazados, em chapas vinculadas. A chapa eleita com maior número de votos é nomeada pelo Reitor com resultado homologado pelo Conselho Universitário – CONSU.

Diante da diversidade de atividades atribuídas ao Coordenador, a PROGRAD realiza, a cada início de gestão dos coordenadores, curso de formação no qual são debatidas as suas atribuições e responsabilidades da função, além das interfaces que devem ser estabelecidas com outros setores da UECE. Constituiu-se, em 2013, a Câmara de Coordenadores de Curso de Graduação – CCCG, composta por todos os coordenadores de cursos de graduação de todos os *campi* da UECE, sob a presidência da Pró-Reitora de Graduação. Com reunião ordinária mensal, onde se discutem temas relevantes para a Administração Básica e realizam-se capacitações em temas específicos, a Câmara tornou-se espaço de formação permanente dos Coordenadores de Curso.

As atribuições dos Coordenadores são definidas pelo Regimento Geral e estão detalhadas no Manual de Orientações Acadêmicas – Guia do Coordenador de Graduação, produzido pela PROGRAD. Dentre suas atribuições, pode-se destacar a representação do curso no âmbito administrativo da Universidade; o planejamento e acompanhamento didático-pedagógico do Curso; a observância do regime escolar; o cumprimento e execução dos programas de ensino; a coordenação dos trabalhos de elaboração e implantação dos projetos pedagógicos; bem como o acompanhamento da vida acadêmica do aluno, desde a matrícula, seguindo-se pelos estágios, disciplinas em regime especial e pelas atividades complementares.

Cada curso de graduação tem o seu Colegiado de Curso composto por todos os professores de disciplinas da área específica de conhecimento, além dos professores de disciplinas de áreas de conhecimento vinculadas ao curso e, ainda, a representação estudantil. O Colegiado tem função consultiva e deliberativa em matéria de gestão, ensino, pesquisa e extensão. O presidente do colegiado é o Coordenador de Curso que tem direito ao voto de qualidade, além do voto comum. Em sua ausência, ou impedimento, o Vice-Coordenador assume a presidência.

No desempenho de suas funções técnico-administrativo-didáticas, os coordenadores podem constituir comissões ou grupos de trabalho, compostos por membros do colegiado de curso. Essas comissões, dentre outras ações, desempenham papel fundamental nas discussões referentes à elaboração dos projetos pedagógicos, ao processo seletivo de monitores e ao acompanhamento do estágio supervisionado e atividades complementares.

3.11.2 Projeto Pedagógico do Curso – PPC

As inovações e a flexibilidade curricular se fizeram presentes nos projetos pedagógicos dos cursos, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/1996 e se refletem na organização curricular, em modelos mais tradicionais que apresentam quadros de disciplinas, seja naqueles mais inovadores, consolidados em áreas ou núcleos de estudos. Tais modelos são orientados por normas legais e se efetivam por meio de aulas, seminários, oficinas, estudos orientados, estágios, aulas de campo, pesquisa e atividades complementares (científicas, acadêmicas e culturais).

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC são discutidos e elaborados por cada um dos Colegiados de Curso e por eles inicialmente aprovados, sempre com a assessoria pedagógica da PROGRAD, tendo como referência as orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN – para a Graduação. Em seguida, são aprovados pelo CEPE e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, órgão consultivo e normativo do sistema de ensino estadual.

O documento do PPC estabelece: os objetivos do curso; o perfil do formando, detalhando as competências e habilidades profissionais pertinentes; os princípios norteadores da formação profissional; a concepção da formação; as áreas de atuação profissional; a organização curricular, seus princípios, os eixos do currículo e a integralização; os planos de estágio obrigatório e não obrigatório; as atividades complementares; a avaliação do ensino e da aprendizagem; as linhas de projetos de pesquisa; o corpo docente; o ementário das disciplinas; o acervo bibliográfico específico ao curso e a infraestrutura. O PPC traz, ainda, a sistematização dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, os quais

podem ser apresentados sob a forma de monografias, Artigos, memoriais, dentre outros. Os TCC constituem-se como ponto de estrangulamento para a conclusão dos cursos de Graduação, desta forma estuda-se para 2014 modificações nas resoluções que os regem, nos processos de orientação, e nos produtos exigidos aos concludentes.

A PROGRAD realiza também estudos no sentido de incluir nos cursos presenciais 20 horas-aula à distância, apoiando-se em legislação específica. Essa iniciativa visa inserir na formação dos futuros profissionais o domínio das tecnologias da informação e comunicação; a flexibilização curricular; a implementação de alternativas para solucionar carências de recursos humanos, como a formação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para os cursos de Licenciatura. Para o período 2014-2016 pretende-se implantar a flexibilização curricular, a partir da mobilização dos professores que se integrarão neste processo, sistematizando um projeto de mobilidade acadêmica intra e extra institucional.

No desenvolvimento dos PPC, registra-se o compromisso de implantação de inovações metodológicas que contribuam para a melhoria contínua da qualidade dos cursos de graduação, tanto presenciais quanto a Distância – EaD. Nestes, elaboram-se também materiais didático-pedagógicos pertinentes a cada área, tais como: livros didáticos, recursos audiovisuais, orientações de consulta à internet, entre outros.

A fundamentação teórico-metodológica é específica a cada curso, registrando-se experiências na organização curricular por competências em busca do atendimento às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação, visando à utilização de metodologias ativas.

Para o período 2014-2016, a Célula de Assessoramento Pedagógico – CAP dará continuidade ao assessoramento aos cursos na (re) elaboração dos seus PPC, assim como acompanhará a tramitação no Conselho Estadual de Educação, órgão que autoriza o funcionamento dos cursos das Universidades Estaduais do Ceará.

3.11.3 Práticas Acadêmico-Profissionais

As questões aqui abordadas dizem respeito às oportunidades curriculares oferecidas para os alunos da graduação no sentido de aproximá-los da formação necessária para a sua inserção profissional e para a ampliação de aspectos de formação cidadã.

3.11.3.1 A Política de Estágio na Graduação

Os Estágios dos Cursos de Graduação da UECE constituem atividades supervisionadas, a serem desenvolvidas pelos alunos de graduação por meio de práticas inerentes à sua formação profissional, em ambiente de trabalho e, como tal, devem estar inseridos nos PPC, atendidas as exigências da Lei nº 9.394 de 20/12/1996, da Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e da Resolução UECE/CEPE nº 3451/2012.

O estágio tem como objetivo geral proporcionar ao educando oportunidades para exercitar as atividades próprias de sua profissão, visando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho, compreendendo a realidade social de forma crítica. Em decorrência, tem como objetivos específicos:

- Capacitar o aluno-estagiário a aplicar rigorosa e criticamente os conhecimentos adquiridos no curso, articulando teoria e prática para a tomada de decisões e para o desenvolvimento de competências e habilidades próprias de sua atividade profissional;

- Aperfeiçoar a formação acadêmica, a partir de um conjunto de atividades de aprendizagem profissional, proporcionadas em situações práticas em empresas, instituições e entidades públicas ou privadas, conforme descrito no projeto pedagógico de cada curso;
- Proporcionar ao aluno-estagiário condições para situar e compreender a realidade socioeconômica, política e cultural da sociedade na qual está inserido, da região e do contexto local em que se desenvolve sua atuação profissional;
- Estimular o aluno-estagiário a desenvolver valores éticos e sociais e a percepção humanística da realidade brasileira, no seu campo de trabalho e em áreas afins, garantindo a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- Proporcionar ao aluno-estagiário habilidades e competências profissionais, fomentando o conhecimento acerca da realidade que lhe possibilite contribuir para o desenvolvimento nacional e regional;
- Contribuir para o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoais, que priorizem ações colaborativas e interdisciplinares e a integração dos conhecimentos teóricos, técnicos, culturais e humanísticos;
- Constituir-se como elemento potencializador da relação Universidade e sociedade, contribuindo na identificação de respostas às demandas e desafios contemporâneos do mundo do trabalho.

Os estágios dos Cursos de Graduação da UECE poderão ser realizados em duas modalidades: obrigatório e não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares dos cursos de graduação, para as quais devem constar orientações específicas de realização e de validade, nos respectivos Projetos Pedagógicos de curso.

O estágio obrigatório é aquele definido como atividade curricular, pré-requisito para conclusão e obtenção do diploma de graduado. O estágio não obrigatório é definido como atividade opcional, a qual poderá ser aproveitada como atividade complementar, conforme Resolução específica.

A definição das políticas de estágio obrigatório é realizada pela CAP e conta com a assessoria da Comissão Permanente de Estágio – COPEC, com vistas a orientar os cursos de graduação em matéria de estágio e fomentar discussões coletivas que visem ao aprimoramento dessa atividade como importante componente curricular das propostas de formação profissional dos alunos. Cada Centro/Faculdade possui um Núcleo de Acompanhamento de Estágio – NAE, composto por um coordenador geral e pelos coordenadores de estágio dos cursos e pessoal administrativo. O NAE tem papel fundamental na organização, acompanhamento, supervisão e proposições relativas à realização do estágio na UECE.

Na UECE, o estágio curricular não obrigatório é coordenado pela PROEX, que centraliza a organização e contato com as agências de intermediação de estágios que mantêm parceria com essa Universidade.

3.11.3.2 Implantação e Acompanhamento das Atividades Complementares

As atividades complementares ou atividades acadêmico-científico-culturais têm como objetivo enriquecer o processo formativo do aluno, por meio da diversificação de

experiências, tendo como princípio a flexibilização curricular e a ampliação do seu universo científico e cultural por meio da pluralidade de espaços de formação profissional.

A realização das atividades complementares pode ocorrer no período regular de permanência do aluno na Universidade em espaços de aprendizagem distintos desta e da sala de aula, desde que atendam ao proposto pelas Resoluções aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE da UECE e pelo Projeto Pedagógico de cada curso.

Podem ser consideradas atividades complementares toda e qualquer atividade que não conste na matriz curricular do curso, que seja de aprofundamento e/ou ampliação da formação profissional dos alunos de graduação, que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento e com os objetivos do curso, contribuindo para a qualificação do exercício profissional.

As atividades complementares nos cursos de graduação da UECE são regulamentadas pela Resolução nº 2/2002, do Conselho Nacional de Educação – CNE e pela Resolução UECE/CEPE nº 3241/2009. Os Projetos Pedagógicos de todos os cursos de graduação, licenciatura e bacharelado devem contemplar essas atividades, em acordo com as Resoluções CNE/CP nº 2, de 19/02/2002; CNE/CP nº 1, de 15/05/2006; CNE/CES nº 2, de 18/06/2007; CNE/CES nº 4 de 06/04/2009 e as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos diferentes cursos de graduação.

Para efeito de integralização curricular, os cursos de Licenciatura Plena deverão cumprir 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares. Para o curso de Licenciatura em Pedagogia, essas atividades, segundo o que preconiza a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, devem ser realizadas da seguinte forma: 100 (cem) horas como atividades complementares e 100 (cem) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento, em áreas específicas de interesse dos alunos.

Os cursos de Graduação, modalidade Bacharelado, deverão cumprir o exposto nas Resoluções CNE/CES nº 2, de 18/06/2007 e CNE/CES nº 4 de 06/04/2009, que estabelecem que os estágios e atividades complementares devam responder por até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações específicas contidas nas respectivas DCN, devendo a carga horária destinada a essas atividades ser explicitada no Projeto Pedagógico do Curso.

3.11.3 Programas de Apoio à Graduação

Os Programas de Apoio à Graduação são aqueles que contribuem para o enriquecimento das experiências dos estudantes durante o período em que realizam seus cursos de graduação. Esses programas contemplam perspectivas de âmbito internacional, nacional e de infraestrutura para desenvolvimento de práticas com a Educação Básica. Para participar desses Programas, a UECE concorre a editais federais, através dos quais obtém bolsas ou recursos para aquisição de materiais e realização de atividades que aproximem a Universidade da Educação Básica.

Os Programas de âmbito Internacional oferecem oportunidades de intercâmbio com estudantes de outros países, seja apoiando os alunos brasileiros em suas experiências fora do Brasil, seja trazendo estudantes estrangeiros para a nossa Universidade, enri-

quecendo a vida acadêmica nos *Campi* da UECE. Na primeira categoria estão o Programa Ciências Sem Fronteiras – CsF, o Programa Licenciaturas Internacionais – PLI – além do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores – PDPP. Já na segunda categoria está o Programa Estudante Convênio Graduação – PEC-G.

Os programas de Bolsas em âmbito Nacional são aqueles que oferecem bolsas a estudantes para aprofundamento de conhecimentos e experiências em suas áreas específicas de estudos. A UECE, através da PROGRAD, dispõe dos seguintes programas: Programa de Monitoria Acadêmica – PROMAC; Programa de Educação Tutorial – PET; Projeto de Reorientação na Formação Acadêmica dos Cursos de Graduação da Área da Saúde – PRO-SAÚDE/PET-SAÚDE; e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.

Os Programas de Infraestrutura e Desenvolvimento de Práticas com a Educação Básica também são programas federais voltados para a valorização das Licenciaturas e do professor da Educação Básica. A UECE participa do Programa Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador – LIFE e do Programa Novos Talentos.

Uma oportunidade acadêmica internacional se abriu, em 2013, com o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores – PDPP, a partir do qual alunos participantes do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR ou professores supervisores participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID podem concorrer à visita a universidades e escolas portuguesas. A visita tem duração de um mês, como incentivo à profissão de professor.

3.11.4 Programas Especiais de Graduação

Denominam-se Programas Especiais aqueles através dos quais se oferecem cursos de graduação, com financiamento externo e que não compõem a estrutura própria da UECE.

A UECE aderiu aos seguintes programas financiados pelo Governo Federal: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR; Programa de Apoio à Licenciatura Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND; Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO; Universidade Aberta do Brasil – UAB.

O PARFOR é gerenciado pela CAPES e tem como objetivo subsidiar a formação superior para professores que já se encontram em exercício na rede pública da Educação Básica. Trata-se da busca pelo atendimento à determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que exige formação universitária para todos os professores, objetivando a melhoria da qualidade da educação brasileira. O Programa provoca a aproximação das IES com as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, pois é da iniciativa desses órgãos a divulgação da demanda por formação de seus quadros. Diante desses números, a IES publica, via Plataforma Freire, as turmas especiais de licenciatura que disponibilizará a cada ano.

A UECE firmou convênio com a CAPES em 2010 e, desde 2011, vem oferecendo uma turma do curso de Licenciatura em Pedagogia. Em 2013, criou sob demanda mais uma turma do mesmo curso. Para o ano de 2014, ofereceu quinze turmas, duas das quais em Quixadá (Geografia, Matemática) e as demais em Fortaleza (Biologia, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras espanhol, Letras inglês

Matemática, Música, Pedagogia, Química). A execução das turmas depende da efetiva inscrição dos professores, o que devera ocorrer em fevereiro de 2014.

O Programa de Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND tem o objetivo de apoiar a formação de professores indígenas para o exercício da docência em suas próprias escolas. Os profissionais oriundos desses cursos estarão habilitados para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Trata-se de projetos de cursos de licenciaturas específicas que respeitem e valorizem a cultura dos povos indígenas, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão de temas que lhes sejam relevantes, tais como as línguas maternas, a gestão e sustentabilidade das terras. A UECE oferece uma turma para os povos indígenas cearenses.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO objetiva graduar professores para atuarem nas escolas situadas nas áreas rurais, especificamente para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Trabalhando no regime de alternância, o currículo se organiza em etapas intensivas durante os meses de janeiro e julho, o denominado Tempo-Escola, enquanto o restante dos meses intercalados com o Tempo-Comunidade. A metodologia visa a propiciar a articulação entre educação e a realidade específica das populações do campo, facilitando o acesso e viabilizando a permanência no curso dos professores em exercício. Com esse tipo de formação, procura-se evitar que o acesso da população rural à educação superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo. A UECE dispõe de uma turma de graduação para o Campo visando dar formação que possibilitará ao estudante egresso o desenvolvimento de competências cognitivas necessárias ao enfrentamento dos novos desafios do século XXI, à inserção social e ao exercício da cidadania.

O PRONERA com uma contrapartida da FUNECE financia toda a logística do curso com a garantia de passagem para os estudantes, hospedagem, alimentação, pessoal de apoio técnico e pedagógico, durante os quatro anos de formação. A formação dessa turma tem como base o mesmo Projeto Político Pedagógico da Bacharelado em Serviço Social da UECE. Dentro dessa proposta foram adicionados alguns temas transversais para fosse contemplada parte da realidade do campo brasileiro, dos quais se destacam: questão agrária, reforma agrária, movimentos sociais, educação popular, terra e trabalho. A turma iniciou o 3º semestre em 2014.2. A metodologia de trabalho, construída e aprovada pelo PRONERA, em consonância com a LDB, se estrutura em dois momentos: tempo escola e tempo comunidade. Durante o tempo escola os estudantes realizam 70% das atividades acadêmicas no campus do Itaperi, com aulas intensivas (manhã e tarde) de acordo com o currículo do curso. Durante o tempo comunidade, os estudantes, de volta às suas comunidades rurais, realizam atividades de estudo, pesquisa e extensão com o acompanhamento de professores e apoio de monitores do curso regular da UECE.

O Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB – foi criado pelo Governo Federal, em 2005, com o objetivo de levar Ensino Superior público de qualidade aos municípios que não tinham acesso a cursos de graduação. Para esse fim, a modalidade EaD se mostrava como ferramenta essencial.

Atualmente a UECE oferece, na modalidade à distância, dois bacharelados: Administração Pública e Computação, além de sete cursos de licenciatura: Artes Plásticas, Ciências Biológicas, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia e Química. Contemplam-se dezoito municípios: Aracoiaba, Barbalha, Beberibe, Brejo Santo, Campos Sales, Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maranguape, Mauriti, Missão Velha, Orós, Piquet Carneiro, Quixeramobim, Russas e Tauá. Projeta-se para o período 2014-2016 a ampliação do número de turmas e de vagas na educação a distância.

3.11.5 Programa de Acompanhamento Discente

O Programa de Acompanhamento Discente – PRADIS – foi criado em dezembro de 2012, por meio da Resolução nº 921/2012 do Conselho Universitário – CONSU. Seu objetivo é proporcionar a estudantes que excederam o tempo de integralização curricular, possível apoio institucional para que concluam seu curso de graduação, com a maior brevidade. O prazo para integralização curricular corresponde ao tempo normal de duração do curso mais 50%, excetuando os casos em que o Projeto Pedagógico do Curso explicita algo em contrário.

A PROGRAD implantou o PRADIS em 2013, para regularizar a vida acadêmica de 2.152 alunos – de um universo de 18 mil estudantes da graduação – que excederam o tempo de integralização. Esses atrasos na conclusão dos cursos geram um custo alto para a Instituição, pois determina que a Universidade e professores para oferecer disciplinas de fluxos concomitantes. Além disso, como as vagas ficam ocupadas por mais tempo que o esperado, a Universidade fica impossibilitada de abrir mais vagas para novos alunos, em processos de transferência, ingresso como graduado, ou até mesmo aumentar as vagas de ingresso via vestibular.

Para ingressar no PRADIS o aluno assina documentação declarando concordar com a matrícula nas disciplinas determinadas pelo coordenador de seu curso, organizadas em Plano Individual do aluno com número de semestre limitado, o que o levará a conclusão do curso. A matrícula passa a ser realizada de forma presencial na PROGRAD, com acompanhamento da equipe, em datas estabelecidas em calendário próprio. O descumprimento das determinações constantes no Plano Individual implica no desligamento do aluno do quadro discente da UECE. No ano de 2013, 270 desses alunos já colaram grau e 145 foram desligados.

3.11.6 Empresas Juniores

Nos últimos anos, tem-se ouvido falar com frequência da atuação no mercado de trabalho, de certos profissionais ainda não graduados, que utilizam o conhecimento adquirido em sala de aula para prestar serviço a baixo custo para a sociedade, aliando, desta forma, a teoria à prática e proporcionando aos estudantes uma experiência de mercado.

O conceito de empresa júnior foi criado na França na década de 1960, anos após a criação do movimento, que se tornou muito conhecido. Os brasileiros presenciaram a criação da primeira empresa júnior do Brasil em São Paulo, em 1988. Hoje são mais de 600 empresas juniores registradas nos diversos estados brasileiros, organizadas em federações estaduais e confederação nacional.

No Ceará, a experiência do Movimento Empresa Júnior – MEJ iniciou por meio da criação da primeira Empresa Junior do Estado do Ceará, a ADM Soluções, Associação dos Graduandos em Administração da Universidade Estadual do Ceará. Após esse passo, foi muito rápido o modo como o MEJ se espalhou, possibilitando a criação de outras empresas juniores.

A UECE, pioneira nesse movimento, alcançou um ritmo mais avançado e hoje já conta com quatro empresas juniores abertas: ADM Soluções, Harpia, Acens e Atlas, empresas de graduandos dos cursos de Administração, Ciências Biológicas, Ciência da Computação e Geografia, respectivamente; e duas encontram-se em processo de abertura, ligadas aos cursos de Física e Medicina Veterinária.

Essas empresas atuam no mercado oferecendo serviços de acordo com o seu curso. Por exemplo, a ADM Soluções presta consultoria empresarial na área de Finanças, Marketing e Organizacional, esta última englobando conteúdos de Recursos Humanos e Organização, Sistemas e Métodos – OS&M; a Acens, por sua vez, atua no mercado oferecendo cursos na área de Tecnologia da Informação – TI, criação de sites com design moderno e sistemas web de qualidade que abrangem várias áreas.

De uma forma geral, as empresas juniores possibilitam um grande desenvolvimento para seus membros, para a Universidade a que pertencem e para a sociedade. Tornando, assim, um ciclo de grande desenvolvimento e formação humana e profissional, onde cada setor beneficia outro.

Dimensão 4 – Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos

4.1 Oferta atual dos cursos na UECE

A UECE é uma universidade consolidada na perspectiva *multicampi*, com unidades instaladas na capital e no interior do estado, oferecendo atividades de graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presenciais e à distância. Por outro lado, as constantes mudanças nos ambientes social, cultural, econômico e tecnológico provocam novas demandas e, por conseguinte, a formação de pessoas capacitadas para os novos desafios.

No a UECE conta atualmente com nove doutorados, 18 mestrados acadêmicos e nove mestrados profissionais. Com relação ao *Lato Sensu* a UECE conta com um portfólio de 355 cursos presenciais de aperfeiçoamento/especialização, duas residências multiprofissionais e cinco à distância dos quais 66 presenciais e uma residência multiprofissional em saúde em funcionamento.

Quadro 2 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus Itaperi de Fortaleza, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Administração	Bacharelado	4	160	Diurno/Noturno	07/01/1965	Decreto nº 55.473/1965	Parecer nº 0557/2013	15/05/2013
Ciências Biológicas	Licenciatura	4	60	Tarde	02/06/1997	Res. nº 175/1997-CONSUS	Parecer nº 0066/2011	21/03/2011
Ciências Contábeis	Bacharelado	4	100	Noturno	10/09/1987	Res. nº 45/1987-CONSUS	Parecer nº 0226/2010	28/04/2010
Ciências da Computação	Bacharelado	4,5	80	Diurno	10/11/1983	Res. nº 54/1983-CEPE	Parecer nº 0138/2009	10/06/2009
Ciências Sociais	Bacharelado	4,5	45	Manhã	13/07/1989	Res. nº 69/1989-CONSUS	Parecer nº 0265/2010	26/05/2010
Ciências Sociais	Licenciatura	4	45	Noturno	07/10/2003	Res. nº 433/2003-CONSUS	Parecer nº 0356/2009	16/09/2009
Educação Física	Licenciatura	4	60	Diurno	26/12/2000	Res. nº 293/2000-CONSUS	Parecer nº 0557/2013	15/05/2013
Enfermagem	Bacharelado	4,5	80	Diurno	20/09/1946	Decreto nº 21.855/1946	Parecer nº 0255/2009	28/07/2009
Física	Bacharelado	4	40	Diurno	11/10/2001	Res. nº 326/2001-CONSUS	Parecer nº 0491/2009	08/01/2009
Física	Licenciatura	4	120	Diurno/Noturno	02/06/1997	Res. nº 175/1997-CONSUS	Parecer nº 0015/2010	25/11/2010
Geografia	Bacharelado	4	60	Manhã	12/07/1950	Decreto nº 28.370/1950	Parecer nº 0379/2010	11/08/2010
Geografia	Licenciatura	4	60	Noturno	12/07/1950	Decreto nº 28.370/1950	Parecer nº 0379/2010	11/08/2010
História	Licenciatura	4	80	Noturno	12/07/1950	Decreto nº 28.370/1950	PPC EM REELABORAÇÃO	-
Matemática	Licenciatura	4	160	Tarde/Noturno	02/06/1997	Res. nº 175/1997-CONSUS	Parecer nº 0557/2013	15/05/2013
Medicina	Bacharelado	6	40	Diurno	23/09/2002	Res. nº 377/2002-CONSUS	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Medicina Veterinária	Bacharelado	5	60	Diurno	23/03/1963	Decreto nº 62.294/1963	Parecer nº 0493/2009	25/11/2009
Música	Bacharelado	4	1	Diurno	20/01/1967	Decreto nº 60.103/1967	Parecer nº 0258/2009	28/07/2009
Música	Licenciatura	4	50	Diurno	20/01/1967	Decreto nº 60.103/1967	Parecer nº 0557/2013	15/05/2013
Nutrição	Bacharelado	5	60	Diurno	26/04/1977	Portaria nº 503/Reitoria	Parecer nº 0123/2009	10/06/2009
Pedagogia	Licenciatura	4,5	160	Manhã/Noturno	28/06/1963	Decreto nº 52.192/1963	Parecer nº 0557/2013	15/05/2013
Psicologia	Bacharelado	5	40	Diurno	20/09/2007	Res. nº 591/2007-CONSUS	Parecer nº 0385/2013	27/02/2013
Química	Licenciatura	4,5	120	Tarde/Noturno	02/06/1997	Res. nº 175/1997-CONSUS	Parecer nº 2184/2012	21/11/2012
Serviço Social	Bacharelado	4	160	Diurno/Noturno	11/07/1956	Decreto nº 39.511/1956	Parecer nº 0557/2013	15/05/2013

Quadro 3 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus Fátima de Fortaleza, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Filosofia	Bacharelado	4	100	Diurno/Noturno	10/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0380/2010	11/08/2010
Filosofia	Licenciatura	4	100	Diurno/Noturno	10/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0380/2010	11/08/2010
Letras – Português	Bacharelado	4,5	40	Diurno	12/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras – Português	Licenciatura	4,5	70	Diurno	12/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras – Português	Licenciatura	4,5	70	Noturno	12/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras – Inglês	Bacharelado	4,5	40	Noturno	12/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras – Inglês	Licenciatura	4,5	40	Diurno	12/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras – Francês	Licenciatura	4,5	40	Noturno	12/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras – Espanhol	Licenciatura	4,5	40	Noturno	12/07/1950	Decreto nº 28.270/1950	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012

Quadro 4 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus FAFIDAM de Limoeiro do Norte, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Ciências Biológicas	Licenciatura	4,5	40	Diurno	21/03/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Física	Licenciatura	4	40	Noturno	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011
Geografia	Licenciatura	4,5	40	Noturno	08/08/1968	Decreto nº 73.651	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
História	Licenciatura	4	85	Tarde	08/08/1968	Decreto nº 73.651	PPC EM REELABORAÇÃO	-
Letras – Língua Inglesa	Licenciatura	4,5	45	Diurno	08/08/1968	Decreto nº 73.651	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras – Língua Portuguesa	Licenciatura	4,5	45	Diurno	08/08/1968	Decreto nº 73.651	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Matemática	Licenciatura	4,5	40	Diurno	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011
Pedagogia	Licenciatura	4,5	40	Tarde	08/08/1968	Decreto nº 73.651	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
Química	Licenciatura	4,5	80	Noturno	21/03/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012

Quadro 5 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus FECLESC de Quixadá, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Ciências Biológicas	Licenciatura	4,5	30	Diurno	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011
Física	Licenciatura	4	30	Manhã	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0256/2009	28/07/2009
História	Licenciatura	4	80	Diurno/Noturno	30/08/1988	Portaria nº 464 - Reitoria	PPC EM REELABORAÇÃO	-
Letras - Língua Inglesa	Licenciatura	4,5	30	Manhã	02/09/1999	Res. nº 207/1999-CONSU	Parecer nº 0278/2001	11/07/2001
Letras - Língua Portuguesa	Licenciatura	4,5	40	Manhã	02/09/1999	Res. nº 207/1999-CONSU	Parecer nº 0278/2001	11/07/2001
Matemática	Licenciatura	4,5	30	Manhã	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Pedagogia	Licenciatura	4,5	40	Noturno	24/04/1983	Portaria nº 464 - Reitoria	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
Química	Licenciatura	4,5	60	Diurno/Noturno	31/07/2002	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012

Quadro 6 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus FECLI de Iguatu, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Ciências Biológicas	Licenciatura	4,5	80	Diurno/Noturno	10/08/2000	Res. nº 255/00-CONSU	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011
Física	Licenciatura	4	30	Manhã	10/08/2000	Res. nº 255/00-CONSU	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011
Letras - Língua Inglesa	Licenciatura	4	40	Manhã	20/08/1990	Parecer nº 946/2003	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Letras - Língua Portuguesa e Literatura	Licenciatura	4,5	40	Noturno	20/08/1990	Parecer nº 946/2003	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Matemática	Licenciatura	4	70	Diurno/Noturno	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSU	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011
Pedagogia	Licenciatura	4	40	Noturno	03/03/1986	Parecer nº 946/2003	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-

Quadro 7 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus FAEC de Crateús, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Ciências Biológicas	Licenciatura	4,5	60	Diurno/Noturno	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSUS	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Pedagogia	Licenciatura	4,5	80	Diurno/Noturno	30/08/1988	Res. nº 316/1988-CONSUS	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
Química	Licenciatura	4,5	80	Diurno/Noturno	10/08/2000	Res. nº 255/2000-CONSUS	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011

Quadro 8 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus FACEDI de Itapipoca, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Ciências Biológicas	Licenciatura	4,5	30	Diurno	10/08/2000	Res. nº 255/00-CONSUS	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011
Pedagogia	Licenciatura	4,5	80	Noturno	30/08/1988	Portaria nº 464/1988	Parecer nº 0557/2013	15/05/2013
Química	Licenciatura	4,5	35	Diurno	16/06/2001	Res. nº 255/00-CONSUS	Parecer nº 0280/2011	06/07/2011

Quadro 9 - Cursos presenciais de graduação oferecidos no campus CECITEC de Tauá, em 2013.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	Nº DE VAGAS ANUAIS	TURNO	ANO DE INÍCIO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Ciências Biológicas	Licenciatura	4,5	40	Noturno	10/08/2000	Res. nº 255/00-CONSUS	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012
Pedagogia	Licenciatura	4,5	40	Noturno	01/01/1995	Decreto nº 26.461	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
Química	Licenciatura	4,5	40	Noturno	10/08/2000	Res. nº 255/00-CONSUS	Parecer nº 0055/2012	11/01/2012

Fonte:

Número de vagas/turmo: Editais Vestibulares 2012.2 a 2014.1 CEV

Ato Legal de Criação do Curso: Secretária Órgãos de Deliberação Coletiva – SODC

Tempo Regular do Curso: Planilhas fornecidas pelo Departamento de Informática – DI

Pareceres – Conselho Estadual de Educação – CEE

Quadro 10 – Cursos de graduação a distância oferecidos por polo, no período 2012-2016.

POLO	CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO (ANOS)	DATA APROVAÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Aracoiaba	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 638/2008-CONSU	Parecer nº 0597/2013	24/04/2013
Barbalha	Matemática	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 635/2008-CONSU	Parecer nº 0588/2013	24/04/2013
Beberibe	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 636/2008-CONSU	Parecer nº 0597/2013	24/04/2013
	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSU	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Pedagogia	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSU	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
	Química	Licenciatura	4,5	18/10/2008	Res. nº 634/2008-CONSU	Parecer nº 0586/2013	24/04/2013
Brejo Santo	Administração Pública	Bacharelado	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSU	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSU	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Pedagogia	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSU	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
Campos Sales	Administração Pública	Bacharelado	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSU	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
	Pedagogia	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSU	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
Caucaia (Itambé)	Geografia	Licenciatura	4	12/04/2010	Res. nº 727/2010-CONSU	PRIMEIRA OFERTA	-
Caucaia (Jurema)	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSU	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Matemática	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 635/2008-CONSU	Parecer nº 0588/2013	24/04/2013
Caucaia (Novo Pabussú)	Pedagogia	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSU	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
	Química	Licenciatura	4,5	18/10/2008	Res. nº 634/2008-CONSU	Parecer nº 0586/2013	24/04/2013
Fortaleza (IMPARH)	Matemática	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 635/2008-CONSU	Parecer nº 0588/2013	24/04/2013
Itapipoca	Administração Pública	Bacharelado	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSU	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 638/2008-CONSU	Parecer nº 0597/2013	24/04/2013
	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSU	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Geografia	Licenciatura	4	12/04/2010	Res. nº 727/2010-CONSU	PRIMEIRA OFERTA	-
Jaguaribe	Administração Pública	Bacharelado	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSU	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSU	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Geografia	Licenciatura	4	12/04/2010	Res. nº 727/2010-CONSU	PRIMEIRA OFERTA	-
	Pedagogia	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSU	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013

Continua...

...continuação

POLO	CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO ANOS)	DATA APROVAÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	ULTIMO PARECER DE RECONHECIMENTO	DATA DO PARECER DO CEE
Limoeiro do Norte	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSUS	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Pedagogia	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSUS	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
Maranguape	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 636/2008-CONSUS	Parecer nº 0597/2013	24/04/2013
	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSUS	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Física	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 636/2008-CONSUS	Parecer nº 0585/2013	24/04/2013
Pedagogia		Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSUS	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
	Administração Pública	Bacharelado	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSUS	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
Mauriti	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSUS	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Matemática	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 635/2008-CONSUS	Parecer nº 0588/2013	24/04/2013
Pedagogia		Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSUS	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
	Química	Licenciatura	4,5	18/10/2008	Res. nº 634/2008-CONSUS	Parecer nº 0586/2013	24/04/2013
Missão Velha	Computação	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSUS	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Pedagogia	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSUS	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
Orós	Artes Visuais	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 637/2008-CONSUS	Parecer nº 0588/2013	24/04/2013
	Química	Licenciatura	4,5	18/10/2008	Res. nº 634/2008-CONSUS	Parecer nº 0586/2013	24/04/2013
Piquet Carneiro	Matemática	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 635/2008-CONSUS	Parecer nº 0588/2013	24/04/2013
Quixeramobim	Administração Pública	Bacharelado	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSUS	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 636/2008-CONSUS	Parecer nº 0597/2013	24/04/2013
	Computação	Bacharelado	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSUS	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013
	Geografia	Licenciatura	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSUS	PRIMEIRA OFERTA	-
Pedagogia		Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 639/2008-CONSUS	Parecer nº 0584/2013	24/04/2013
	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 636/2008-CONSUS	Parecer nº 0597/2013	24/04/2013
Tauá	Administração Pública	Bacharelado	4	12/04/2010	Res. nº 728/2010-CONSUS	PROCESSO ENVIADO AO CEE	-
	Física	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 636/2008-CONSUS	Parecer nº 0585/2013	24/04/2013
Computação	Licenciatura	4	18/10/2008	Res. nº 633/2008-CONSUS	Parecer nº 0587/2013	24/04/2013	

Fonte de Pesquisa:

Número de vagas/turno: Editais Vestibulares 2012.2 e 2013.1 CEV; Ato Legal do Curso: Secretária Órgãos Colegiados; Tempo Regular do Curso: Planilhas fornecidas pelo Departamento de Informática- UECE; Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE.

Quadro 11 – Cursos de graduação presenciais especiais (licenciaturas e bacharelados), oferecidos no período 2012-2016.

MODALIDADE	CURSO
Licenciatura	Programa de Apoio à Licenciatura Superior e Licenciaturas Indígenas - PROLIND
Licenciatura	Pedagogia para Professores da Educação Básica em Atividade - PARFOR
Licenciatura	Programa de Formação Pedagógica para Bacharéis em Química
Licenciatura	Programa de Formação Pedagógica para Bacharéis em Física
Licenciatura	Programa de Formação Pedagógica para Bacharéis em Matemática
Licenciatura	Programa de Formação Pedagógica para Bacharéis em Ciências Biológicas
Licenciatura	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO
Bacharelado	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA

Quadro 12 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais em funcionamento no ano de 2013.

Centro de Educação – CED	
1.	Alfabetização de Crianças
2.	Educação Inclusiva
3.	Ensino de Matemática
4.	Gestão Escolar
5.	Psicopedagogia Clínica e Institucional
6.	Psicomotricidade Numa Abordagem Clínica e Educacional
7.	Metodologia do Ensino de Artes
8.	Metodologia do Ensino de História
9.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
10.	Formação de Formadores

Centro de Ciências e Tecnologia - CCT	
1.	Engenharia de Software com Ênfase em Padrões de Software
2.	Geoprocessamento Aplicado a Análise Ambiental e Recursos Hídricos
3.	Planejamento e Gestão Ambiental
4.	Turismo e Meio Ambiente
5.	Segurança em Redes de Computadores
6.	Engenharia de Produção com Ênfase em Processos Industriais

Centro de Ciências da Saúde – CCS	
1.	Saúde Pública
2.	Saúde do Idoso
3.	Saúde da Família
4.	Saúde Mental
5.	Enfermagem do Trabalho
6.	Enfermagem Obstétrica
7.	Enfermagem em Emergência

8.	Enfermagem em Estomaterapia
9.	Enfermagem Cardiovascular
10.	Enfermagem em Nefrologia
11.	Enfermagem em Centro de Terapia Intensiva
12.	Fisiologia do Exercício Físico
13.	Educação Física Escolar
14.	Educação Ambiental
15.	Educação e Permacultura para Sustentabilidade nas Áreas de Conservação
16.	Educação Física na Escola Básica
17.	Farmacologia Clínica
18.	Treinamento Esportivo
19.	Artes Marciais, Esportes de Combate e Lutas.
20.	Personal Training: avaliação e prescrição do treinamento personalizado, voltado s saúde e ao rendimento.
21.	Bioquímica e Biologia Molecular Aplicado a Área de Saúde
22.	Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade
23.	Gestão, Auditoria e Perícia em Sistemas de Saúde
24.	Ciências de Alimentos
25.	Cuidados Paliativos
26.	Transplante de Órgãos
27.	Nutrição e Exercício Físico
28.	Vigilância Sanitária de Alimentos
29.	Segurança Alimentar e Nutricional

Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA

1.	Administração Financeira
2.	Auditoria
3.	Estratégia e Gestão Empresarial
4.	Gestão de Projetos
5.	Psicologia Organizacional e do Trabalho
6.	Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais
7.	Gerência de Marketing
8.	Gestão Pública Municipal
9.	Gestão em Saúde
10.	Direito Ambiental
11.	Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional
12.	Direito Penal e Direito Processual Penal

Centro de Humanidades – CH

1.	Formação de Tradutores
2.	Semiótica Aplicada a Literatura e Áreas Afins
3.	Ensino de Língua Portuguesa
4.	Ensino de Língua Inglesa

Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC	
1.	Literatura e Formação do Leitor
2.	Perspectivas e Abordagens em História
3.	Gestão de Escola e de Sistemas Educacionais

Faculdade de Educação de Iguatu – FECLI	
1.	Ensino de Matemática

Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI	
1.	Ensino de Química

Quadro 13 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância autorizados pela CAPES em 2014.

POLO	CURSO
Beberibe	Gestão de Saúde
	Gestão Pedagógica
	Gestão Pública Municipal
Caucaia (Jurema)	Educação a Distância
	Gestão Pedagógica
Caucaia (Novo Pabussú)	Educação a Distância
Jaguaribe	Educação a Distância
	Gestão Pedagógica
	Gestão Pública
Limoeiro do Norte	Educação a Distância
	Gestão Pedagógica
Mauriti	Educação a Distância
Quixeramobim	Educação a Distância
	Gestão de Saúde
	Gestão Pedagógica
	Gestão Pública
Russas	Gestão Pública Municipal
	Gestão Pedagógica

Quadro 14 – Cursos de pós-graduação *stricto sensu*, por unidade acadêmica

Nº	DOUTORADOS	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE EGRESSOS	UNIDADE DE VINCULAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
1.	Biotecnologia (RENORBID)	269	188	PROPGPq	2006	Resolução nº 525/2005 - CONSU
2.	Ciências Fisiológicas	04	-	ISCB	2013	Resolução nº 965/2013 - CONSU
3.	Ciências Veterinárias	37	80	FAVET	2000	Resolução nº 203/1999 - CONSU
4.	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	17	-	CCS	2011	Resolução nº 803/2011 - CONSU
5.	Educação	12	-	CED	2011	Resolução nº 797/2011 - CONSU
6.	Geografia	45	03	CCT	2010	Resolução nº 716/2010 - CONSU
7.	Linguística Aplicada	45	-	CH	2012	Resolução nº 740/2010 - CONSU
8.	Saúde Coletiva	107	-	CCS	2013	Resolução nº 976/2013 - CONSU
9.	Saúde Coletiva - Associação Ampla UECE/UFC/UNIFOR	09	21	CCS	2007	Resolução nº 590/2007 - CONSU
	TOTAL	545	292			

Nº	MESTRADOS ACADÊMICOS	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE EGRESSOS	UNIDADE ACADÊMICA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
1.	Administração	29	147	CESA	1991	Resolução nº 091/1991 - CONSU
2.	Ciência da Computação	44	55	CCT	2005	Resolução nº 524/2005 - CONSU
3.	Ciências Físicas Aplicadas	28	57	CCT	2005	Resolução nº 393/2003 - CONSU
4.	Ciências Fisiológicas	51	156	CCS	1999	Resolução nº 220/1999 - CONSU
5.	Ciências Veterinárias	46	289	FAVET	1991	Resolução nº 203/1999 - CONSU
6.	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	51	90	CCS	2004	Resolução nº 392/2003 - CONSU
7.	Educação	54	130	CED	2004	Resolução nº 391/2003 - CONSU
8.	Educação e Ensino	20	-	FAFIDAM/FECLESC	2012	Resolução nº 891/2012 - CONSU
9.	Filosofia	51	121	CH	1998	Resolução nº 181/1998 - CONSU
10.	Geografia	62	200	CCT	1996	Resolução nº 114/1995 - CONSU
11.	História e Culturas	42	53	CH	2005	Resolução nº 520/2005 - CONSU
12.	Linguística Aplicada	90	230	CH	1998	Resolução nº 178/1998 - CONSU
13.	Nutrição e Saúde	52	20	CCS	2011	Resolução nº 739/2010 - CONSU
14.	Políticas Públicas e Sociedade	33	166	CESA/CH	2000	Resolução nº 253/2000 - CONSU
15.	Recursos Naturais	23	-	CCT	2012	Resolução nº 798/2011 - CONSU
16.	Saúde Coletiva	48	311	CCS	1994	Resolução nº 103/1993 - CONSU
17.	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	24	07	CESA	2012	Resolução nº 802/2011 - CONSU
	TOTAL	748	2.032			

Nº	MESTRADOS PROFISSIONAIS	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE EGRESSOS	UNIDADE ACADÊMICA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
1.	Biotecnologia em Saúde Humana e Animal (RENORBID)	-	-	PROPGPq	2013	Resolução nº 962/2013 - CONSU
2.	Computação Aplicada	56	177	CCT	2002	Resolução nº 280/2000 - CONSU
3.	Ensino na Saúde	49	03	CCS	2011	Resolução nº 736/2010 - CONSU
4.	Ensino de Física (Rede Nacional)	-	-	FECLESC	2014	-
5.	Gestão de Negócios Turísticos	53	53	CCT	2011	Resolução nº 221/1999 - CONSU
6.	Letras (Rede Nacional)	15	-	CH	2013	Resolução nº 947/2013 - CONSU

7.	Matemática (Rede Nacional)	39	14	CCT	2011	Resolução nº 778/2011 - CONSU
8.	Planejamento e Políticas Públicas	74	239	CESA	2005	Resolução nº 362/2002 - CONSU
9.	Saúde da Criança e do Adolescente	54	169	CCS	2005	Resolução nº 331/2001 - CONSU
10.	Saúde da Família (Em rede - RENASF)	18	01	CCS	2010	Resolução nº 737/2010 - CONSU
TOTAL		358	656			

Fonte: PROGPQ. Dados atualizados em abril de 2014.

4.2 Cronograma de Implantação de Novos Cursos

4.2.1 Bacharelados e Licenciaturas Presenciais

Ancorada na sua história a Universidade formata para o período de abrangência deste PDI a ampliação de oportunidades de formação superior em todos os seus níveis, de forma a contribuir com o crescimento sustentável do estado pela oferta adequada de cursos de graduação e de Pós-Graduação conforme as demandas sociais.

As seis unidades da UECE que funcionam no Interior do estado, focadas em atividades de ensino, possuem somente cursos de graduação na modalidade licenciatura, assim distribuídos: FAFIDAM (nove), FECLESC (oito), FECLI (seis), FAEC, FACEDI e CECITEC (três, em cada uma). Percebendo a importância da criação de cursos de licenciatura para o aperfeiçoamento da educação básica em nosso Estado, a atual gestão pretende qualificar estas unidades como Centros de Excelência em Formação de Professores, completando a oferta de cursos, até atingir as 14 licenciaturas que cobrem todas as áreas necessárias à educação básica.

A fim de planejar de forma democrática a implantação de novos cursos de graduação a UECE instaurou em 2013, os Fórum Municipais de Ensino Superior, com o objetivo de reunir as instituições que oferecem cursos de ensino superior nas regiões onde a UECE tem atuação, visando identificar as necessidades e as possibilidades de abertura de novos cursos de forma planejada, evitando a duplicidade de oferta.

Os Fóruns Municipais de Ensino Superior também tiveram o intuito conhecer as realidades educacionais das regiões onde se inserem as cidades sedes das Faculdades da UECE no interior do estado, bem como suas demandas e perspectivas de realização na área por parte das instituições de ensino superior e autoridades locais.

Os resultados a seguir apresentam um panorama das demandas já levantadas, resultantes destes Fóruns.

FAFIDAM/Limoeiro do Norte

- Licenciatura em Artes
- Licenciatura em Filosofia
- Licenciatura em Sociologia
- Licenciatura em Letras/Língua Espanhola
- Licenciatura em Letras/Língua Francesa

FECLESC/Quixadá

- Licenciatura em Artes
- Licenciatura em Filosofia
- Licenciatura em Geografia
- Licenciatura em Letras/Língua Espanhola
- Licenciatura em Sociologia

FECLI/Iguatu

- Licenciatura em Artes
- Licenciatura em História
- Licenciatura em Letras/Língua Espanhola
- Licenciatura em Letras/Língua Francesa
- Licenciatura em Libras

FAEC/Crateús

- Licenciatura em Educação Física
- Licenciatura em Filosofia
- Licenciatura em Geografia
- Licenciatura em História
- Licenciatura em Sociologia

FACEDI/Itapipoca

- Licenciatura em Geografia
- Licenciatura em Letras/Língua Espanhola
- Licenciatura em Letras/Língua Inglesa
- Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa

CECITEC/Tauá

- Licenciatura em Física
- Licenciatura em Geografia
- Licenciatura em História
- Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa
- Licenciatura em Matemática

Para o *campus* Itaperi, em Fortaleza, está em discussão a implantação O Bacharelado em Terapia Ocupacional.

4.2.2 Bacharelados e Licenciaturas à Distância

Para ofertar um novo curso de graduação, Bacharelado ou Licenciatura, à distância no sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Projeto Pedagógico deve ser aprovado no Colegiado de Curso, Conselho de Centro, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. Após a aprovação do Projeto Pedagógico nessa instância, o processo é encaminhado ao Conselho Universitário – CONSU para sua criação. Caso o curso seja de Licenciatura é necessário a anuência do Fórum Estadual de Formação Docente da Secretaria de Educação do Estado. Na sequência, os cursos são submetidos à Chamada Pública lançada pela CAPES para novos cursos, com a anexação de todos os pareceres e resoluções de aprovação no âmbito da IES. Os projetos de novos cursos inscritos são analisados pela CAPES, e somente após sua aprovação a Instituição pode ofertar vagas a partir da articulação de cursos e polos do Sistema UAB.

4.2.3 Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*

Em relação à Pós-Graduação *lato sensu*, pretende-se:

- a) ampliar a oferta de cursos em áreas estratégicas, em sintonia com as demandas do mercado;
- b) fortalecer a qualificação dos cursos ofertados atualmente;
- c) ampliar as parcerias público-público e público-privado na concepção e oferta conjunta de cursos que possam atender as demandas dos setores públicos (municipais, estaduais e federais) e privados, respectivamente;
- d) ampliar a oferta de cursos e turmas na modalidade à distância
- e) ampliar o processo de informatização das atividades administrativas dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu*.

Dentro do processo de fortalecimento da Pós-Graduação *stricto sensu*, a UECE irá trabalhar no sentido de:

- a) ampliar o processo de verticalização dos cursos, com a aprovação de novos doutorados que comporão com os cursos atuais de mestrado novos programas completos;
- b) expandir a oferta de cursos em áreas e regiões estratégicas, fortalecendo o processo de interiorização da Pós-Graduação *stricto sensu*, com submissão à CAPES e aprovação de novos cursos nas unidades da UECE no interior;
- c) consolidar os programas de Pós-Graduação, com a elevação das notas dos programas atuais no processo de avaliação da CAPES;
- d) ampliar a captação de recursos (estaduais e federais) de fomento às atividades dos cursos, tanto de infraestrutura quanto de custeio e de equipamentos;
- e) ampliar o processo de informatização das atividades administrativas dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Dimensão 5 – Perfil do Corpo Docente

O corpo de servidores docentes da UECE é constituído pelos servidores integrantes do Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS da Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, e pelos professores visitantes e substitutos. Este corpo docente da FUNECE do quadro efetivo ou temporário exerce atividades de magistério superior na UECE, a saber: ensino na graduação e na pós-graduação; pesquisa; extensão, na forma de treinamentos, cursos e serviços especiais; direção ou assessoramento; administração, coordenação, planejamento acadêmico e prestação de serviços à comunidade.

5.1 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho dos Servidores Docentes

A carreira dos servidores docentes ocupantes do Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS da Fundação Universidade Estadual do Ceará é disciplinada pelas Leis Estaduais nº 9.826, de 14/05/1974 e nº 14.116, de 26/05/2008 e, no âmbito interno, pela Resolução nº 1030/2013 CONSU, que estabelece critérios de avaliação do desempenho acadêmico dos docentes, para fins de progressão na carreira.

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV do Grupo Ocupacional do Magistério Superior – MAS da FUNECE, aprovado pela Lei nº 14.116, de 26 de maio de 2008, publicada no DOE de 27/05/2008, organizou a carreira de docência superior em cinco classes, com suas respectivas referências da forma seguinte: Classe Auxiliar: Referências A, B, e C; Classe Assistente: Referências D, E, F, G e H; Classe Adjunto: Referências I, J, K, L e M; Classe Associado: Referências N e O; Classe Titular: Referência P.

O desenvolvimento funcional dos cargos do Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS ocorre por meio de promoção e de progressão; enquanto a promoção consiste na elevação do professor à classe imediatamente superior a que pertence, a progressão consiste na movimentação do professor da referência em que se encontra para outra, imediatamente superior, dentro da respectiva classe.

A partir da aprovação do PCCV, em 2008, a FUNECE consolidou sua política de pessoal docente orientada pelos seguintes princípios:

- a)** Prioridade para a admissão de professores já detentores do título de doutor;
- b)** Planejamento para a capacitação dos docentes que ainda não alcançaram esse grau acadêmico, de modo que eles, o mais rapidamente possível, também se tornem doutores no menor tempo possível após seu ingresso;
- c)** Preferência pelo regime de 40 horas semanais, com Dedicção Exclusiva (DE), como instrumento indispensável para o desenvolvimento da Universidade, notadamente nos campos da pesquisa, da pós-graduação, da extensão e da produção intelectual delas decorrentes;
- d)** compreensão da necessidade de contar também com a colaboração de professores em regime de tempo parcial, sobretudo quando existe evidente interação entre a atividade acadêmica e a atividade profissional externa a este ambiente.

Os tipos de regime de trabalho previstos para o exercício do magistério na FUNECE apresentam a seguinte discriminação: carga horária de 20 horas semanais; 40 horas semanais e 40 horas semanais com adicional de Dedicção Exclusiva – DE. Embora a redação da Lei do PCCV inclua o Regime de Trabalho de 12 h para o Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS, atualmente, os docentes enquadrados nesse regime de trabalho encontram-se aposentados ou vieram a óbito, de forma que não há docentes, em atividade, incluídos neste regime de trabalho.

5.2 Critérios de Seleção e Contratação de Servidores Docentes

O ingresso na carreira de docência superior na FUNECE somente dar-se-á por nomeação para cargo efetivo, nas referências iniciais de cada classe, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, após ter sido comprovado, pelo candidato, o atendimento dos requisitos exigidos.

A substituição de professores efetivos por ocasião das eventuais vacâncias de cargos ou nos afastamentos de concessão obrigatória ocorre de forma planejada. O procedimento, realizado em dois momentos, no primeiro e no segundo semestre, envolve a abertura de edital de seleção para professor temporário (professor substituto e visitante), em regime de trabalho de 20 ou 40 horas semanais. Essa seleção encontra-se amparada pela Lei Estadual Complementar nº 14, de 15/09/1999 e Lei Estadual Complementar nº 105, de 26/12/2011 e, internamente, por meio da Resolução nº 1031/2013 – CONSU, de 02/12/2013 e a Resolução nº 1032/2014 – CONSU, 16/12/2014, que estabelecem, respectivamente, as normas para a realização de seleção pública de professor visitante e as normas para a realização de seleção pública de professor substituto/temporário da Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, além de Portaria que regulamenta a metodologia do processo, iniciado a partir de demandas das coordenações de cursos de graduação até o encaminhamento do edital para publicação no Diário Oficial do Estado – DOE. Atualmente, os profissionais selecionados para comporem o quadro de professores substitutos e visitantes da FUNECE encontram-se discriminados no Quadro 15.

Quadro 15 – Docentes temporários (substitutos e visitantes) da FUNECE, por Titulação.

DOCENTES TEMPORÁRIOS: SUBSTITUTOS					TOTAL
Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Pós-Doutor	
44	48	152	19	00	263
DOCENTES TEMPORÁRIOS: VISITANTES					TOTAL
Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Pós-Doutor	
00	00	00	03	01	04

5.3 Perfil do Corpo de Servidores Docentes

Atualmente a FUNECE possui 812 (oitocentos e doze) professores efetivos em atividade de magistério superior, distribuídos por titulação e classe, segundo o regime de trabalho (Quadros 16 e 17).

Quadro 16 – Servidores docentes efetivos da FUNECE, por titulação e regime de trabalho

REGIME	TITULAÇÃO DOCENTE					TOTAL	%
	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor	Pós-Doutor		
20h	6	9	16	20	2	54	6,6
40h	17	30	88	116	14	264	32,6
DE	3	22	172	242	55	494	60,8
TOTAL	26	61	276	378	71	812	100,0
%	3,3	7,5	33,9	55,3			

Quadro 17 – Servidores Docentes efetivos da FUNECE por classe e regime de trabalho

REGIME	TITULAÇÃO DOCENTE					TOTAL	%
	Auxiliar	Assistente	Adjunto	Associado	Titular		
20h	3	16	32	3	0	54	6,6
40h	7	84	160	10	3	264	32,6
DE	3	147	301	28	15	494	60,8
TOTAL	13	247	493	41	18	812	100,0
%	1,5	30,5	60,7	5,1	2,2		

5.4 Expansão do Corpo Docente Efetivo

Em 2013, após seis anos sem concurso público, deu-se o processo de nomeação e posse de novos professores efetivos. Os novos docentes, aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos realizado no 2º semestre de 2012, vieram para repor as 76 vagas de docentes falecidos e exonerados durante o período de janeiro de 2007 a julho de 2012. Esse fato determinou, a partir desta data, a autorização de reposição automática da vacância decorrente de falecimento e exoneração de docentes na FUNECE, por meio de concurso público.

A partir desse entendimento, a Administração Superior vem planejando, juntamente com os Diretores de Centros e Faculdades da Capital e do Interior, o Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de 163 vagas decorrentes de aposentadorias de docentes da FUNECE ocorridas no período acima mencionado. Espera-se que a partir de então, as vagas surgidas por aposentadoria também possam ser preenchidas automaticamente.

É meta de a Administração Superior realizar, em 2015, um Concurso Público de Provas e Títulos de modo a completar o quadro docente da FUNECE, atualmente composto de 1.133 cargos definidos por Lei, para preenchimento das vagas geradas a partir dos ajustes dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, atendendo às determinações legais do Ministério da Educação – MEC e do Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE.

Dimensão 6 – Corpo Discente

6.1 Formas de Acesso

A Universidade Estadual do Ceará – UECE, obedecendo ao disposto na LDB, promove o ingresso nos cursos de graduação a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio, ou estudos equivalentes, e a candidatos que estão cursando o 3º ano do Ensino Médio, com a obrigatoriedade de tê-lo comprovadamente, concluído, até a data da matrícula de ingressantes do período a que se refere o edital de seleção.

O processo seletivo da UECE prevê como forma de ingresso o exame vestibular, disciplinado pelo edital do processo, que ocorre duas vezes ao ano. Junto com o edital é divulgado o Manual do Candidato com orientações detalhadas sobre os procedimentos que vão da inscrição à matrícula. A Comissão Executiva do Vestibular – CEV adota as providências necessárias ao planejamento, à coordenação e à execução dos exames vestibulares.

Como forma de promover a inclusão social, a cada edição do exame vestibular são contemplados com isenção do pagamento da taxa de inscrição, os candidatos interessados em ingressar nos cursos de graduação regular da UECE, egresso do ensino médio, que tenha cursado com aprovação, todo o ensino médio regular, durante três anos letivos (1º, 2º e 3º anos), em escolas públicas (municipal, estadual ou federal) com funcionamento regular no estado do Ceará ou que esteja cursando o segundo semestre do 3º ano do ensino médio em rede pública de ensino, conforme as condições supracitadas.

Atualmente, o vestibular é realizado em duas fases: a primeira é realizada em um único dia e se constitui em prova de Conhecimentos Gerais, abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa; Língua Estrangeira (Inglês, Francês ou Espanhol); Geografia; Matemática; Física; Química; e Biologia. A segunda fase é realizada em dois dias e é constituída de 04 (quatro) provas, sendo uma de Redação em Língua Portuguesa e três provas específicas, estabelecidas conforme o curso de opção do candidato, cada uma com 20 (vinte) questões de múltipla escolha com quatro alternativas e valendo três pontos cada questão.

Além do vestibular, há outras formas de ingresso nos cursos de graduação da UECE, quais sejam: transferência *ex-officio*, transferência facultativa (interna e externa), mudança de curso e admissão de graduados¹.

¹Transferência é a forma de admissão de estudantes na UECE, no decorrer do curso (Resolução nº 3541/2013 – CEPE). Pode ser de aceitação obrigatória (*ex-officio*) ou facultativa (externa e interna), conforme descrição a seguir: Transferência obrigatória (*ex-officio*) é concedida independente de vaga e de época, beneficiando o servidor público ou militar e seus dependentes que tenha sido transferido por interesse da instituição à qual o titular do direito está vinculado (Lei nº 9536/1997); Transferência facultativa externa é a admissão de estudantes na UECE, procedentes de outras instituições de ensino superior. Realizada mediante processo seletivo, disciplinado por edital, em observância ao calendário acadêmico; Transferência facultativa interna: permuta de estudantes entre os campi da própria UECE ou entre os pólos de apoio presencial, sempre para curso idêntico ao de origem. Também realizada mediante processo seletivo, disciplinado por edital, em observância ao calendário acadêmico. Mudança de Curso é concedida ao estudante que poderá solicitar uma única vez, dentro de sua unidade (Centro/Faculdade/Polo) de ingresso. Esse direito é assegurado apenas àqueles que ingressaram na UECE mediante vestibular ou transferência. A disponibilidade de vagas com essa finalidade e o processo seletivo são disciplinados por edital, observando o calendário acadêmico. Ingresso como Graduado é permitido aos portadores de diploma de curso de graduação. Para esse fim, a UECE publica edital disciplinando o processo seletivo e o número de vagas disponíveis, observando o calendário acadêmico.

O Conselho Universitário – CONSU em reunião realizada no dia 14 de abril de 2014 aprovou a adesão da UECE ao Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, ao Sistema de Seleção Unificado – SISU e ao Sistema de Cotas Sociais e Raciais, a partir do semestre 2015.1, mediante a oferta anual de 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no primeiro semestre letivo de cada ano aos egressos da escola pública, contemplando todos os turnos e cursos de graduação presenciais de oferta regular. A distribuição das vagas ofertadas do Sistema ENEM/SISU/COTAS será exclusiva para egressos da escola pública e será realizada anualmente mediante a estipulação de sub-cotas as quais considerarão os seguintes critérios:

- a) Destinação de vagas para egressos da escola pública cuja renda familiar seja igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita;
- b) Destinação de vagas a egressos da escola pública para optantes das cotas raciais que contemplarão negros e indígenas;
- c) Destinação de vagas a egressos da escola pública para optantes das cotas raciais que contemplarão negros e indígenas cuja renda familiar igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita.

As sub-cotas dos itens “b” e “c” acima referidos serão calculadas de acordo com o percentual de pertença racial da população no Ceará, indicados pelo último Censo do IBGE.

6.2 Admissão e Matrícula

A matrícula acadêmica é a formalização do vínculo do discente junto à Instituição, devendo, obrigatoriamente, ser renovada a cada semestre. A matrícula dos alunos novos é realizada em um bloco de disciplinas para todos os que ingressaram em determinado curso. Não é possível realizar trancamento parcial, isto é, excluir alguma disciplina do registro acadêmico. Também é vedado o ajuste de matrícula que significa a retirada ou colocação de novas disciplinas. No primeiro semestre o estudante também ainda não tem direito à matrícula institucional. Em síntese, esse primeiro semestre se caracteriza por uma matrícula na qual o ingressante deverá seguir rigorosamente o que está definido por sua Coordenação, tendo por parâmetro o Projeto Pedagógico de Curso – PPC.

A partir do segundo semestre, os procedimentos de matrícula são diferentes e devem ser realizadas pelo próprio estudante, agora denominado aluno veterano. Referida matrícula é feita em período definido no calendário acadêmico da Universidade, sendo realizada em três etapas, totalmente online:

1ª etapa: acessando o site <http://alunoonline.uece.br> e seguindo as orientações apresentadas, o estudante escolherá as disciplinas que pretende cursar no período letivo. Ao acessar o endereço eletrônico, encontrará um quadro com a oferta de disciplinas as quais estará apto a cursar naquele semestre. Dentre as disciplinas listadas no quadro, a prioridade deverá ser para aquelas que são próprias do semestre que o estudante irá cursar, seguidas de outras que poderão compor seu plano de estudos. Ele deverá matricular-se no mínimo em 12 e no máximo em 32 créditos ou nove disciplinas.

2ª etapa: aqui ocorre o ajuste da matrícula, momento em que o estudante confere se as disciplinas que ele solicitou foram aceitas ou não. Caso a solicitação não seja plenamente atendida, é possível excluir e incluir novas disciplinas, de acordo com o quadro de disponibilidade.

3ª etapa: trata-se de uma oportunidade em que será possível apenas incluir disciplinas ainda com vaga remanescente. Se o estudante ainda não estiver matriculado no número de créditos que deseja, pode solicitar a inclusão de alguma disciplina com vagas, junto à Coordenação de seu Curso.

A matrícula dos alunos de cursos a distância será sempre realizada em uma única etapa, conforme calendário acadêmico específico divulgado para este fim.

6.3 Oportunidades de Permanência e Formação Acadêmica

Ao estudante da UECE, são oferecidas oportunidades de acesso a programas e bolsas de estudo, com vistas a sua formação acadêmico-profissional; atividades internas à UECE, paralelas ao currículo de seu curso; diálogo com outras instituições em âmbito local; diálogo intercultural, nacional e internacional, garantindo uma ampla formação no âmbito dos diversos cursos de graduação e ao mesmo tempo em que se promove apoio institucional à permanência do graduando e a efetivação de suas atividades acadêmicas no tempo previsto pelo projeto pedagógico de seu curso.

Dentre essas oportunidades é importante ressaltar os diversos programas e projetos inerentes às políticas de ensino de graduação, à pesquisa e às de políticas estudantis, que serão especificados de forma mais detalhada nos itens seguintes.

6.3.1 Programas e Bolsas Vinculados à Graduação

A UECE oferece oportunidades de acesso a programas e bolsas de estudo, com vistas a formação acadêmico-profissional dos alunos de graduação: atividades internas à UECE, paralelas ao currículo de seu curso; diálogo com outras instituições em âmbito local; diálogo intercultural, nacional e internacional, garantindo uma ampla formação no âmbito dos diversos cursos de graduação. A seguir estão delineados os principais Programas e Projetos neste âmbito:

Programa de Monitoria Acadêmica – PROMAC: visa à formação do aluno com foco na docência do ensino superior. Nesse Programa, o estudante desempenha a função de assistente do professor, possibilitando ampliar o conhecimento em áreas específicas, despertar o interesse pela docência e desenvolver habilidades e aptidões em disciplinas de especial interesse. Para tornar-se monitor, o discente passará por um processo seletivo, que ocorre uma vez a cada ano, disciplinado por edital e divulgado pela PROGRAD junto à comunidade acadêmica.

Programa de Educação Tutorial – PET: visa preparar o aluno para docência com ênfase na pesquisa. O Programa se desenvolve a partir de um projeto de investigação, em que os bolsistas apresentam Artigos e participam de encontros científicos.

A culminância do PET se dá com a elaboração de um projeto de pesquisa que poderá ser submetido à seleção de mestrado. Atualmente, existem 07 grupos PET na UECE: Serviço Social (CESA), Enfermagem (CCS), História (FAFIDAM), Geografia e Ciências da Computação (CCT), Ciências Biológicas (CCS) e Ciências Sociais (CH). Para participar, o aluno deve estar matriculado em um destes cursos e submeter-se a processo seletivo, cujo edital será divulgado nas coordenações.

Projeto de Reorientação na Formação Acadêmica dos Cursos de Graduação da Área da Saúde – PRO-SAÚDE/PET-SAÚDE: visa ao direcionamento do processo ensino-aprendizagem da área específica da saúde para novas metodologias. Com isso, se pretende potencializar a integração universidade-serviço de saúde-comunidade; a convivência produtiva entre docentes/discentes; a integração da graduação com a pós-graduação; a formação de alunos capacitados a desenvolver o pensamento crítico para a realidade vivenciada, bem como preparados para a atuação no cenário político. Objetiva-se promover a reorientação da formação profissional dos oito cursos da área da saúde e da UECE tomando como eixo a abordagem integral do processo saúde doença, nos três níveis de atenção, por meio de:

- Redirecionamento do processo ensino-aprendizagem nos cursos visando atender aos princípios do SUS, priorizando o atendimento em rede;
- Promoção da integração entre os diversos cursos da área da saúde numa perspectiva holística e interdisciplinar;
- Construção de estratégias pedagógicas que visem às ações coletivas e que promovam a progressiva autonomia do aluno no processo de ensino-aprendizagem;
- Fortalecimento da integração ensino-serviço, ampliando a duração da prática educacional dos cursos da área da saúde na atenção primária, secundária e terciária.

No PRO-SAÚDE/PET-SAÚDE, coordenado pelo Centro de Ciências da Saúde, estão envolvidos os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia e de Serviço Social.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID: direcionado para os cursos de licenciatura. Tem como foco a aprendizagem da profissão docente, mediante o contato direto dos bolsistas com os afazeres característicos do trabalho do professor, inseridos no contexto da educação básica. Atualmente, o PIBID atende a nove áreas da licenciatura, distribuídos entre os oito *campi* da UECE: Itaperi (Educação Física/CCS, Matemática/CCT, Ciências Sociais/CH e Pedagogia/CED); Fátima (Filosofia); FECLASC (Física, Matemática e Química); FECLI (Ciências Biológicas, Física e Matemática); CECITEC (Ciências Biológicas e Química); FAEC (Ciências Biológicas, Pedagogia e Química), FACEDI (Pedagogia e Ciências Biológicas) e FAFIDAM (Pedagogia, Letras, Geografia e História).

Programa Licenciaturas Internacionais – PLI: Promove aos estudantes de cursos de licenciatura, graduação sanduíche em universidades estrangeiras, conferindo aos alunos dupla diplomação. A UECE, atualmente, mantém convênio firmado com a Universidade do Porto – Portugal para o intercâmbio de estudantes de cursos de licenciatura em Fí-

sica, Matemática, Química e Ciências Biológicas. A UECE aderiu ao Programa em 2012, quando enviou sete alunos para os cursos das licenciaturas referidas.

Programa Ciência Sem Fronteiras – CsF: visa promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia. O projeto objetiva promover intercâmbio internacional, de forma que alunos de graduação e pós-graduação realizem parte de seu curso no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Programa Estudante-Convênio de Graduação – PEC-G oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas – federais e estaduais – e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.

6.3.2 Programas e Bolsas Vinculados à Pesquisa

A UECE oferece anualmente aos alunos de graduação oportunidade de acesso aos seguintes programas de iniciação científica:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, fomentado com recursos do Governo Federal, tem como principal objetivo despertar vocação científica e incentivar novos talentos, entre estudantes de graduação.

Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – ICT/FUNCAP, fomentado com recursos do Governo Estadual, tem como principal objetivo estimular os jovens talentos atraí-los e iniciá-los na pesquisa científica ou nas aplicações tecnológicas.

Programa de Iniciação Científica – IC/UECE, fomentado pela própria instituição, como contrapartida pelo financiamento de agências de fomento estadual e federal, tem como principal objetivo despertar a vocação científica, incentivando talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa que o introduzam no domínio do método científico.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBIC-Af/CNPq, fomentado com recursos do Governo Federal, tem como objetivo ampliar a oportunidade de formação técnico-científica de estudantes, cuja inserção no ambiente acadêmico se deu por uma ação afirmativa para ingresso no Ensino Superior.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI/CNPq, fomentado com recursos do Governo Federal, tem como objetivo contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Programa de Bolsas de Preparação para Competições Acadêmicas – PCA/UECE, fomentado com recursos da própria instituição, tem como objetivo estimular e preparar alunos para participar de competições acadêmicas nacionais e internacionais, como a Maratona de Programação da Sociedade Brasileira de Computação e a ACM International Collegiate Programming Contest (ICPC), para graduandos de Computação, e a Olim-

píada Brasileira de Matemática (OBM) e a International Mathematical Olympiad (IMO), para alunos da Matemática.

Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC/UECE, sem financiamento, criado na UECE tem como objetivo envolver alunos de graduação e contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa.

A divulgação da Chamada Pública para inscrição nos programas de iniciação científica ocorre anualmente, exclusivamente no sistema SiGBolsas (sigbolsas.uece.br). Após avaliação por membros da Câmara de Pesquisa ou de pareceristas ad hoc e por avaliadores externos, o resultado é divulgado e os bolsistas são indicados pelos orientadores. As bolsas dos programas de iniciação científica possuem duração de 12 meses, com vigência de agosto de um ano a julho do ano seguinte.

6.3.3 Programas e Bolsas Vinculados à Extensão

A UECE oferece anualmente aos alunos de graduação oportunidade de acesso aos seguintes programas de extensão:

Programa de Bolsas de Extensão, fomentado com verba da própria instituição, tem o objetivo de permitir a participação alunos em programas ou projetos de extensão, contribuindo para a sua formação acadêmico-profissional em um processo de interação entre a Universidade e a Sociedade, aproximando de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão.

Programa de Bolsas de Iniciação Artística, fomentado com verba da própria instituição, tem o objetivo de despertar a vocação artística, incentivando talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa que o introduzam no domínio do método científico e no desempenho de atividades artísticas.

Programa de Bolsa da Orquestra Sinfônica da UECE – OSUECE, fomentado com verba da própria instituição, tem como objetivo a formação e a qualificação de instrumentistas necessários para o fortalecimento da OSUECE, a única Orquestra Sinfônica pública do estado do Ceará.

6.3.4 Programas, Bolsas e Projetos Vinculados à Política de Assistência Estudantil

A proposta do Plano de Assistência Estudantil da UECE se dispõe a fortalecer os seguintes eixos:

- a) Permanência;
- b) Desempenho Acadêmico;
- c) Cultura, Lazer e Esporte.

Com base nessas referências, os eixos de intervenção procuram privilegiar os aspectos levantados pelos documentos mencionados anteriormente.

a) Eixo da Permanência – Privilegia aspectos referentes à moradia, alimentação, saúde (nesta incluída a prevenção de doenças) e ao suporte financeiro dos estudantes, ou seja, todos aqueles aspectos que promovam uma vida digna e colaborem para o bem-estar dos estudantes, fundamentais para o bom desempenho acadêmico. Os atuais programas em funcionamento são:

Programa de Bolsas de Estudo e Permanência Acadêmica – Fomentado com recursos da própria instituição, tem como objetivo principal qualificar a formação acadêmica, profissional e cidadã do estudante mediante sua inserção em vários campos de ação que venham a contribuir, positivamente, para a sua permanência na Universidade.

Programa de Acompanhamento Psicopedagógico ao Estudante – Objetiva desenvolver ações de caráter psicopedagógico e atividades voltadas para a promoção da qualidade de vida dos estudantes. Busca atender e fazer encaminhamentos específicos de alunos que venham a apresentar dificuldades relativas ao crescimento pessoal e acadêmico-profissional. Na Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, o programa está sendo desenvolvido desde o final de 2009, atendendo, em média, a cerca de 40 estudantes ao longo do ano (dados de 2010).

Programa de Segurança Alimentar (Restaurante Universitário) – Garante alimentação de qualidade para a comunidade estudantil e de servidores da UECE. Possibilita a existência de oportunidade de estágio e pesquisa, sobretudo para o curso de Nutrição, podendo, também, atender aos cursos de Ciências Contábeis, Administração, Educação Física e áreas afins. Desenvolve um trabalho de caráter social em parceria com outras instituições. Atendeu em 2013 cerca de 250 mil usuários. A UECE conta em Fortaleza o Restaurante do *campus* Itaperi e o Refeitório Descentralizado do *campus* Fátima. Além disso, o *campus* FAFIDAM de Limoeiro do Norte ganhará ainda em 2014 um Restaurante Universitário.

Residência Estudantil em Quixadá – Visa a fornecer domicílio a estudantes matriculados na unidade de UECE na cidade de Quixadá e que não têm residência fixa no município. Procura garantir ao aluno carente que não possui condições de residente na cidade a oportunidade de poder estudar e manter-se na sede da Faculdade.

b) Eixo do Desempenho Acadêmico – A formação acadêmica é o eixo central em qualquer instituição de ensino superior, porém a questão acadêmica não se esgota tão-somente nos aspectos didático e pedagógico de sala de aula, nas relações professores-alunos e na qualificação do quadro docente, que fazem parte das preocupações de outros setores da Universidade. Para que a formação dos alunos seja academicamente completa faz-se necessário um conjunto de oportunidades e habilidades a serem conquistadas fora das salas de aula da graduação, e para que tal processo ocorra é necessário que a assistência institucional se habilite a proporcioná-lo. Nesta perspectiva, a UECE suporta o Programa de Concessão de Apoio para a Participação em Eventos Acadêmico-Científicos com a disponibilização de recursos financeiros para auxílio à participação do corpo discente em eventos científicos. Alunos com trabalhos aceitos em diversos eventos são apoiados e incentivados a participar de encontros nos quais possam apresentar trabalhos científicos.

c) Eixo da Cultura, Lazer e Esporte – Este eixo envolve questões relativas ao lazer, às manifestações artísticas, culturais e esportivas. É preciso incentivar a prática de atividades desta ordem entre os estudantes para que eles possam ter uma formação acadêmica, política e humana mais completa. Nesta perspectiva, devem-se oferecer condições para uma participação mais ativa do estudante universitário no processo

de criação, produção e de consumo de produtos culturais. Os programas atualmente em funcionamento são:

- **Programa de Apoio a Eventos Culturais, de Lazer e Esportivos** – Busca fortalecer as atividades acadêmicas do tipo *workshop*, seminários e congressos, auxiliando na elaboração de projetos e na captação de apoio e patrocínios. A PRAE também disponibiliza equipamentos que dão suporte às atividades culturais de lazer e esportivas dos vários setores da UECE.
- **Projeto de Introdução à Teoria e Prática Instrumental de Violão e Flauta** – Proporciona à comunidade acadêmica o aprendizado de instrumento enquanto estimula a criatividade e a interatividade dos estudantes. As aulas são ministradas por alunos do curso de Música da UECE e as turmas são constituídas de, no máximo, seis alunos, em diversos horários, inclusive aos sábados.

6.4 Organização Estudantil

O Diretório Acadêmico, órgão de representação discente, regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente dos Órgãos de Representação Estudantil. Além de um Diretório Central dos Estudantes – DCE, há na UECE, Centros Acadêmicos – CA, na base de 01 (um) para cada Curso de Graduação integrante dos Centros e Faculdades. Os CAs são constituídos por setores representativos de cada curso no âmbito das respectivas unidades de administração intermediária, com denominação e atribuições definidas no Regimento do DCE. O Regimento do DCE, após aprovação, deve ser aprovado pelo CONSU e os regimentos dos CAs pelos Conselhos de Centro ou Faculdade aos quais estejam vinculados.

Dimensão 7 – Corpo Técnico-Administrativo

7.1 Perfil do Corpo de Servidores Técnico-Administrativo, Critérios de Seleção e de Contratação

O Quadro dos servidores técnico-administrativos da FUNECE é composto de funções distribuídas em Grupos Ocupacionais assim discriminados: Atividades de Nível Superior – ANS; Serviços Especializados de Saúde – SES; Atividades de Apoio Administrativo e Operacional – ADO e Atividades Auxiliares de Saúde – ATS.

A admissão de servidores técnico-administrativos far-se-á exclusivamente mediante aprovação em concurso público, e as suas promoções e demais direitos e deveres observarão o disposto na Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, na Lei Estadual no 13.092, de 08 de janeiro de 2001 e, no que couber, no Estatuto e Regimento da FUNECE. O Quadro 18 apresenta a composição atual geral dos servidores técnico-administrativos efetivos quanto ao nível de escolaridade.

Quadro 18 – Servidores técnico-administrativos efetivos da FUNECE por nível de escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO
Ensino fundamental	68
Ensino médio	103
Ensino superior	101
Pós-graduação	
lato sensu	61
stricto sensu	25
TOTAL	358

Fonte: SisPessoal, março/2014.

7.2 Políticas de Qualificação, Plano de Cargos e Salários de Servidores Técnicos-Administrativos

Encontra-se em processo de elaboração o plano que trata do desenvolvimento da carreira do servidor técnico-administrativo do quadro de pessoal efetivo da FUNECE. O plano abordará, entre outros itens, as diretrizes, provimento, regimes de trabalho, enquadramento e proposta de promoção pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante duas formas de progressão: por capacitação e por mérito.

Com o objetivo de estabelecer os tipos e as respectivas quantidades de cargos para subsidiar o plano, está em andamento o Projeto de Dimensionamento das Necessidades de Pessoal – PDNP, cujo objetivo será fazer o levantamento e a análise dos aspectos quantitativos e qualitativos do quadro atual, detectando a real necessidade de pessoal nas unidades de trabalho, identificando os desvios de função existentes, bem

como a necessidade da terceirização de pessoal para algumas atividades. Os resultados obtidos nortearão a reposição e a ampliação do quadro de servidores da FUNECE.

Vale salientar que o programa de atividades propostas para os próximos quatro anos está centrado nas ações de aperfeiçoamento e atualização profissional, identificadas por ocasião do Planejamento Democrático (2012-2016), utilizando-se como foco o contexto da Universidade, as necessidades da instituição e seus processos de trabalho, com especial atenção destinada ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação da capacitação e a qualificação dos servidores técnico-administrativos.

A ascensão funcional, os direitos e deveres dos integrantes dos grupos ocupacionais observarão o disposto na Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e legislação complementar.

7.3 Expansão do Corpo de Servidores Técnico-Administrativo

Durante o Seminário da SECITECE com a UECE, ocorrido em meados de fevereiro de 2014, o Governador, sensibilizado com a redução significativa do quadro de servidores da FUNECE, oficializou o concurso público para preencher a vaga de servidores falecidos e aposentados ocorridos durante os dois períodos de seu mandato. Essa será a primeira vez que o quadro de servidores técnico-administrativos terá sua composição ampliada por meio de concurso, bem como a criação dos primeiros cargos destinados a servidores técnico-administrativos da instituição, desde a criação da FUNECE. Esta decisão está assegurada pela Lei nº 15.580, publicada no DOE de 07 de abril de 2014 que definiu a criação de 33 (trinta e três) de provimento efetivo pertencentes ao Grupo Ocupacional Atividades de Nível Superior – ANS e 102 (cento e dois) cargos de provimento efetivo pertencentes ao Grupo Ocupacional e Atividades de Apoio Administrativo e Ocupacional – ADO.

A lei, acima referida, criou também a Gratificação de Incentivo Técnico-Administrativo de 50% (cinquenta por cento) em 03 (três) parcelas iguais, aos ocupantes dos cargos/funções do Grupo Ocupacional Atividades de Nível Superior – ANS e do Grupo Ocupacional Atividades de Apoio Administrativo e Ocupacional – ADO, incidente sobre o respectivo vencimento básico do servidor.

7.4 Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal

Este programa faz uma análise dos aspectos quantitativos e qualitativos do quadro atual de servidores com objetivo de apontar a real necessidade de pessoal nas unidades de trabalho acadêmicas e administrativas, identificando-se os desvios de função e a ocupação de vagas de carreira por funcionários terceirizados. Esse trabalho, realizado em parceria com o Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA apontará dados e indicadores consistentes, possibilitando a Administração da FUNECE pensar o remanejamento, a reposição e a ampliação do quadro de servidores, particularmente para o concurso oficializado pelo Governo e, também, para a formação do quadro de efetivos para o Plano de Cargos, em andamento.

A composição da força de trabalho que atenda as necessidades institucionais deve indicar, a partir deste programa, mais que uma política de reposição de vagas e de quadro, mas deve prever a substituição gradual dos trabalhadores terceirizados, por servidores concursados, particularmente das atividades fim da universidade e, também, a adequação da força de trabalho em cada órgão ao processo de trabalho e as inovações tecnológicas, tendo em vista os objetivos, o planejamento e a avaliação institucional.

A FUNECE possui um quadro de funcionários oriundos de empresas prestadoras de serviços terceirizados (Quadro 19). Do total das pessoas contratados, menos de 10% são profissionais de nível superior, operando em setores específicos da instituição, tais como nutricionista, advogado, veterinário, engenheiros, etc. e, acima de 83%, são funcionários com nível médio, exercendo serviços básicos de suporte acadêmico (secretária) e administrativo (auxiliares de limpeza e de administração, motoristas, etc.).

Atualmente, o Departamento de Pessoal desenvolve um programa, em parceria com a Prefeitura do *Campus*, cujo objetivo é melhorar a fiscalização e manter a avaliação contínua dos serviços auxiliares (limpeza, vigilância, recepção, transporte) e dos contratos de manutenção em vigência, por meio da elaboração de indicadores de qualidade e da utilização de *check list* dessas atividades auxiliares.

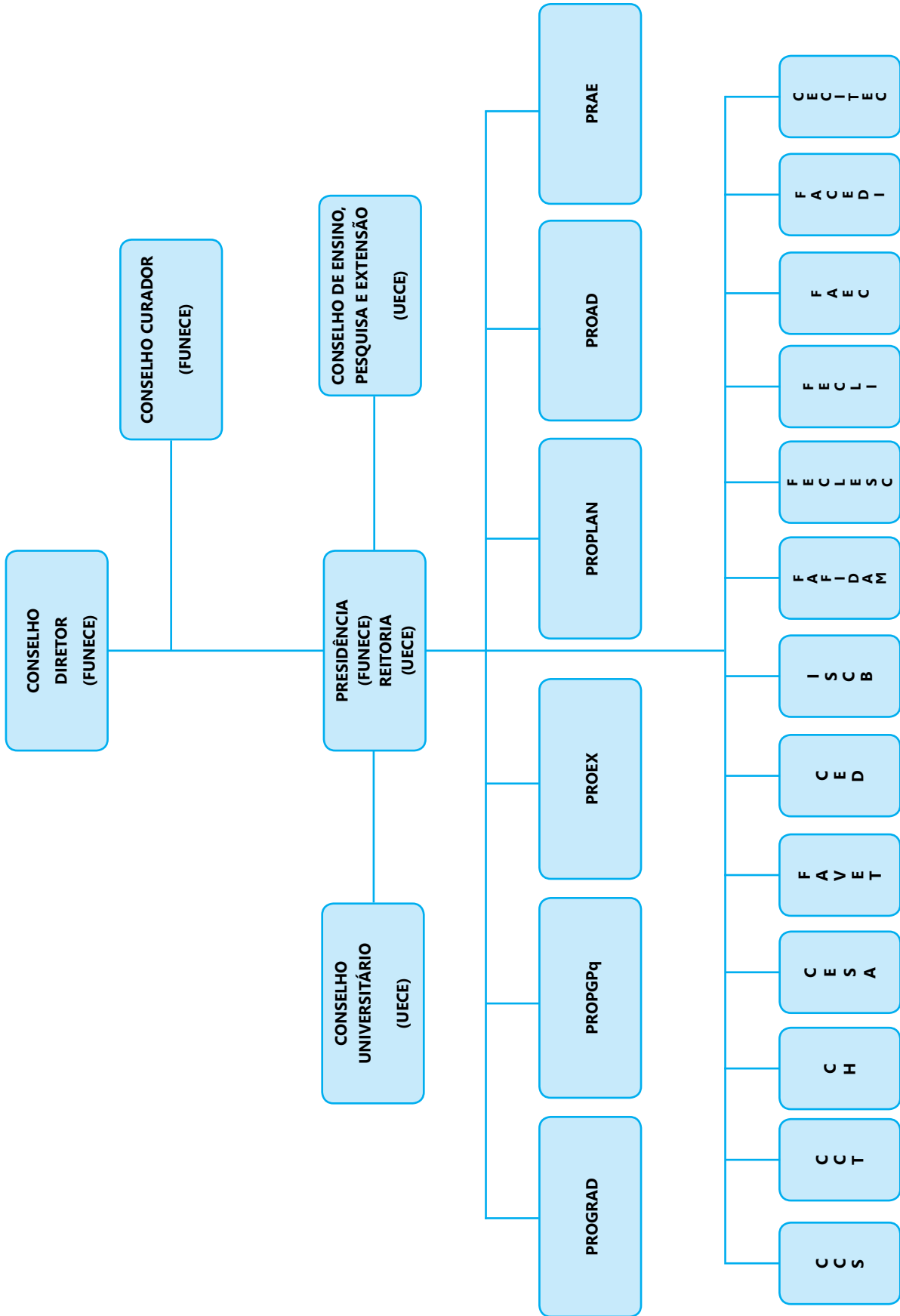
Quadro 19 – Percentual de funcionários terceirizados contratados pela FUNECE, por nível de instrução.

CATEGORIA	QUANTITATIVO	PERCENTAGEM
Nível Superior	41	9,8%
Nível Médio	376	83,4%
TOTAL	416	100,0

Dimensão 8 – Organização Administrativa

A atual estrutura organizacional e administrativa vigente da Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE e da Universidade Estadual do Ceará – UECE, bem como a distribuição dos cargos e funções necessários ao seu funcionamento, foi aprovada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, mediante proposta encaminhada pelo Presidente da FUNECE (Figura 1).

Figura 1 - Organograma do Sistema Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE/ Universidade Estadual do Ceará – UECE.



8.1 A Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE

A FUNECE é uma entidade da administração descentralizada do estado do Ceará, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de Direito público de duração indeterminado, sede e foro na cidade de Fortaleza, Capital do estado do Ceará, e rege-se pela legislação pertinente e por seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 25.966, de 24 de julho de 2000, alterado pelo Decreto nº 26.690, de 08 de agosto de 2002.

A FUNECE está vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará – SECITECE e tem por objetivo assegurar infraestrutura, manutenção e condições para o pleno funcionamento da UECE e de suas unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos termos do disposto no seu Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos específicos, em tudo observado o que dispõe o Art. 219 da Constituição do Estado do Ceará, de 05 de outubro de 1989.

São órgãos de administração da FUNECE:

- I - Conselho Diretor;
- II - Conselho Curador; e
- III - Presidência.

O Conselho Diretor – CD, órgão maior de administração da FUNECE é composto pelo Reitor, como seu Presidente, pelo Vice-Reitor, por 01 (um) representante de cada uma das diferentes categorias funcionais de docência e de pesquisa, 01 (um) representante do corpo discente, 01 (um) representante dos grupos ocupacionais, 03 (três) representantes dos diretores de centros, faculdades e institutos superiores e 03 (três) membros, de livre nomeação do Governador do Estado, escolhidos dentre cidadãos de ilibada reputação e notória competência administrativa, com mandato de quatro anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente. Compete ao CD estabelecer as políticas e diretrizes gerais da FUNECE, bem como promover a viabilização de planos, programas e projetos que visem ao fortalecimento institucional da UECE e suas unidades operacionais.

O Conselho Curador – CC é o órgão de fiscalização da gestão financeira, orçamentária e patrimonial da FUNECE, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Compõe-se de cinco membros, escolhidos dentre cidadãos de notórios conhecimentos nas áreas de Administração, Finanças, Contabilidade ou Direito e de ilibada reputação, de livre escolha do Governador do Estado do Ceará. Ao Conselho Curador compete examinar e pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da gestão financeira, orçamentária e patrimonial da FUNECE.

A Presidência da FUNECE é a função de maior hierarquia na estrutura administrativa da Fundação, sendo exercida pelo Reitor da UECE e, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Reitor. Dentre outras, são atribuições do Presidente da FUNECE: representar a Fundação em juízo ou fora dela e em suas relações com os Poderes do Estado e com os demais órgãos, instituições ou autoridades do País ou do Exterior; administrar a FUNECE; coor-

denar e controlar a execução das políticas e diretrizes gerais pelos órgãos operacionais; adotar medidas visando ao bom fluxo e desempenho dos trabalhos da FUNECE; firmar contratos, acordos e convênios; coordenar a execução de planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições; administrar as receitas, os recursos e o patrimônio da FUNECE; remeter ao Conselho Curador, para apreciação, as prestações de contas dos atos da gestão; remeter ao Conselho Diretor, até 15 de março de cada ano, com o parecer do Conselho Curador, os relatórios e contas de gestão do exercício anterior.

8.2 A Universidade Estadual do Ceará – UECE

A organização e o funcionamento da UECE são regidos pelas disposições dos seguintes diplomas legais e regimentais: o Estatuto, que contém as definições e formulações básicas; o Regimento Geral, que regula, com arrimo no Estatuto, o funcionamento da Universidade como um todo e os aspectos comuns da vida universitária; os regimentos e regulamentos específicos, que complementam o Regimento Geral quanto ao funcionamento dos colegiados superiores, quanto à definição e atribuições dos órgãos administrativos que integram ou venham a integrar a Reitoria, e quanto às características próprias dos centros, faculdades e institutos superiores.

A UECE compreende em sua estrutura administrativa:

- I** - Órgãos da Administração Superior;
- II** - Órgãos da Administração Intermediária; e
- III** - Órgãos da Administração Básica.

São órgãos da Administração Superior:

- I** - O Conselho Universitário – CONSU;
- II** - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE;
- III** - A Reitoria; e
- IV** - As Pró-Reitorias.

O CONSU, órgão deliberativo e consultivo da UECE, é competente para estabelecer a política universitária e funcionar como instância recursal nos casos definidos no Regimento Geral. É integrado pelo Reitor, como seu presidente, pelo Vice-Reitor, como Vice-presidente, pelo último ex-Reitor, por quatro diretores de centro, três diretores de faculdade, um diretor de instituto superior, 18 representantes do corpo de docência e pesquisa, seis representantes do corpo discente, três representantes do corpo técnico-administrativo e três representantes da sociedade.

Ao CONSU compete, além de outras atribuições: fixar a política geral da UECE e aprovar o plano anual das atividades universitárias; exercer, em primeira instância, o controle das atividades financeiras da UECE; homologar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da UECE; aprovar o Regimento Geral e os regimentos setoriais de órgãos da UECE, estabelecer critérios para aplicação da política de pessoal docente da Institui-

ção, deliberar sobre a criação de cursos sequenciais, de graduação e pós-graduação e deliberar sobre a concessão de títulos e méritos universitários.

O CEPE, órgão deliberativo e consultivo da UECE em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, é integrado pelo Reitor, como seu presidente, pelo Vice-Reitor, como Vice-presidente, por 12 diretores de centros, faculdades e institutos superiores; quatro coordenadores de cursos regulares de graduação, dois coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, nove representantes do corpo de docência e pesquisa, 11 representantes do corpo discente e pelo diretor da Biblioteca Central.

Entre outras atribuições, compete ao CEPE: acompanhar e coordenar, em nível superior, as atividades de ensino, pesquisa e extensão; aprovar o Plano Anual de Atividades e o calendário da UECE; aprovar o próprio Regimento; deliberar e fixar normas complementares às do Regimento sobre seleção e admissão de estudantes, currículos, programas, matrículas, transferência de alunos, verificação do rendimento escolar, aproveitamento de estudos, revalidação de diplomas estrangeiros, regime de pesquisa e extensão; aprovar os planos de novos cursos sequenciais, de graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; aprovar projetos de pesquisa e de extensão universitária; emitir parecer em matéria de sua competência; opinar sobre a participação da UECE em programas de cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, oficiais e particulares; aprovar a ampliação e redução de vagas em cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação e extensão; aprovar a criação de grupos de pesquisa e aprovar o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

A Reitoria, órgão superior executivo da UECE, é exercida pelo Reitor e, nas faltas e impedimentos, pelo Vice-Reitor. O Reitor e o Vice-Reitor são nomeados pelo governador do Estado, para mandatos de quatro anos, escolhidos entre professores cujos nomes figurem em listas tríplexes elaboradas, a partir de uma consulta a uma comunidade acadêmica, por um Colégio Eleitoral Especial constituído da reunião conjunta do CONSU e do CEPE, sendo a votação uninominal.

Compete ao Reitor: representar a UECE em juízo ou fora dele; coordenar, fiscalizar e superintender as atividades universitárias, no âmbito da administração superior; instituir comissões de caráter temporário ou permanente; propor ao CONSU estudos para reformular ou emendar o Estatuto e o Regimento Geral da UECE; editar atos de natureza normativa.

Além disto, a UECE também apresenta em sua estrutura seis pró-Reitorias que se constituem órgãos de apoio às suas atividades administrativo-acadêmicas: Graduação – PROGRAD, Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq, Extensão – PROEX, Planejamento – PROPLAN, Administração – PROAD e Políticas Estudantis – PRAE;

No Regimento Geral e nos regimentos específicos, estão definidas as atribuições das pró-Reitorias, às quais compete assessorar a Reitoria em matéria de suas respectivas competências:

- a) À PROGRAD compete planejar, coordenar e acompanhar a implementação das políticas de formação superior no plano de curso sequencial superior de formação específica e de graduação da UECE, visando ao aprimoramento dos processos de formação acadêmica;
- b) À PROPGPq compete planejar, coordenar e acompanhar a implementação das políticas de pesquisa e pós-graduação da UECE;

- c) À PROEX compete planejar, coordenar e acompanhar a implementação da política de extensão universitária, fazendo cumprir o papel social da UECE;
- d) À PROPLAN compete planejar, coordenar e acompanhar as atividades de planejamento e avaliação institucional da UECE;
- e) À PROAD compete planejar, coordenar e acompanhar as atividades de natureza financeira, administrativa, de recursos humanos, de informática e da administração dos *campi*; e
- f) À PRAE compete planejar, coordenar e acompanhar os projetos de natureza social, cultural e de preparação política voltados para o desenvolvimento pessoal e coletivo profissional do corpo discente da UECE.

A Resolução nº 938-CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, publicada no DOE de 08 de março de 2013, criou em cada Pró-Reitoria as seguintes Comissões Permanentes Setoriais:

- I - Comissão Permanente de Planejamento - CPPLAN;
- II - Comissão Permanente de Administração - CPAD;
- III - Comissão Permanente de Políticas Estudantis - CPPOLE;
- IV - Comissão Permanente de Extensão - CPEX;
- V - Comissão Permanente de Graduação - CPGRAD;
- VI - Comissão Permanente de Pós-Graduação e Pesquisa - CPPGPq.

As Comissões Permanentes Setoriais, de caráter consultivo, têm por finalidade:

- I - articular Centros, Faculdades e Institutos Superiores com as Pró-Reitorias, para construção das políticas setoriais;
- II - apoiar o processo de tomada de decisão das Pró-Reitorias para o aprimoramento contínuo da política setorial bem como acompanhamento da prática de princípios, diretrizes e metas pactuadas;
- III - acompanhar os planos de ação das Pró-Reitorias e indicar novos rumos para a política setorial;
- IV - subsidiar o trabalho da Comissão Permanente de Avaliação-CPA; e
- V - subsidiar o trabalho das Pró-Reitorias em suas relações com os Conselhos Superiores da Universidade.

São órgãos da Administração Intermediária:

- I - Os Centros e Faculdades;
- II - Os Institutos Superiores;
- III - Os Conselhos de Centro, Faculdade e Institutos Superiores.

Os Centros e Faculdades têm por finalidade supervisionar, mediar, integrar e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em áreas de conhecimentos específicos, delimitados administrativamente. A UECE é formada por cinco Centros: Centro de

Ciências da Saúde – CCS, Centro de Humanidades – CH, Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA e Centro de Educação – CED; e sete faculdades: Faculdade de Veterinária – FAVET, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI, Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI e o Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC.

Os Institutos Superiores têm como missão realizar pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico ou cultural e extensão, por área de conhecimento, podendo atuar no ensino de graduação e pós-graduação em parceria com centros e faculdades. A UECE tem um instituto superior, o Instituto Superior de Ciências Biomédicas – ISCB.

Cada Centro, Faculdade e Instituto Superior têm um Diretor e um Vice-Diretor, nomeados pelo Reitor. As competências dos Diretores estão definidas nos Artigos 39 e 45 do Regimento da FUNECE.

Os Conselhos de Centro, Faculdade e Institutos Superiores são órgãos colegiados consultivos, deliberativos em matéria de natureza administrativa, didática e disciplinar, cujas competências estão definidas no Artigo 49 do Regimento da FUNECE.

São órgãos da Administração Básica:

- I - As Coordenações dos Cursos de Graduação;
- II - As Coordenações dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- III - As Coordenações dos Grupos de Pesquisa;
- IV - As Coordenações de Laboratórios;
- V - Os Núcleos Administrativos.

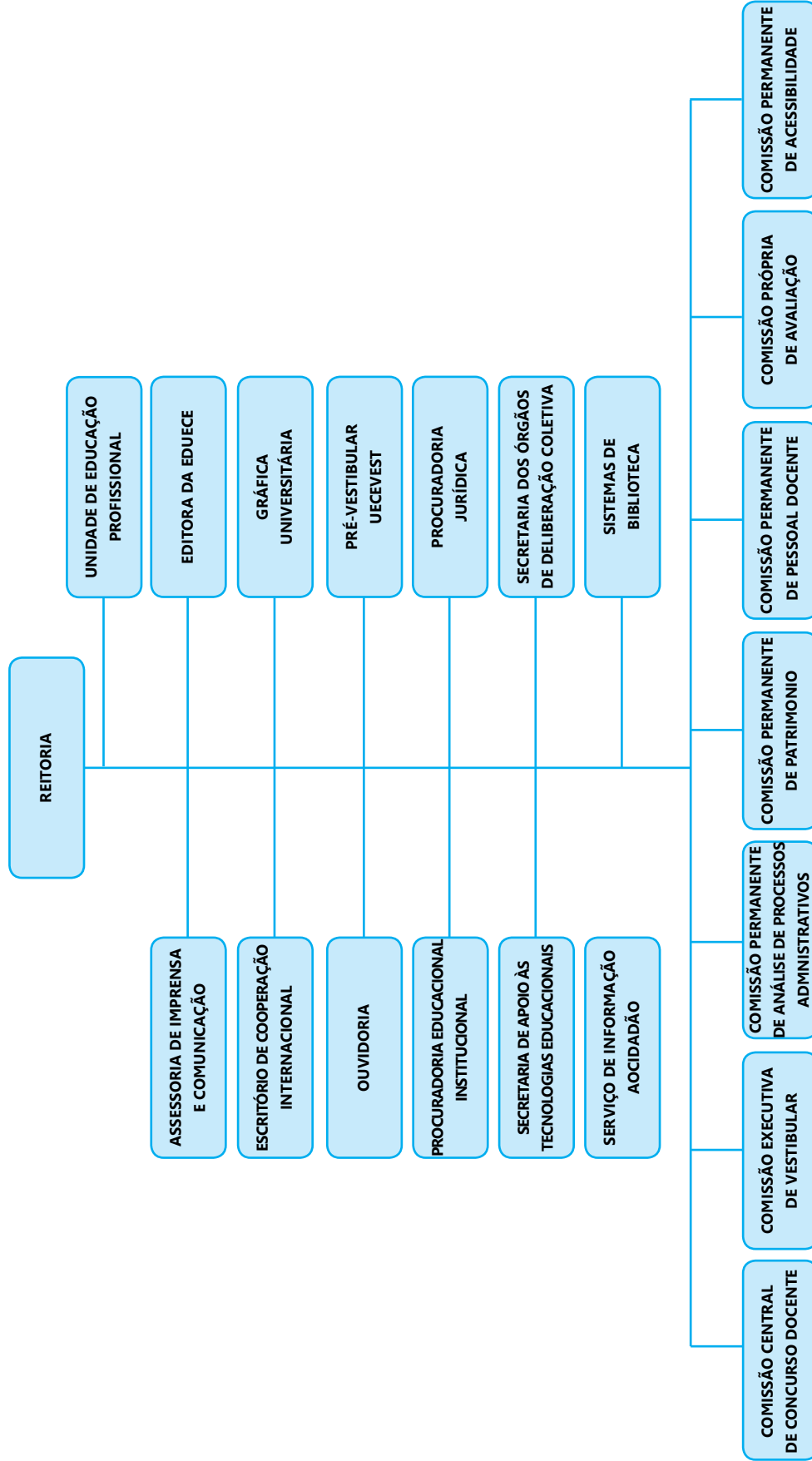
As Coordenações compõem a estrutura organizacional dos Centros, Faculdades e Institutos Superiores e são responsáveis pela gestão de ensino, pesquisa e extensão. Cada Coordenação tem um Coordenador e um Vice-Coordenador da área específica de conhecimento, nomeado por ato do Reitor e escolhido mediante escrutínio secreto com votação uninominal entre os professores dos cargos de carreira de magistério superior da UECE vinculados à respectiva Coordenação.

8.3 Órgãos e Comissões Vinculados à Administração superior

A Administração Superior do Sistema FUNECE/UECE conta com uma unidade educacional, para ensino técnico de nível médio, uma Unidade de Educação Profissional – UNEP, além de órgãos de assessoramento e comissões, todos atualmente vinculados à Reitoria (Figura 2). Dentre os órgãos de assessoramento, destacam-se: Assessoria de Imprensa e Comunicação – ASSECOM; Editora da UECE – EdUECE; Escritório de Cooperação Internacional – ECIInt; Gráfica Universitária; Ouvidoria; Pré-Vestibular – UECEVest; Procuradoria Educacional Institucional – PI; Procuradoria Jurídica – PROJUR; Secretaria

de Apoio a Tecnologias Educacionais – SATE; Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva – SODC; Serviço de Informação ao Cidadão – SEI; Sistema de Bibliotecas – SBUECE. Dentre as comissões destacam-se: Comissão Executiva de Vestibular – CEV; Comissão Coordenadora de Concurso Docente – CCCD; Comissão Permanente de Acessibilidade – CPAcesso; Comissão Permanente de Análise de Processos Administrativos – CPAPA; Comissão Permanente de Patrimônio – CPP; Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD; e Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Figura 2 – Órgãos e Comissões Vinculados à Administração Superior.



8.3.1 Unidade de Educação Profissional – UNEP

O ensino profissional na UECE teve início em 1975 com o curso de Técnico em Enfermagem. No entanto, somente em 2006 foi criada a Unidade de Educação Profissional – UNEP foi criada pela Resolução nº 301, de 21 de junho de 2006, e aprovada pelo Decreto Estadual nº 28.502, de 28 de novembro de 2006.

A UNEP, mantida pela FUNECE, possui caráter público estadual e tem como objetivo promover a oferta de projetos, programas e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional técnica de nível médio, coordenando, mediando, integrando e assessorando as atividades de ensino, pesquisa e extensão, inerentes à execução de sua atividade-fim. De modo a cumprir o estabelecido na Resolução nº 301/2006 e em seu Regimento, a UNEP tem diretoria própria para a sua gestão administrativa de caráter pedagógico, secretaria escolar, de apoio administrativo e demais serviços de coordenação pedagógica e de assistência psicológica.

O corpo docente é constituído pelos professores da carreira de magistério superior da FUNECE, professores substitutos e professores visitantes, em efetivo exercício e lotados nos centros e faculdades da UECE ou aposentados, que possuam licenciatura plena nas áreas de conhecimento dos cursos ofertados pela UNEP e tenham tempo disponível para deles participar como docentes ou realizando atividades de pesquisa ou de extensão, sem prejuízo de suas obrigações para com sua unidade de lotação.

Integram o corpo discente da UNEP todos os alunos regularmente em seus cursos, a quem se garantirá o livre acesso às informações necessárias à sua educação, ao seu desenvolvimento como pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua formação para o mundo do trabalho.

Atualmente a UNEP certifica 03 (três) cursos profissionais: Técnico de Enfermagem, Técnico de Enfermagem do Trabalho e Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho; possui 04 (quatro) polos: Fortaleza, Jaguaratama, Jaguaribara e Pereiro e um total de 445 alunos matriculados (Dados de 2014).

8.3.2 Assessoria de Imprensa e Comunicação – ASSECOM

A Assessoria de Comunicação da UECE – ASSECOM tem como objetivo estreitar a relação, a partir de uma comunicação fluida, clara e colaborativa, entre a Administração Superior e seus públicos interno e externo.

O público interno é composto de estudantes (quase 20 mil, com os alunos de graduação somando 18 mil), professores e servidores. O público externo compreende a comunidade do entorno, a população em geral e especificamente os veículos de comunicação.

O trabalho da ASSECOM é produzir diariamente matérias que mostrem o que a UECE vem fazendo nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, dar visibilidade a ações que beneficiam e ou impactam, direta ou indiretamente, seus dois públicos.

O site institucional não permite interatividade, elemento fundamental na comunicação que se quer fluida, aberta e colaborativa da UECE com seus públicos. Daí a neces-

cidade da utilização de mídias que permitam dialogar com seus públicos, especialmente os alunos, razão de ser primeira e última de uma universidade. Estas mídias permitem aos estudantes serem ouvidos pela administração e os faz ocupar um espaço que efetivamente é deles.

Por este motivo, foi criada uma fanpage no Facebook, e contas em outras mídias sociais que têm grande apelo e são largamente usadas pelos jovens em geral e pelos alunos da UECE em particular, quais sejam: Twitter, Instagram e YouTube. Com esta estratégia, hoje somos a segunda universidade estadual do Nordeste com mais seguidores no Facebook.

8.3.3 Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

A EdUECE tem como finalidade a publicação de obras do conhecimento científico, cultural e didático produzido pela UECE, ou fora da Instituição, reconhecendo e incorporando resultados de qualidade, gerados por diversos segmentos acadêmicos e intelectuais.

Dentre os objetivos da EdUECE, destacam-se: editar, coeditar e divulgar trabalhos julgados de interesse das atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos diversos campos do conhecimento; divulgar a publicar livros, periódicos e resultados científicos produzidos fora dos *campi* numa interação com a sociedade, promover intercâmbio bibliográfico com a Associação Brasileira de Editoras Universitárias – ABEU, bibliotecas e entidades similares; instalar postos de venda, permanentes ou ocasionais, com a finalidade de facilitar à comunidade acadêmica e aos demais interessados o acesso ao material publicado; e ampliar o acervo da Biblioteca Central e das bibliotecas setoriais da UECE, na Capital e no interior.

A EdUECE saltou dos 37 lançamentos realizados em 2012 para os 59 títulos em 2013, entre títulos em livros e periódicos, e a produção dos primeiros sete e-books da história da UECE. Para 2014 prevê-se a publicação de mais de 100 títulos.

O processo de produção de conhecimento exige logística para três questões fundamentais: como? para que? para quem? Em resposta à primeira, temos o método científico. Em resposta à segunda, temos a vigilância ética de justificativas, objetivos e transcendências. Em resposta à terceira, temos a definição do a quem se destina, isto é, a qualificação do público-alvo.

Permeando as três questões, impõe-se pensar a dimensão da extensão, tornando acessível, ao público-alvo, a prática do conhecimento produzido; a dimensão da informação, levando a notícia das descobertas, numa linguagem em sintonia com a cultura social média, ao máximo de possíveis interessados; e a dimensão da publicação técnica, levando procedimentos, discussões, resultados, conclusões e recomendações, em uma linguagem formalizada pelo cânone do discurso acadêmico, aos demais cientistas, aos parceiros, que assim poderão replicar, retificar, refutar e ratificar.

Na operacionalidade desta última dimensão, a UECE tem sido tímida. Temos duas revistas institucionais, semestrais, por grandes campos – Humanidades e Ciências Sociais; Ciências e Tecnologia – que tiveram periodicidade descontinuada após o

quarto número, mas que a Administração Superior já formalizou projeto de retomada, por meio de número especial que estabeleça ponte entre o momento de parada e a atualidade.

Por iniciativa da PROPGPq, os Anais das Semanas Universitárias, anuais, a partir de sua 15ª edição, foram transformados em publicação eletrônica com ISSN, versão disponível em sua página.

Por iniciativa dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, existem onze periódicos em circulação, alguns somente em versão eletrônica, outras em versão eletrônica e impressa (Quadro 20).

Quadro 20 – Lista de Periódicos Publicados pela EdUECE

Nº	Título	ISSN	Classificação CAPES	Abrangência
1.	Linguagem em foco	2176-7955	S/C	Local
2.	Revista Conatus	1981-7517 (impresso) 1981-7509 (on line)	B	Nacional
3.	Cadernos Sartre	1983-6473	B	Nacional
4.	Kalagatos	1808-107X (impresso) 1984-9206 (on line)	B	Nacional
5.	O Público e o Privado	1519-5481	B	Nacional
6.	Ciência Animal	0104-3773	B	Nacional
7.	Ciência e Tecnologia	1516-9758	B	Nacional
8.	Humanidades e Ciências Sociais	1516-974X	B	Nacional
9.	GeoUECE	2317-028X	C	Nacional
10.	Tensões Mundiais	1809-3124	B	Nacional
11.	Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)	2357-8556	-	Nacional

O propósito desse programa no período 2012-2016, é formalizar a publicação dos Anais das Semanas Universitárias; retomar rigorosamente a publicação semestral das grandes revistas científicas institucionais, focadas na disseminação da pesquisa, nos dois campos estratégicos de conhecimentos; e garantir, tanto apoio à circulação dos periódicos encampados pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*, como ampliar a oferta destes, estimulando os demais, bem como os grupos consistentes de pesquisa a elaborarem também seus periódicos. Considerando que a UECE tem 31 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento, dos quais oito programas completos (mestrado e doutorado), um doutorado isolado e 17 mestrados isolados, poder-se-á alcançar a oferta de pelo menos número igual de periódicos em versão eletrônica ou mista (eletrônica e impressa) no período compreendido entre 2012-2016.

Espera-se também a ampliação de vínculos com os programas de pós-graduação para estimular a publicação do maior número possível de dissertações de mestrado e teses de doutorado, com especial atenção ao formato de livro digital devido ao seu baixo

custo de produção e alta capacidade de distribuição e disseminação. Além disso, buscar-se-á realizar reedições de publicações anteriores também no formato digital.

Convém destacar a massiva produção de pós-graduação que permite com facilidade trabalhos temáticos que possam ser compostos por capítulos sínteses de dissertações e teses já apresentadas bem como em fase de conclusão. Além disso, os trabalhos de avaliação nas disciplinas podem ser também ótimas fontes de produção de livros. Dada a diversidade de temas e interesses, é possível fomentar a construção de coleções específicas nas áreas de conhecimento abarcados por nossos programas de pós-graduação, atividade está já desenvolvida, por exemplo, no mestrado acadêmico de Educação e no mestrado profissional de políticas públicas.

As possibilidades oferecidas pelas tecnologias de informação, que permitem a avaliação on line de trabalhos, o acesso por meio de qualquer computador pessoal, em qualquer lugar, e a impressão personalizada, são infinitas e a UECE vem instalando competência para atingir essa finalidade, tanto na produção de periódicos quanto na produção de livros digitais.

8.3.4 Escritório de Cooperação Internacional – ECInt

A UECE, consciente da importância de fortalecer as relações externas, de intercambiar atividades acadêmicas e de captar novas fontes que possam contribuir para ampliar as possibilidades de mobilidade de seus alunos e professores e divulgar suas ações em nível internacional, tem procurado afirmar o significativo papel do ECInt assuntos pertinentes a esta área e na representação da UECE no cenário internacional, inclusive ampliando sua atuação para todo o Sistema de Ciência Tecnologia Inovação e Educação Superior do Estado do Ceará.

O ECInt tem como objetivos prospectar fontes nacionais e internacionais para viabilizar possibilidades e parcerias, estruturar, institucionalizar e consolidar a gestão da cooperação internacional na UECE; fortalecer as relações internacionais da UECE com centros de referências do exterior; promover e divulgar a produção da UECE no exterior; estimular o intercâmbio internacional de docentes e discentes de graduação e pós-graduação, gestores e servidores, envolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão; apoiar a mobilidade de pesquisadores no desenvolvimento conjunto de pesquisas; organizar, institucionalizar, encaminhar e acompanhar os Convênios de Cooperação Internacional.

O ECInt participa efetivamente, desde a criação do Programa Ciência sem Fronteiras – CsF, na homologação das inscrições de alunos no programa, o que garantiu até ao final de 2013, a presença de 120 alunos da UECE em países como Espanha, Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Nova Zelândia, Coréia do Sul e Hungria. As áreas de atuação dos alunos da UECE no CsF foram: Biologia, Medicina, Computação, Geografia, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Química, Educação Física, Administração, Ciências Sociais e Letras/Língua Espanhola.

8.3.5 Gráfica Universitária

A Gráfica Universitária da UECE é responsável pela impressão de todo o material de rotina administrativo e acadêmico da Universidade, além do material de cartazes, pastas, blocos de notas, folders, certificados e crachás que serviram de apoio aos mais variados eventos realizados pela comunidade ueceana, destacando-se dentre eles a XVIII Semana Universitária. Além disto, a gráfica é responsável pela impressão dos livros editados pela EdUECE.

Por meio da Gráfica Universitária, a UECE obteve do Banco do Nordeste – BNB uma doação de 16 (dezesseis) modernos e importantes equipamentos gráficos, no valor de aproximadamente R\$ 300 mil, que mudará ritmo de produção e qualidade de impressão do material gráfico produzido cotidianamente pela Gráfica e dos futuros lançamentos da EdUECE.

8.3.6 Ouvidoria

A Ouvidoria Geral da Universidade Estadual do Ceará – UECE foi implantada em 22 de maio de 1997, através do Ofício nº 354/1997, de 03 de junho de 1997, da Reitoria, com o objetivo de atender o que estabelecia a Lei nº 12.686, de 14/05/1997, que determinava a “criação da Ouvidoria Geral e o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e outras providências”, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O Sistema de Ouvidoria – SOU do Poder Executivo Estadual é composto pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, pela Ouvidoria da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário e pelas Ouvidorias Setoriais integrantes da Rede de Ouvidorias.

A partir da aprovação e da publicação da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011, que “regula o acesso à informação”, do Decreto Estadual nº 30.474, de 29/11/2011, que “institui o Sistema de Ouvidoria – SOU e dá outras providências” e do Decreto Estadual nº 30.938, de 10/07/2012, que “regulamenta o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”, a Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, por meio da Resolução nº 888/CONSU, de 07/08/2012, “cria o sistema de Ouvidoria Setorial da Fundação Universidade Estadual do Ceará e estabelece normas para sua operacionalização e para eleição de ouvidor”.

Na Resolução supra citada, destacamos o Art. 15, do Capítulo VII – Da Consulta, que estabelece que “a escolha do Ouvidor da FUNECE dar-se-á por meio de consulta eleitoral à Comunidade Universitária que será convocada por Edital para dela participarem”. Portanto, a FUNECE/UECE, pioneira em Ouvidorias universitárias das regiões Norte e Nordeste do país, agora é também pioneira no modo de fazer ouvidoria e no modo de escolher ouvidor.

Dos princípios e dos objetivos propostos na Resolução nº 888, destacamos a imparcialidade nas manifestações, a discricção, confidencialidade e sigilo das informações manuseadas e a participação em ações, programas e atividades de capacitação, contribuindo nos processos de otimização e planejamento de políticas públicas.

A Política de Ouvidoria do Estado do Ceará visa fomentar a participação da sociedade e o exercício do controle social, assegurando o direito à cidadania e à transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, com atuação ética, equânime e isenta, por meio da escuta imparcial das partes envolvidas, preservando o direito de livre expressão e julgamento do cidadão. Consequentemente, a Ouvidoria FUNECE/UECE fomenta a utilização dos canais permanentes de comunicação e interlocução que viabilizem e otimizem o recebimento e o processamento de críticas, denúncias, elogios, reclamações, solicitação de informações, solicitação de serviços e sugestões, por parte do público interno (servidores docentes e técnico administrativos e corpo discente) e também externo, que tenham interesse nos assuntos pertinentes a instituição.

Os principais canais de interlocução entre o cidadão (público interno e externo) são pela internet, através do Sistema de Ouvidoria – SOU do Poder Executivo Estadual e pelo telefone 155 (gratuito), da Central de Atendimento da Ouvidoria do Estado do Ceará. Outros canais como e-mail e telefone institucional também são utilizados, porém, com frequência inferior aos anteriormente citados.

Atualmente, a Ouvidoria FUNECE/UECE conta com um quadro de três servidores, composto pelo Ouvidor Eleito, pelo Ouvidor Substituto e por um Auxiliar de Ouvidoria.

Além de receber, examinar, instruir, encaminhar as manifestações às áreas competentes e responder ao cidadão, compete também ao Ouvidor da FUNECE/UECE divulgar o papel institucional da ouvidoria à comunidade (interna e externa). Até o presente momento, foram elaboradas e apresentadas palestras, conferências e minicursos no sentido de divulgar, junto a comunidade, o papel institucional da ouvidoria. O papel institucional da Ouvidoria FUNECE/UECE também está sendo divulgado através de entrevistas aos meios de comunicação local.

Além das ações acima mencionadas, a Ouvidoria FUNECE/UECE tem como meta, para os próximos períodos, divulgar, de maneira mais intimista e enfática, nos cursos, nos centros e nas faculdades da capital e do interior, o papel e a importância da ouvidoria, principalmente para o planejamento de políticas públicas.

8.3.7 Pré-Vestibular – UECEVest

O UECEVest foi pensado com o propósito inicial de dar oportunidade de estudo direcionado aos vestibulares de universidades públicas para pessoas de classes menos favorecidas e, quase sempre, excluídas da possibilidade do ensino superior público. O objetivo do programa é possibilitar a preparação necessária que permita aos alunos provenientes da escola pública ingressar em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas.

Este é um projeto de extensão de grande porte dentro da Universidade, atendendo em média 1.500 alunos por semestre. Por não visar a fins lucrativos, o UECEVest tem preços bem mais acessíveis que outros cursinhos de igual porte, funcionando mediante a participação financeira de seu corpo discente.

O UECEVest tem como objetivo secundário concorrer com a formação pedagógica, visto que possibilita que alunos dos diferentes Cursos de Licenciatura da UECE atuem como professores na condição de estagiários, supervisionados por Coordenadores Peda-

gógicos em todas as suas ações docentes (planejamento de aula, preparação de material didático, elaboração de questões para provas, dentre outras essenciais à sala de aula).

8.3.8 Procuradoria Educacional Institucional – PI

A PI é a instância de interlocução entre o Ministério da Educação e as universidades. Essa assessoria ligada à Reitoria é responsável pelas informações da instituição, junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, órgão responsável pelo SINAES/ENADE e pelo Censo da Educação Superior.

O PI também coordena e supervisiona as ações de avaliação e de pesquisas sobre a instituição em suas diversas dimensões, objetivando o aprimoramento da qualificação acadêmica, científica e cultural da Universidade.

8.3.9 Procuradoria Jurídica – PROJUR

A PROJUR é um órgão de assessoria à Administração Superior em funções consultivas e de assistência jurídica, destacando-se dentre elas:

- Promover a defesa da FUNECE, ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- Manter atualizados ementários sobre legislação, decisões administrativas ou judiciais;
- Acompanhar a tramitação de processos no âmbito administrativo e judicial;
- Assessorar a Administração Superior da FUNECE/UECE, no âmbito administrativo e judicial promovendo a defesa dos interesses da Instituição;
- Coordenar e controlar as atividades internas da Procuradoria Jurídica.
- Coordenar e fiscalizar a execução dos contratos e convênios onde a FUNECE configure como parte;
- Elaborar e analisar minutas de contratos, carta-contrato, convênios e demais documentos congêneres de interesse da FUNECE/UECE contando com a participação, se necessário, dos órgãos interessados;
- Emitir pareceres de natureza consultiva em todos os processos de interesse da FUNECE/UECE;
- Manter o registro e cadastramento de todos os instrumentos contratuais onde a FUNECE/UECE configure como parte;
- Exercer as funções consultivas e de assistência jurídica na FUNECE;
- Atuar nos processos judiciais onde a FUNECE/UECE seja parte;
- Coordenar as atividades de auditoria de controle interno e controle de legalidade;
- Solicitar a instauração de processos de interesse da FUNECE/UECE e promover sua defesa nos que se fizerem necessários;
- Manter atualizado o ementário de jurisprudência e decisões judiciais;
- Proceder a verificação, sob o aspecto legal, das ordens de pagamento emanados dos tribunais, oriundas de Precatórios Judiciais;
- Acompanhar os processos decorrentes de relatórios de Auditoria emanados pela Controladoria Geral do Estado ou Tribunais de Contas e,

- Opinar nos processos de docentes e servidores técnico-administrativos quanto aos aspectos jurídicos, inclusive em inquéritos administrativos.

8.3.10 Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE

A SATE foi criada em 2011, por meio da Resolução nº 443/2011-CONSU, de 22/12/2011, tendo como principais objetivos:

- I - Sistematizar e propor, em conjunto com Centros, Faculdades e Pró-Reitorias, políticas, projetos e ações utilizando Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC no âmbito educacional, a serem realizadas pela UECE;
- II - Coordenar projetos e ações em utilização de TIC no âmbito educacional nas áreas de ensino, pesquisa e extensão da UECE;
- III - Constituir uma política de utilização das TIC no âmbito educacional para a UECE, visando à construção de uma identidade institucional interna e externa de natureza sistêmica.
- IV - Operar uma plataforma única de ensino Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a UECE;
- V - Analisar e recomendar a aprovação pelo Reitor, quando for o caso, dos orçamentos de execução de cursos, de propostas de convênios, contratos e oferta de utilização de TIC no âmbito educacional, reservando-se parte dos recursos para a manutenção da SATE.
- VI - Avaliar ações de utilização de TIC no âmbito educacional para uma contínua autoavaliação dos processos e análise dos produtos, contribuindo para a tomada de decisões dos gestores.

Atualmente a SATE oferece nove cursos de Graduação, três de Especialização, três de Extensão, além de cursos de curta duração, voltados, por ora, para a preparação para concursos da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC.

8.3.11 Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva – SODC

A SODC tem como função coordenar as atividades que envolvem os Conselhos Curador (CC) e Diretor (CD) da Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE; e os Conselhos Universitário (CONSU) e de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

São atribuições da SODC:

- Controlar a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- Elaborar e expedir convocações;
- Secretariar as reuniões redigindo as respectivas atas, digitando e disponibilizando as resoluções aprovadas pelos Conselhos;
- Controlar a frequência dos membros dos Conselhos Superiores às reuniões;
- Certificar processos e decisões dos Conselhos Superiores;
- Atender a comunidade acadêmica nos assuntos que dizem respeito a matérias discutidas pelos Conselhos;

- Auxiliar no processo de escolha de representantes das categorias junto aos Conselhos Superiores;
- Auxiliar no processo eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade;
- Manter arquivados todos os documentos resultantes de decisões dos Conselhos;
- Exercer outras tarefas correlatas.

8.3.12 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e regulamentada pela Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012, definiu regras específicas para a implementação do disposto na lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. No âmbito da administração pública do estado do Ceará, a UECE implantou em 2013, atendendo pelo Sistema Ouvidoria – SOU, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, como mais um canal de informação aliado aos já existentes como Portal da Transparência, Catálogo Eletrônico de Serviços-CESEC, Sítios institucionais etc.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012, o Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI foi formado por quatro membros representantes desta Instituição.

O Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI, além do cumprimento das normas previstas em lei e após realização de encontros com os segmentos acadêmicos e administrativos da UECE realizou e apresentou em 2013 a classificação das informações consideradas sigilosas, albergadas por esta Instituição ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – CGAI, observado o disposto nos artigos 22 e 23 da Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012.

O SIC, além do atendimento on-line via Sistema de Ouvidoria, atende pelo telefone (85) 3101-9990 e está instalado no Departamento de Administração da UECE.

8.3.13 Sistema de Bibliotecas – SBUECE

O SBUECE é composto pela Biblioteca Central, localizada no *campus* do Itaperi, pela biblioteca do *campus* de Fátima e pelas seis dos seis *campi* do Interior. Sua instalação teve início no mesmo ano de criação da Universidade através da resolução nº 2, de 5 de março de 1975, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE e homologada pelo Decreto-Lei nº 11.233 de 10 de maio de 1977. Seu acervo resultou em parte da reunificação das coleções das Escolas e Faculdades que formaram a Universidade: Faculdade de Filosofia do Ceará, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Escola de Serviço Social, Conservatório de Música Alberto Nepomuceno e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte. Posteriormente a Lei nº 10.262, de 18 de março de 1979, autorizou a transformação da Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, em Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, com *campi* instalados em Fortaleza, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá e Tauá.

Coleção Djacir Menezes

A Universidade Estadual do Ceará em parceria com instituições públicas e privadas, em fevereiro de 2000, adquiriu da família de Djacir Lima Menezes todo o acervo da sua biblioteca privada e de documentos que compunham seu arquivo pessoal.

Trata-se de um rico acervo composto de cerca de 16.000 (dezesesseis mil) livros de diversas áreas do conhecimento e uma quantidade de documentos pessoais, anotações de leituras, correspondências e esboços de textos e livros. A coleção organizada por Djacir Menezes seduz pelo seu tamanho e por sua riqueza.

O acervo Djacir Menezes encontra-se em uma sala especial destinada ao mesmo, localizado na Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho da UECE, é aberto a professores, pesquisadores, estudiosos, alunos e ao público em geral para pesquisa, estudos, busca, consulta e investigação.

O acervo do Professor Djacir Menezes permite identificar aspectos de uma importante parcela de seu trabalho intelectual visto ser este rico em obras de Direito, Filosofia, Sociologia, Ciências Econômicas, História Geral e do Brasil, bem como em literatura brasileira e estrangeira, com destaque para a produção literária francesa, italiana e alemã.

Esta coleção considerável destaca-se tanto pela quantidade quanto pela qualidade, contando com obras escritas nas mais variadas línguas e abrangendo diversas áreas do conhecimento com destaque em Filosofia e Filosofia Jurídica; Sociologia; História; Economia Clássica; Literatura Brasileira, Portuguesa, Francesa, Alemã, Inglesa.

Destaque especial para grandes coleções completas com ricas encadernações e em línguas originais e obras raras e valiosas, tais como: Cervantes – Dom Quixote – 1605 – 02 vols. (fax-símiles do original); Grotius – De Jure Belli ae Paeis – ed. Sec. XVI (1631) – 02 vols.; Voltaire – ed. 1785 – 70 vols.; Ramalho Ortigão- As Farpas – 1800; D’Alambert – Oeuvres completas – 1805 e Obras completas ed. 1821 – 05 vols.; Armitage – History of Brazil – 1836; Hegel – obras completas ed. 1841 – 18 vols.; Abbé Fleury – Histoires Éclésiastiques – 1844, entre outras.

8.3.14 Comissão Executiva de Vestibular – CEV

O Estatuto da FUNECE/UECE foi alterado pelo Provimento no 02/2007 aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade Estadual do Ceará e ratificado pela Resolução no 349/2007 do Conselho Diretor da Fundação Universidade Estadual do Ceará, publicados nas páginas 13 e 14 do Diário Oficial do Estado do Ceará de 02 de maio de 2008. Com essa alteração, foram incluídas normas relativas aos seus objetivos e fins para que a FUNECE/UECE possa participar legalmente como instituição incumbida de realizar, dentre outros serviços técnicos especializados, processos seletivos no âmbito da administração pública ou da área privada.

A CEV/UECE é o setor da Universidade encarregado de organizar e executar os processos seletivos para ingresso de alunos nos seus Cursos. As atividades da UECE, como em qualquer universidade, estão apoiadas no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Nessa perspectiva, e com o intuito de integrar-se à sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento, a CEV/UECE vem, desde sua criação em 1984, organizando e executando, com responsabilidade e competência, Concursos e Seleções internos e para outras Instituições as mais diversas.

8.3.15 Comissão Coordenadora de Concurso Docente – CCCD

A CCCD, criada por Portaria do Presidente da FUNECE, tem como objetivo elaborar os editais de concurso e de seleção pública para professores efetivos e temporários (substitutos e visitantes). A CCCD também participa do planejamento, execução e divulgação dos resultados dos processos seletivos, além de outras atividades determinadas pela Administração Superior.

8.3.16 Comissão Permanente de Acessibilidade – CPAcesso

Em novembro de 2010 ocorreu na UECE o I Seminário Inclusão de Pessoas com Deficiência na UECE: caminhos e desafios, que culminou com a criação de um Comissão de Acessibilidade responsável à época pela elaboração e pelas primeiras ações físicas e pedagógicas, visando atender a Lei nº 10.098/19/12/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A atual Comissão Permanente de Acessibilidade (CPAcesso) da UECE foi nomeada por meio da Portaria de nº 1944/2014 e tem como principal objetivo contribuir com discussões, políticas e ações que possam assegurar a inclusão social e educacional, o acesso e a mobilidade de todas as pessoas com ou sem deficiência na UECE.

8.3.17 Comissão Permanente de Análise de Processos Administrativos – CPAPA

A CPAPA, órgão vinculado à Administração Superior, tem por finalidade precípua promover procedimento sumário, no sentido de reunir elementos informativos para apurar ou detectar a verdade em torno de possíveis irregularidades de servidores públicos as quais possam configurar, ou não, ilícitos administrativos.

Os processos devem ser abertos pela maior autoridade hierárquica do Órgão na qual é lotado o servidor que será submetido ao processo de sindicância.

8.3.18 Comissão Permanente de Patrimônio – CPP

A CPP é responsável pelo controle dos bens móveis e imóveis da FUNECE, por meio do registro adequado de todos os bens móveis, adquiridos por recursos orçamentários e não orçamentários disponibilizados para todos os *campi* da UECE.

Para a eficácia do controle patrimonial é fundamental a atualização constante dos registros de entrada, atualização, movimentação e saída de bens do acervo patrimonial. A operação de entrada é realizada através do tombamento, as alocações internas, através da transferência e da movimentação e a operação de saída, através da baixa de bens.

8.3.19 Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), constituída nos termos da Resolução CEPE nº 35/83, de 11 de fevereiro de 1983 e dos Decretos nº 25.966, de 24 de julho de 2000 e nº 26.690, de 08 de agosto de 2002 é órgão de assessoramento ao Conselho Universitário – CONSU, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e ao Reitor, para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

São atribuições da CPPP:

- Appreciar os assuntos concernentes: a) à alteração do regime de trabalho dos docentes; b) à avaliação do desempenho para a progressão funcional dos docentes; c) aos processos de promoção por titulação ou interstício; d) à solicitação de afastamento para pós-graduação; e) à necessidade de admissão de professores.
- Desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos.
- Colaborar com a unidade gestora de recursos humanos da Universidade nos assuntos de competência deste órgão concernentes ao Magistério Superior.
- Colaborar com órgãos próprios da Universidade no planejamento dos programas de qualificação acadêmica dos professores.
- Assessorar os órgãos da Administração nos assuntos da política de pessoal docente.
- Exercer outras atribuições que lhe forem solicitadas pelos órgãos competentes, por leis ou regulamentos.

8.3.20 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A CPA da Universidade Estadual do Ceará é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e também da sociedade civil, prevista no Artigo 11 da Lei nº 10.861/2004-SINAES, que tem como funções coordenar e articular o processo interno de autoavaliação.

Hoje, a CPA da UECE é composta por 25 (vinte e cinco) membros, indicados por suas unidades de origem e nomeados por portaria do Reitor, com a competência para assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as ações previstas em seu processo avaliativo.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA resultam das formas de participação e interesse da comunidade acadêmica, além da interrelação entre atividades pedagógicas, de gestão acadêmica e administrativa. É, portanto, objeto de regulação própria e aprovada pelo órgão colegiado máximo dessa Instituição. Trata-se, pois, de um componente central, responsável por conferir estrutura e coerência à avaliação da Universidade e será a instância responsável por todas as suas informações junto ao INEP/MEC, órgão no qual é cadastrada, no momento de uma interlocução sistemática e produtiva com vistas à efetiva implementação do SINAES.

Nos processos avaliativos, a CPA conta com o apoio do Departamento de Informática – DI e do Laboratório de Assessoramento da Avaliação na UECE – LAAV devido à necessidade premente do desenvolvimento de ações avaliativas que possibilitem aos órgãos públicos melhoria de suas ações e qualidade dos serviços prestados. Particularmente, na UECE, o LAAV oferece à comunidade suporte técnico e material ao desenvolvimento de pesquisas e/ou serviços em avaliação institucional, avaliação de projetos e programas.

8.4 Mudanças na Organização Administrativa

Em junho de 2013, a Administração Superior iniciou um movimento que pretende dar novos rumos ao modelo de estrutura organizacional, o que deverá culminar com a modificação e a atualização dos estatutos da FUNECE/ UECE e do regimento da UECE. No que toca ao novo modelo, trabalha-se a partir dos princípios da especialização do trabalho e da centralização/descentralização de atividades, tendo como orientações basilares:

1. Enfatizar a discriminação das funções da Fundação e da Universidade, definindo uma estrutura própria para a FUNECE;
2. Estabelecer novas funções para a Administração Superior da UECE, formada pela Reitoria, Vice-Reitoria e por 04 (quatro) Pró-Reitorias, enfatizando as funções principais das Pró-Reitorias que são o apoio e assessoria à Reitoria nos assuntos ligados a Graduação, a Pós-Graduação e Pesquisa, a Extensão e ao Apoio aos Estudantes;
3. Criar uma Unidade Executiva que tenha como objetivo o apoio didático-pedagógico e o controle acadêmico das áreas-fins da Universidade;
4. Definir a área de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional da UECE também como uma Unidade Executiva;
5. Transformar as Faculdades hoje existentes em Centros, tendo em vista tornar uniforme o tratamento organizacional das unidades que compõem a Administração Intermediária da UECE.

Dimensão 9 – Autoavaliação Institucional

Em 1993, foi criado o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Avaliação do Ensino Superior – NEPA, no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN. Referido Núcleo viabilizou a implementação do Programa de Avaliação Institucional da UECE – PROAV, cuja fundamentação se deu com base nos princípios da abrangência, adesão voluntária, flexibilidade, objetividade e participação. Com o referido Programa, promoveram-se a ampliação e a sistematização do autoconhecimento da Instituição para, com esta informação buscar atender as exigências da comunidade e promover a implementação de mudanças continuadas, numa perspectiva de médio e longo prazos.

O propósito do Programa de Avaliação Institucional – PAI da UECE é tornar a prática da avaliação institucional uma ação norteadora na tomada de decisões, ensejando reflexão permanente de suas ações na Universidade. Pretende-se, com efeito, fortalecer as relações da Universidade com a Sociedade, enfatizando que o propósito da avaliação na UECE tem caráter globalizante envolvendo: centros, faculdades e a comunidade interna e externa, podendo e devendo utilizar os benefícios que a UECE produz com suporte nos seus cursos e em todas as outras atividades universitárias. Possui também caráter interativo, uma vez que o processo e sua síntese deverão promover a integração das leituras e das atividades institucionais, entendidas como partes que interagem.

Neste âmbito, o Projeto de Avaliação Institucional da UECE, busca um processo avaliativo global, respeitando as particularidades locais e sua autonomia como IES, deverá considerar a proposta estabelecida pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES do MEC/INEP. O SINAES é formado por quatro componentes principais: a avaliação institucional externa realizada *in loco* por uma comissão de avaliadores; a autoavaliação orientada, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos; a avaliação dos cursos de graduação, que mensura as condições de ensino em cursos nas quais se julgue necessária uma verificação, e o ENADE, que trata de uma prova aplicada aos alunos, por amostragem, no meio e no final do curso, nas quatro grandes áreas de conhecimento, Ciências Humanas, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde. O SINAES pretende avaliar todos os aspectos concernentes aos eixos: Ensino, Pesquisa e Extensão, quais sejam: a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações dentre outros vários outros.

O PAI visa à continuidade do autoconhecimento, detectando dificuldades e êxitos, da IES com vistas à tomada de decisões e ao repensar do seu Projeto Político-Pedagógico, tendo como base os seguintes princípios:

- a) abrangência** – pela qual o processo de avaliação se torna globalizante, considerando toda a Instituição, ao envolver aspectos do desempenho das suas diversas estruturas e a intersubjetividade das pessoas que a compõem;
- b) adesão voluntária** – significa avaliar sem imposições. Assim, buscando a legitimidade do programa e a fidedignidade das informações, permitir-se-á uma abordagem analítico-interpretativa, capaz de dar significado à avaliação e às opções para o crescimento da Instituição;

- c) **continuidade** – fortalecimento da cultura da avaliação, implementando uma política de avaliação processual que auxilie no aperfeiçoamento da gestão institucional;
- e) **flexibilidade e objetividade** – o objetivo é propiciar uma avaliação aberta, de fácil compreensão dos seus procedimentos e resultados, e buscando respeitar as características próprias de cada segmento;
- f) **não punição ou premiação** – uma vez que se trata de um processo educativo, o resultado final será a conquista, sem punição ou premiação;
- g) **participação** – processo por meio do qual são, os integrantes da avaliação, convidados, como sujeitos da ação avaliativa, a conhecer a realidade, elucidando os seus problemas e socializando os seus pontos fortes.

Quanto aos objetivos, destacam-se planejar, implantar e desenvolver ações de avaliação interna no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, considerando a natureza da proposta contida no SINAES.

A elaboração e implantação da Avaliação Institucional compreendem as seguintes etapas metodológicas:

- a) Constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com o objetivo de indicar os representantes de cada segmento da comunidade ueceana para ampliar o processo de participação e garantir a legitimidade da iniciativa.
- b) Capacitação das pessoas que estarão envolvidas na avaliação, tendo como objetivo desenvolver trabalho de formação voltado para fundamentação teórica sobre Avaliação, Avaliação Institucional, Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- c) Sensibilização com o objetivo de desenvolver ações que envolvam a comunidade ueceana na elaboração, implantação, acompanhamento e decisões do processo de avaliação, buscando ressignificar a atual cultura avaliativa.
- d) Planejamento e elaboração do Projeto de Avaliação, tendo como intuito a organização das ações pensadas para o processo avaliativo.
- e) Elaboração e validação dos instrumentos, visando a criar instrumentos voltados para a eficiência e eficácia da captação das informações necessárias ao processo avaliativo junto aos segmentos que participam em cada etapa do processo.
- f) Realização da avaliação propriamente dita junto à comunidade ueceana, sensibilizando os segmentos para realizar a autoavaliação da UECE, utilizando os instrumentos desenvolvidos.
- g) Análise das informações e dados coletados durante a avaliação.
- h) Elaboração dos relatórios de avaliação sobre a autoavaliação da UECE, contendo detalhes de todas as etapas do desenvolvimento do processo avaliativo feito junto à comunidade ueceana.
- i) Divulgação dos resultados da avaliação do processo de autoavaliação da UECE por meio de seminários.
- j) Meta-avaliação mediante avaliação da própria autoavaliação.

Dimensão 10 – Infraestrutura e Instalações Acadêmicas de Ensino, de Pesquisa e de Inovação

A Universidade Estadual do Ceará ocupa um conjunto de prédios e terrenos espalhados na cidade de Fortaleza, compreendendo o *campus* do Itaperi: CCS, parte do CH, CCT, CESA, CED, FAVET e ISCB; o *campus* de Fátima, parte do CH e o *campus* 25 de março – Unidade de Empreendedorismo e Inovação, vinculado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA. São oito o número de *campi* instalados no interior do Estado do Ceará: Limoeiro do Norte – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, Quixadá – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, Iguatu – Faculdade de Educação Ciências e Letras de Iguatu – FECLI, Crateús – Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, Itapipoca – Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI, Tauá – Faculdade de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC. Além desses, Guaiúba – Fazenda de Experimentação Agropecuária Dr. Esaú Accyoli de Vasconcelos, vinculada à FAVET e Pacoti – Unidade de Experimentação, Educação Ambiental e Ecologia, vinculada ao CCS.

10.1 Infraestrutura Física dos Campi da UECE

A) Campus Itaperi

A Universidade Estadual do Ceará localiza-se no *campus* Itaperi, situado na Av. Paranjana nº 1700, recém-denominada Av. Dr. Silas Munguba nº 1700 – Bairro Itaperi – Fortaleza – Ceará, abrangendo uma área total de 104 hectares (Figura 3).

O *campus* do Itaperi possui infraestrutura que possibilitam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão (Quadro 21).



Figura 3 – Vista aérea do Campus do Itaperi, Fortaleza, Ceará.

Itaperi é um bairro da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, administrado pela Secretaria Executiva Regional – SER IV, órgão municipal. Neste bairro, estão localizados: o Aeroporto Internacional Pinto Martins; a sede da UECE; a da SER IV e algumas das avenidas mais movimentadas da cidade como Silas Munguba, Bernardo Manuel e Senador Carlos Jereissati, esta última sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DERT. Essas avenidas dão acesso ao terminal de ônibus da Parangaba, ao estádio Castelão, ao aeroporto e às cidades de Maranguape e Maracanaú, localizadas na região metropolitana da capital.

Embora seja precário em infraestrutura e equipamentos urbanos, o bairro do Itaperi possui várias instituições, como Centro de Referência do Idoso, escolas públicas e particulares de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação especial, posto de saúde, projeto ABC, diversos templos religiosos etc. O comércio da região concentra-se principalmente nas avenidas Dedé Brasil e Paranjana.

O *campus* do Itaperi possui grandes áreas edificadas, totalizando uma área construída de 60.602,23 m². A área total dos pátios pavimentados é de 69.520 m². O sistema viário tem aproximadamente uma área de 30.748 m².

Dos 104 ha a UECE cedeu algumas áreas: para o Centro de Zoonoses, 9.412,34 m²; para o Centro de Saúde, 395,22 m², para a Escola Estadual Diva Cabral, 9.286 m², para o Justiça Especial Cível e Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará – TJ/CE, 516 m² e, por fim, para a Escola Pública (Projeto Nascente), 10.108,45 m², parcerias estabelecidas com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Governo do Estado do Ceará e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Escola Técnica Profissionalizante do Estado do Ceará, 15.332,32 m², Unidade de Pronto Atendimento – UPA da Prefeitura de Fortaleza, 2.934,51 m², Serviço Nacional da Indústria – SENAI, 4.886,37 m², Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres – CEPED, 1.000 m².

O abastecimento d'água é feito por empresa pública estadual, a CAGECE, e de poços profundos existentes com o devido tratamento. A rede de esgoto é própria, sendo os dejetos tratados por uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE e remanejados para uma lagoa pertencente à área do *campus*, sendo 5% desses acumulados no sistema fossa e sumidouro. A energia elétrica de baixa e média tensão é fornecida pela empresa privada COELCE, sendo que a rede interna de baixa e média tensão passará em 2014 por uma reforma geral. A rede de telefonia é fornecida pela operadora Oi. O *campus* do Itaperi possui rede de cabeamento lógico por meio de fibra ótica.

Quadro 21 – Área construída no campus Itaperi, Fortaleza, Ceará

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (m ²)
Áreas coletivas	-
Blocos de salas de aula	9.822,00
Restaurante Universitário	939,20
Biblioteca	4.926,00
Auditório Central	485,00
Administração Central (Prédio da Reitoria)	3.920,83
Sub-total	20.093,03
Centro de Ciências e Tecnologia - CCT	-
Direção + Laboratórios + Pós-Graduação + Graduação	3.728,61
Faculdade de Veterinária - FAVET	-
Direção + Laboratórios + Pós-Graduação + Graduação	4.826,24
Hospital Veterinário	4.233,65
Sub-total	9.059,98
Centro de Ciências da Saúde - CCS	-
Direção + Laboratórios + Pós-Graduação + Graduação	1.639,28
Complexo Poliesportivo	16.876,00
Sub-total	18.515,28
Instituto Superior de Ciências Biomédicas - ISCB	2.568,00
Direção + Laboratórios + Pós-Graduação	
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA	-
Direção + Laboratórios + Pós-Graduação + Graduação	2.667,70
Centro de Educação - CED	-
Direção + Laboratórios + Pós-Graduação + Graduação	1.527,00
Centro de Humanidades - CH	-
Coordenações de História e Música + Pós-Graduação em História	941,26
Coordenação de Psicologia + Serviço de Psicologia Aplicada - SPA	832,00
Sub-total	1.773,26
Instituto SENAI de Energias Renováveis/ Parque Tecnológico	567,38
Auditórios auxiliares	-
CCT	99,89
PROGRAD	97,50
Reitoria	211,00

Duvidoria	44,93
Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PROPGPq	107,00
PRAE	105,00
CESA	126,00
Sub-total	791,32
TOTAL	61.291,56

Fonte: Coordenação de Engenharia – COGEN/UECE.

B) Campus Fátima

Localizado no bairro de Fátima, na Av. Luciano Carneiro nº 345, o Centro de Humanidades da UECE está situado em uma área com excelente infraestrutura urbana. O *campus* Fátima possui 7.396,00 m² de terreno e 5.306 m² de área construída (Quadro 22).

Quadro 22 – Área construída no *campus* Fátima, Fortaleza, Ceará

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA CONSTRUIDA (m ²)
Salas de aula	2.070,35
Auditório	144,23
Biblioteca	359,00
Refeitório	81,28
Ginásio Coberto	946,15
CCLIN	554,0
TOTAL	4.155,01

Fonte: Coordenação de Engenharia – COGEN/UECE.

O abastecimento d'água, no *campus*, é feito através da empresa pública estadual CA-GECE, e de poços profundos existentes com o devido tratamento. A rede de esgoto é no sistema fossa e sumidouro. A energia elétrica de baixa e média tensão é fornecida, também, pela empresa privada, COELCE estando a rede interna de baixa e média tensão passando por uma reforma geral. A rede de telefonia é fornecida também pela operadora privada, a Oi. O *campus* do Fátima também possui rede de cabeamento lógico por meio de fibra óptica.

C) Campus de Limoeiro do Norte – FAFIDAM

No *campus* de Limoeiro do Norte localiza-se a FAFIDAM em área construída de 4.325,3 m² e terreno 5.586,70 m². Possui 14 salas de aula cuja área total é de 709,35 m², um auditório com 451,19 m², biblioteca com 312,23 m² e sete laboratórios com área total de 78 m².

O município de Limoeiro do Norte admite acesso pelas rodovias BR-116 e CE-377 e fica a 194 km de Fortaleza. A conhecida "Princesa do Vale", principal cidade do vale do Jaguaribe, cercada pelas águas dos rios Jaguaribe e Banabuiú, fazendo com que não seja um município seco.

D) *Campus de Quixadá – FECLESC*

No *campus* de Quixadá, localiza-se a FECLESC em área construída de 3.327m² e terreno 10.657,50 m². Suas salas de aula possuem área total de 1.560 m², biblioteca com 320 m², laboratórios com 620,79 m² e auditório com 160 m². Além disto, a FECLESC conta com a Casa do Estudante localizada também em Quixadá, cuja área construída é de 217,59m².

Quixadá se situa na região dos sertões cearenses, sertão central, microrregião de Quixeramobim, do qual foi desmembrada em 17 de agosto de 1889. Dista 167 Km de Fortaleza, possui clima semiárido e diferencia-se dos demais municípios cearenses por possuir uma paisagem rica em monólitos, formações rochosas do período em diversos formatos que quebram a aparente monotonia da paisagem sertaneja. Dentre essas formações rochosas os quais se destaca a Pedra da Galinha Choca.

Em 2013 a FUNECE recebeu do Departamento Nacional de Obras Contra às Secas – DNOCS a doação de um terreno de 3 hectares na cidade de Quixadá, no caminho do Açude do Cedro que poderá abrigar os projetos de expansão da FECLESC.

E) *Campus de Iguatu – FECLI*

No *campus* de Iguatu, localiza-se a FECLI, em área construída de 2.739,52 m² e terreno 10.000 m²; suas salas de aula ocupam uma área de 614,16 m², a biblioteca tem 79,50 m², seus laboratórios 42,68 m² e o auditório 203,50 m².

Iguatu é um município da região centro-sul do estado do Ceará, distante cerca de 390 km de Fortaleza. Polo socioeconômico da região concentra a comercialização de diversos produtos e serviços de 18 municípios circunvizinhos. Além de várias olarias, base econômica mais antiga da região, possui ainda cerca de 70 indústrias.

Por decisão do Governo foi instalado em Iguatu um Complexo Multi-institucional para abrigar as iniciativas de Educação Superior do Estado, integrando-se os *campi* da FECLI/UECE, a Unidade descentralizada da URCA e a FATEC/Instituto CENTEC. O *campus* atual da FECLI será mantido com uso compartilhado pela Escola Municipal de Saúde Pública de Iguatu.

F) *Campus de Crateús – FAEC*

No *campus* de Crateús, localiza-se a FAEC, em área construída de 569,68 m² e terreno 3.111,66 m²; suas salas de aula ocupam área de 311,35 m² e a biblioteca 120 m².

Crateús, 350 km distante de Fortaleza, é um dos municípios da microrregião Oeste/Ibiapaba. O município abriga a Reserva Natural Serra das Almas, mantida pela Associação Caatinga, uma ONG criada em 1998 e que trabalha na proteção das riquezas naturais da fauna e da vegetação locais. Suas raízes históricas estão ligadas ao Estado do Piauí, juntamente com o território de Independência, em permuta entre estados, o Piauí ficou com a cidade litorânea de Amarração, tudo consolidado pelo Decreto-Lei nº 2.012 de 22/10/1880.

Em 2013, a FUNECE recebeu de um empresário crateuense Fernando Cardoso Linhares, a doação de um terreno de 20 hectares na cidade de Crateús para a construção de um *campus* integrado que abrigará a sede unificada da FAEC e seus projetos de expansão.

G) *Campus de Itapipoca – FACEDI*

No *campus* de Itapipoca, localiza-se a FACEDI, em área construída de 1.866,93 m² e terreno de 21.131,59 m². Suas salas de aula ocupam uma área de 475,55 m²; seus laboratórios 168 m² e a biblioteca 109 m².

Cidade da região norte cearense, microrregião de Itapipoca, situa-se a 130 km de Fortaleza. Conhecida como o único município do Ceará com três climas, por possuir em seu território os três ecossistemas: praia, serra e sertão.

H) *Campus de Tauá – CECITEC*

No *campus* de Tauá, localiza-se o CECITEC, em área construída de 3.486,34m² e terreno 15.760,97 m²; salas de aula com área total de 468 m², biblioteca com 56 m², auditório com 232 m², sala de leitura com 40 m². A UECE utiliza os laboratórios do Centro de Vocação Tecnológica – CVT cuja área é de 447,10 m².

I) *Fazenda de Experimentação Agropecuária Dr. Esaú Accyoli de Vasconcelos – campus de Guaiúba*

No *campus* de Guaiúba, localiza-se a Fazenda Guaiúba com área total de 1.887,00 m² que possui os seguintes ambientes: sala de administração; dormitório para professores; dormitórios para alunos; refeitório; galpão para secagem da raspa de mandioca; silo; laboratório de reprodução e nutrição; aprisco; laboratório de alimentos; laboratório de informática; sala de depósito; câmara fria; galpão para maquinários; pátio para secagem de grãos; e laboratório de alimentos de inseminação de bovinos.

J) *Campus Experimental de Educação Ambiental e Ecologia*

O *campus* experimental localiza-se no município de Pacoti, localizado a 100 km de Fortaleza, e possui os seguintes espaços: Biblioteca Osmundo Pontes, com o apoio da Sociedade Amigas do Livro (sediada em Fortaleza) e doações de grande número de colaboradores que visitam o *campus* e se entusiasmam com a proposta; sala de multimeios e sala de aula; laboratório de informática com 12 computadores; mini-auditório para 100 pessoas usadas para conferências, palestras, reuniões de grupos e outras atividades; cozinha experimental onde realizam-se cursos de culinária e de beneficiamentos de frutos da serra; Sala de apoio aos alunos residentes de enfermagem e medicina da UECE; Sala de almoxarife; Salas de parceiros (INEC/BNB, SEMPRE, Condomínio Digital); Sala da Coordenação; Cozinha para atender às refeições de eventos; Banheiros sociais; Vinte e três quartos; Espaço externo de convivência (Telhoça); Miniorquidário em parceria com a Associação Cearense de Orquidófilos – ACEO; Canteiro de plantas medicinais.

10.2 Infraestrutura dos Polos de Apoio à Educação a Distância

Os polos de apoio presencial podem ser mantidos pela Prefeitura do município, Estado, a IES ou em uma associação entre os poderes municipal, estadual e federal. Para cumprir seu devido papel um polo teve ter a seguinte infraestrutura:

- Possuir recursos humanos qualificados e documentação que comprove a sua institucionalização;
 - Disponibilizar aos estudantes o acesso às tecnologias de informação e de comunicação (TIC) indispensáveis à mediação didático-pedagógica dos cursos a distância (em especial quanto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA utilizado), aos conteúdos digitais das disciplinas e à biblioteca física e virtual;
 - Seguir o disposto pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, atualizada pela Lei nº 11.982 de 2009, atendendo aos padrões legais de acessibilidade;
 - Ter identificação visual obrigatória da CAPES/MEC, conforme disposições de sua Assessoria de Comunicação Social (ACS).
- Possuir espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental: iluminação, acústica e ventilação/climatização. Estes espaços são descritos a seguir:
1. Espaços gerais: sala para coordenação do polo (obrigatório); sala para secretaria (obrigatório); sala de reunião (opcional); banheiros (pelo menos um feminino e um masculino, com acessibilidade);
 2. Espaços de apoio (obrigatórios): laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada); biblioteca com espaço para estudos;
 3. Espaços acadêmicos: sala multiuso (tutoria, aula, prova, video/webconferência etc.); e laboratório pedagógico.

Observação: os espaços acadêmicos podem estar situados em outras localizações convenientes com outras instituições, sendo obrigatória, pelo menos, uma sala multiuso localizada na sede do polo.

Os espaços disponíveis do polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

A documentação necessária à institucionalização do Polo UAB é composta por:

- Instrumento legal de criação do Polo UAB, especificando: dotação orçamentária; e lotação de pessoal;
- Orçamento anual do mantenedor incluindo as despesas do polo.
- Termo de Compromisso do mantenedor, junto à CAPES.
- Documentação de propriedade, de aluguel ou de cessão de espaço.
- Termo de Cessão de Uso de espaços pedagógicos que não sejam próprios do Polo.

A infraestrutura tecnológica de um Polo UAB é composta, basicamente, de computadores em número adequado para atender os alunos do Polo, conexão à Internet em banda larga (recomendável acesso mínimo de 2Mb) disponível em todos os espaços do Polo e ferramentas pedagógicas tais como data-show, lousa digital, equipamentos para webconferência.

10.3 Sistema de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da UECE conta com sete unidades, que têm seus respectivos espaços em termos de área total construída (Quadro 23).

Quadro 23 – Área construída das bibliotecas dos campi da UECE

UNIDADE	ÁREA (m ²)
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho (Itaperi – Fortaleza)	4.926,0
Biblioteca Setorial do Centro de Humanidades (Fátima - Fortaleza)	359,0
Biblioteca Raquel de Queiroz (Quixadá – Ceará)	320,0
Biblioteca Setorial da FAEC (Crateús – Ceará)	120,0
Biblioteca Misael Alves de Sousa (Limoeiro do Norte – Ceará)	312,23
Biblioteca Paulo Petrola (Itapipoca – Ceará)	109,0
Biblioteca Setorial do CECITEC (Tauá – Ceará)	56,0
Biblioteca Humberto Teixeira (Iguatu – Ceará)	79,50

Fonte: Biblioteca Central da UECE.

A Biblioteca da UECE passou a contar com a acessibilidade desde a reforma realizada em 2009, contando com uma plataforma (elevador), um banheiro adaptado, com 23 obras em Braille, com 26 livros eletrônicos – CD ROM e de material auditivo, um hardphone para computador, um computador na sala de internet no andar superior, um programa DOSVOX para deficientes visuais e três estantes reservadas no setor de empréstimo de livros.

O acervo das unidades constituintes do Sistema de Bibliotecas da UECE por cada unidade pode ser observado no Anexo C.

10.4 Laboratórios

A UECE conta atualmente com 100 laboratórios, devidamente institucionalizados, distribuídos por Centros e Faculdades da Capital e do Interior do estado (Quadro 24).

Quadro 24 – Laboratórios dos Centros de Faculdades da UECE

CENTRO/FACULDADE	NOME
CCS	Laboratório de Análise de Alimentos
	Laboratório de Avaliação Nutricional
	Laboratório de Bioenergética
	Laboratório de Bioinformática
	Laboratório de Biologia
	Laboratório de Biologia Celular
	Laboratório de Bioquímica Humana
	Laboratório de Biotecnologia da Reprodução de Peixes
	Laboratório de Botânica
	Laboratório de Citologia e Biologia Geral
	Laboratório de Citologia e Entomologia
	Laboratório de Dietética e Análise Sensorial
	Laboratório de Ecofisiologia Vegetal
	Laboratório de Ecologia
	Laboratório de Educação e Saúde Coletiva
	Laboratório de Etnobiologia e Educação Ambiental
	Laboratório de Humanização e Atenção em Saúde
	Laboratório de Metodologia de Pesquisa em Saúde e Enfermagem
	Laboratório de Microbiologia
	CH
Laboratório de Nutrição Funcional	
Laboratório de Ornitologia e Sistemática Animal	
Laboratório de Paleontologia	
Laboratório de Práticas Coletivas em Saúde	
Laboratório de Segurança Alimentar e Nutricional	
Laboratório de Tecnologia e Cuidados Clínicos em Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	
Laboratório de Zoologia	
Laboratório de Consumo, Cultura e Mídia	
Laboratório de Ética e Direitos Humanos	
Laboratórios de Estudos e Práticas em Avaliação Psicológica	
Laboratório de Interdisciplinaridade e Subjetividade Humana	
Laboratório de Metafísica e Estética	
Laboratório de Pesquisa e Estudos Foucaultianos	
Laboratório de Pesquisa em Linguística Aplicada	
Laboratório de Psicanálise	
Laboratório de Tradução Audiovisual	
Laboratório Observatório de Estética e Espaço Social Pier Pasolini	
Laboratório Orquestra Sinfônica	

CCT	Laboratório de Avaliação de Desempenho de Sistemas Computacionais e de Comunicação
	Laboratório de Biotecnologia
	Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento
	Laboratório de Cartografia Digital e de Instrumentalização de Geotecnologias
	Laboratório de Células Fotovoltaicas
	Laboratório de Computação Natural e Inteligente
	Laboratório de Conversão Energética e Emissão Atmosféricas
	Laboratório de Eletroquímica e Corrosão Microbiana
	Laboratório de Estudos Agrários
	Laboratório de Estudos de População
	Laboratório de Estudos do Território e da Urbanização
	Laboratório de Estudos do Território e do Turismo
	Laboratório de Estudos Morfoestruturais e Pedológicos
	Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade
	Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural
	Laboratório de Geografia Física, Geologia e Análise Ambiental
	Laboratório de Geografia Física e Estudos Geoambientais
	Laboratório de Geologia e Geomorfologia Costeira, Oceânica e Ambiental
	Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Aplicados
	Laboratório de Matemática Computacional
	Laboratório de Meteorologia e Modelagem Atmosférica
	Laboratório de Pesquisas Atmosféricas
	Laboratório de Prática e Ensino de Geografia
	Laboratório de Qualidade de Padrões de Software
	Laboratório de Química Inorgânica
	Laboratório de Segurança de Dados
	Laboratório de Sistemas de Informação Tecnológica
Laboratório de Sistemas Digitais	
Laboratório Horto de Plantas Medicinais, Tóxicas e Aromáticas	
CESA	Laboratório de Administração Pública
	Laboratório de Assessoramento da Avaliação
	Laboratório de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética
	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Serviço Social
	Laboratório de Documentação do Curso de Serviço Social
	Laboratório de Gestão de Pequenos e Médios Negócios
	Laboratório de Gestão Inteligente de Cidades
	Laboratório Núcleo de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família
	Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social
	Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social
	Observatório de Juventude, Educação Profissional e Trabalho

FAVET	Laboratório de Anatomia Veterinária
	Laboratório de Biotecnologia do Sêmen
	Laboratório de Doenças Parasitárias
	Laboratório de Diagnóstico por Imagem Veterinária
	Laboratório de Fisiologia e Controle da Reprodução
	Laboratório de Genética e Reprodução de Peixes Dulciaquícolas
	Laboratório de Reprodução Suína e Tecnologia do Sêmen
	Unidade de Pesquisa, Transferência Biotecnológica e Inovação
ISCB	Laboratório de Animais Pegonhentos
	Laboratório de Bioquímica e Expressão Gênica
	Laboratório de Bioquímica e Transdução do Sinal
	Laboratório de Carcinicultura
	Laboratório de Entomologia
	Laboratório de Eletrofisiologia
	Laboratório de Fisiofarmacologia Cardiovascular e Renal
	Laboratório de Fisi-Farmacologia da Inflamação
	Laboratório de Fisiologia Endócrina e Metabolismo
	Laboratório de Fisiologia Experimental
	Laboratório de Fisiologia Renal
	Laboratório de Genética Médica
	Laboratório de Microscopia Eletrônica
	Laboratório Preparativo Multiusuários
	Laboratório de Toxinologia Aplicada
Laboratório de Toxinologia e Farmacologia Molecular	
FECLESC	Laboratório de Polisacarídeos Bioativos
	Laboratório de Políticas Sociais do Sertão Central
FECLI	Laboratório de Pesquisa e Ensino de Física
FACEDI	Laboratório de Estudos sobre Ontologia do Ser Social, História da Educação e Práxis Educativa
	Laboratório de Pesquisa em Química
	Laboratório de Prática de Ensino
CECITEC	Laboratório de Bioprospecção de Produtos Naturais e Biotecnologia
	Laboratório de Estudos de Remoção de Poluentes por Adsorção

Fonte: Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva –SODC

10.5 Unidades Vinculadas à Inovação Tecnológica

10.5.1 Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT

O Núcleo de Inovação Tecnológica é o responsável pela institucionalização da gestão da propriedade intelectual da UECE, assegurando o registro de patente, licenciamento e comercialização de resultados de pesquisas, quando do interesse da Universidade. Com efeito, o NIT da UECE tem importante papel, dentre os quais se destacam:

- 1) Proteger o resultado das pesquisas desenvolvidas na Universidade, de forma a resguardar seus interesses e a propriedade intelectual de seus criadores;
- 2) Auxiliar os pesquisadores em pesquisas de patentes;
- 3) Avaliar a solicitação do inventor para adoção de invenção;
- 4) Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da universidade;
- 5) Facilitar a interface da UECE com a sociedade, divulgando e transferindo as tecnologias desenvolvidas em seus *campi*;
- 6) Manter contato com as empresas, para levar as demandas da sociedade aos grupos de pesquisa da UECE.
- 7) Estabelecer uma “cultura da inovação”, pela qual a UECE possa criar e se reinventar, estabelecendo novos paradigmas nas relações com a sociedade.

Esse ambiente inovativo estabelecido desde 2007, com a estruturação do NIT, consolidou-se a partir da regulamentação de uma política de propriedade intelectual própria em 2010. O NIT-UECE entrou no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI com pedidos de depósito de patente de 18 tecnologias inovadoras, registro de quatro *softwares*, dois modelos de utilidade e uma marca, tendo em estágio final 13 outras tecnologias a serem depositadas nos próximos dois meses. Das 18 tecnologias com pedido de patente, 13 estão licenciadas e dez outras em negociação; dos quatro softwares registrados, dois encontram-se em uso.

Embora a UECE tenha avançado em relação à assuntos referentes à produtos tecnológicos, propriedade intelectual, empreendedorismo e transferência de tecnologia, isto se resume basicamente à área de biotecnologia. No entanto, a Universidade tem grande potencial nas várias áreas do conhecimento.

Visando estruturar suas ações, bem como estabelecer uma base forte para a evolução no modo como a UECE se relaciona tanto com a sociedade empresarial quanto internamente, o NIT-UECE estabeleceu focos de atividades para o triênio 2013-2015: 2013 – Conhecimento, 2014 – Estabelecimento e 2015 – Difusão.

Em 2014, terá como foco principal estabelecer de modo concreto as relações entre a Universidade e a Sociedade. O NIT direcionará seu foco em incorporar a política de propriedade intelectual da UECE no âmago da Universidade, fazendo assim florescer um ambiente propício para a inovação em todos os *campi*. Em 2015, o NIT irá direcionar suas ações para, com ainda maior esforço, fazer com que as tecnologias desenvolvidas pela UECE ultrapassem seus muros, gerando, assim, impactos cada vez mais relevantes na qualidade de vida da população.

10.5.2 Incubadora de Empresas da Universidade Estadual do Ceará – INCUBAUECE

A Incubadora de Empresas da Universidade Estadual do Ceará – INCUBAUECE é uma unidade de negócios da UECE, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento. Destina-se a estimular e apoiar empreendedores na geração, consolidação e crescimento de micro, pequenas e médias empresas, propiciando-lhes ambiente e condições apropriadas para o funcionamento.

A INCUBAUECE tem como diretrizes estratégicas: fomento permanente de projetos inovadores de real acréscimo à Ciência e à Tecnologia; fomento permanente aos processos de incubação de empresas, por meio do desenvolvimento de produtos e negócios e com a utilização de rendimentos provenientes dos resultados das empresas incubadas, via licenciamentos e participação nos ganhos econômicos dos produtos objetos de incubação, comissões ou outros; o estímulo ao empreendedorismo, inclusive o social e o incentivo à parceria público-privada.

10.5.3 Parque Científico e Tecnológico da UECE – TecParque

O Parque Científico e Tecnológico da UECE – TecParque, é uma entidade que tem, como principal objetivo, disponibilizar um ecossistema de inovação para aos que fazem a universidade e a pessoas de diferentes empresas para que possam estar constantemente em contato, possibilitando a troca de experiências, o compartilhamento de problemas e desafios, e o trabalho em conjunto, favorecendo, assim, a inovação e a transferência de tecnologia.

O TecParque é constituído como uma unidade da UECE, concebida através de aprovação do Conselho diretor da Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE). A coordenação das atividades relativas à implantação e operação do TecParque está a cargo de uma comissão composta de professores e consultores nomeados pela Superior Administração da UECE.

Um princípio do TecParque é que as empresas que o compõem devam estar alinhadas com aos trabalhos e pesquisas desenvolvidas na Universidade, através do relacionamento com seus professores/pesquisadores e/ou os laboratórios de pesquisa.

Outro objetivo do TecParque é a prestação de serviços à comunidade, principalmente a do entorno da Universidade, podendo fazer isso através de cursos de formação em geral e de capacitação de mão de obra técnica para contribuir com o desenvolvimento dos projetos. Além disso, o Parque atuará também como fonte de geração de empregos.

10.6 Cronograma de Expansão da Infraestrutura

O Governo do Estado do Ceará autorizou algumas obras cujo objetivo é melhor atender os corpos discente, docente e técnico-administrativo e elevar o padrão qualitativo e quantitativo de atendimento aos usuários, destacando-se:

- Implantação do banco de projetos executivos de arquitetura e engenharia;
- Implantação dos projetos de acessibilidade no *campus* do Itaperi e no *campus* de Fátima;
- Implantação do projeto do prédio da Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE, com área de 1.000 m²;

- Construção do Restaurante Universitário de Limoeiro do Norte – FAFIDAM de 422,97 m²;
- Implantação dos projetos de infraestrutura de energia para pesquisa da UECE – *campus* do Itaperi – CTINFRA 2010;
- Implantação dos projetos de infraestrutura de energia para pesquisa da UECE – *campus* de Fátima – CTINFRA 2010;
- Implantação dos projetos de infraestrutura de energia para pesquisa da UECE – *campus* de Limoeiro do Norte – CTINFRA 2010;
- Implantação dos projetos de infraestrutura de energia para pesquisa da UECE – *campus* de Quixadá – CTINFRA 2010;
- Projetos e implantação obra de melhorias no *Campus* de Fátima;
- Elaboração de projetos para construção de cinco salas de aula no pavimento superior e reforma nas instalações do *campus* da FECLESC, com área de 335,40 m²;
- Construção e reforma nas instalações do *campus* de Tauá – CECITEC;
- Reforma e adaptação da estrutura física do Departamento de Informática – DI;
- Construção do muro visando à segurança no *campus* Itaperi;
- Complementação da infraestrutura do Núcleo de Pesquisa em Sanidade Animal – NUPESA;
- Manutenção predial na cobertura e baias da suinocultura;
- Climatização e colocação de esquadria metálica do Restaurante Universitário – RU no *campus* Itaperi;
- Elaboração de projetos e implantação para construção e reforma de salas de aulas e espaço de convivência no *campus* de Crateús – FAEC;
- Elaboração de projeto do Plano Diretor e da nova sede do *campus* de Crateús – FAEC;
- Elaboração de projeto e implantação de reforma em Laboratórios do Curso – Mestrado Acadêmico em Ciências Físicas Aplicadas;
- Retificação dos projetos e implantação da urbanização do *campus* do Itaperi;
- Urbanização do Complexo Poliesportivo e do Hospital Veterinário;
- Manutenção predial na cobertura dos blocos de salas de aulas do *campus* do Itaperi;
- Elaboração de projetos de reforma das salas de aula do *campus* do Itaperi;
- Elaboração de projetos de reforma das salas de aula *campus* de Fátima;
- Elaboração de projetos construção do pavimento superior em bloco existente, correção de futuras imperfeições durante a execução da obra, construção de rampa de acesso ao pavimento no *campus* de Quixadá – FECLESC;
- Elaboração de projetos de reforma em salas do Mestrado, estacionamento em pedra tosca com rejuntamento, piso industrial nas áreas de circulação e cerca de contorno em nylofor no *campus* de Quixadá – FECLESC;
- Elaboração de projetos de reforma do *campus* de Iguatu – FECLI (coordenações, auditório, biblioteca, cobertura, grade-muro, estacionamento, climatização das salas, instalação elétrica e instalação lógica);

- Elaboração de projetos de reforma do *campus* de Itapipoca – FACEDI (garagem, muro, sala das coordenações, laboratório química, circulação, banheiros, sala de aula e passarela, estacionamento);
- Implantação dos projetos de urbanização no entorno da UPTBI;
- Construção do biotério de criação e experimentação com sistema de climatização e retirada de amônia e interface aos racks ventilados.

Exceto as obras das unidades do interior, as propostas para o *campus* do Itaperi constam em seu PDCI. A elaboração do PDCI está consubstanciada no Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDP-FOR 2009 e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza, visando criar condições específicas para a ocupação do seu território. A intenção é atender o desenvolvimento das atividades universitárias, em consonância com as legislações municipal, estadual e federal. Do ponto de vista institucional, o PDCI é a peça legal, após aprovação pelos órgãos municipais, que regulamentará as condições para a implantação da expansão de suas atividades e das próximas construções.

No âmbito dos objetos institucionais, o PDCI insere um programa de intenções. Está enfatizada neste documento, a melhoria do ensino de graduação, a expansão dos cursos de pós-graduação, a dinamização das atividades de extensão, a modernização da estrutura administrativa e o ordenamento geral do espaço físico, compatível com os recursos humanos e materiais da UECE. Vale salientar o importante papel de fixação das políticas da Universidade, representado pela proposta contida nesse documento.

Com base no Termo de Referência, entende-se que o PDCI deve estruturar diretrizes físico-espaciais e de gestão para interferir no processo de desenvolvimento das atividades universitárias, a partir dos aspectos políticos, físico-espaciais, infraestruturais, econômicos e ambientais que determinarão sua evolução. Instrumento simultaneamente técnico e político, constitui-se em uma efetiva intervenção na realidade de um determinado território no sentido de criar, junto às direções da universidade, da FUNECE e da comunidade acadêmica, condições para o exercício de uma administração planejada. Trata-se, portanto, de um instrumento que deverá indicar caminhos e não apenas atuar como ordenador espacial de atividades, captando inclusive as ações de âmbito regional e/ou nacional que tenham repercussões sobre as atividades acadêmicas e sobre o espaço que as abriga.

Para efeito do PDCI é necessário o fornecimento de documentos e informações técnicas pela administração superior, de maneira a subsidiar a tomada de decisões político-administrativas e a implementação destas mesmas. Significa também que a elaboração do PDCI deve ser um momento de mobilização e articulação das forças vivas da universidade em prol do desenvolvimento sustentável físico-ambiental do *campus*, o que requer, necessariamente, a criação de canais de comunicação sistemática entre os diversos setores da administração e o corpo acadêmico.

A concepção do PDCI como instrumento técnico e político implica em uma estreita relação dele com a programação de investimentos da FUNECE e com a sua capacitação

para executá-la. Nesse sentido, considera-se que o diagnóstico e as diretrizes definidas no PDCl deverão embasar propostas de projetos considerados estruturantes não apenas do ponto de vista físico-territorial e ambiental, como também do ponto de vista da organização e do desempenho institucional da universidade, ou seja, de gestão dos recursos e infraestrutura física do *campus*. Por outro lado, como a dimensão legal está imbricada na técnica e na política, é necessário transformar em instrumentos legais as intervenções preconizadas no PDCl, de modo a garantir a sua compatibilidade com o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza – PDP/FOR.

10.7 Plano de Gestão Ambiental dos Campi

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, parágrafo 3º, estabelece que: *As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.* Isso significa que a gestão inadequada de resíduos pode levar seus responsáveis ao pagamento de multas e outras sanções (prisão, por exemplo) e administrativas. Além disso, o dano causado ao meio ambiente, como poluição de corpos hídricos, contaminação de lençol freático e danos à saúde, devem ser reparados pelos responsáveis pelos resíduos. A reparação do dano, na maioria dos casos, é muito mais complicada tecnicamente e envolve muito mais recursos financeiros do que a prevenção, isto é, do que os investimentos técnico-financeiros para a gestão adequada de resíduos.

Considerando que a UECE é signatária da Carta de Niterói, um documento no qual algumas instituições de ensino superior do Brasil se comprometem, em fórum interno, a desenvolver processos de gestão sustentável dos *campi* universitários, cabe aos atuais gestores incentivar a implantação e a institucionalização de programa de gerenciamento de resíduos.

Com efeito, a Administração Superior da UECE criou, em março de 2009, a Comissão de Gerenciamento de Resíduos Químicos – CGRQ cuja missão contempla a conscientização e sensibilização da comunidade sobre a necessidade do gerenciamento dos resíduos gerados nas diversas atividades, particularmente nos laboratórios de ensino e de pesquisa.

Dentre os objetivos desta Comissão está a capacitação de alunos, professores, pesquisadores e técnicos quanto ao gerenciamento de resíduos, inicialmente, químicos, gerados nos laboratórios da UECE, além da conscientização sobre as consequências ambientais da inadequada disposição final de resíduos químicos inorgânicos e orgânicos e ainda a proposição de mecanismos seguros de passivação e disposição final dos resíduos.

Nesse processo há como meta inicial, a oferta de cursos e palestras como mecanismos de conscientização da comunidade universitária e usuários e a consolidação de um programa amplo que inclua não apenas o gerenciamento dos resíduos químicos gerados nos laboratórios do *campus* do Itaperi, mas também dos demais laboratórios dos diversos *campi*, e os resíduos de natureza biológica e hospitalar.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos – PGR é um documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características,

no âmbito dos estabelecimentos, privilegiando os aspectos referentes a geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, bem como a proteção à saúde pública. Trata-se de um documento que pretende definir a Política da Gestão Ambiental da UECE, baseando-se nos princípios da não geração e da minimização da geração de resíduos, que apontam e descrevem as ações relativas ao seu manejo, buscando minimizar a geração de resíduos na fonte, adequar a segregação na origem, controlar e reduzir riscos ao meio ambiente e assegurar o correto manuseio e disposição final, em conformidade com a legislação vigente.

Dimensão 11 – Capacidade e Sustentabilidade Financeira

11.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

Vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – SECITECE, como Fundação Pública, a FUNECE tem suas receitas provenientes do Tesouro Estadual, bem como de recursos diretamente arrecadados, e Convênios com Órgãos Federais.

Os valores financeiros, relativas a despesas efetivamente empenhadas, incluindo os anos 2010, 2011, 2012 e 2013 estão discriminados no Quadro 25.

Quadro 25 – Despesas efetivamente empenhadas por categoria e natureza econômica, no período de 2010 - 2013

TIPO	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Pessoal	119.124.337,24	81,38	125.341.803,60	80,65	148.414.674,63	82,84	161.628.098,65	83,57
Custeio de Manutenção	8.417.300,30	5,75	7.572.076,13	4,87	7.548.025,24	4,21	7.678.765,27	3,97
Custeio Finalístico	3.879.501,00	2,65	9.392.631,52	6,04	11.691.227,02	6,53	13.646.060,75	7,06
MAPP Gestão	0,0	0	0,0	0	0,0	0	750.163,87	0,39
Custeio Convênios Federais	2.820.032,17	1,93	2.894.582,40	1,86	4.584.545,35	2,56	3.911.982,41	2,02
MAPP / Investimento	12.146.816,84	8,30	10.216.099,88	6,57	6.912.696,71	3,86	5.785.768,41	2,99
TOTAL	146.387.987,55	100,0	155.417.193,53	100,0	179.151.168,95	100	193.400.839,36	100,0

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Quadro 26 – Consolidação das Despesas efetivamente empenhadas, no período de 2010 - 2013

TIPO	2010 - 2013	%
Pessoal	554.508.914,12	82,25
Custeio de Manutenção	31.216.166,94	4,62
Custeio Finalístico	38.609.420,29	5,72
MAPP Gestão	750.163,87	0,11
Custeio Convênios Federais	14.211.142,33	2,10
MAPP / Investimento	35.061.381,84	5,20
TOTAL	674.357.189,39	100,0

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

A principal fonte de recursos da FUNECE é o Tesouro Estadual. Analisando os valores dos Quadros 25 e 26, observa-se a grande dependência, ano a ano, dos recursos provenientes do Tesouro Estadual, com um crescimento ascendente até 2013, perfazendo este comprometimento em torno de 97% e outras fontes menos de 3%.

Vinculado aos recursos provenientes do Tesouro Estadual, nota-se que as despesas com pessoal correspondiam a 81,38% em 2010, crescendo para 83,57% em 2013.

Ante os dados apresentados, faz-se necessária a expansão de recursos provenientes de outras fontes, criando-se assim novas fontes alternativas de recursos, principalmente na área de investimento (capital).

11.2 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução

O agregado das ações orçamentárias referentes ao Ensino, Pesquisa e Extensão é composto por ações associadas às atividades específicas conforme apresentado no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD. Destacam-se também nesse Quadro as ações de custeio e manutenção da Instituição, bem como os programas de investimentos do exercício financeiro.

Princípios Básicos de Gestão Responsável:

1) Ordenamento Jurídico-Institucional do Planejamento Orçamentário:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000;
- Lei das Finanças Públicas – Lei Federal nº 4.320/64
- Lei das Licitações – Lei Federal nº 8.666/93

2) Responsabilidade Fiscal e Prudência

- Planejar Gastos – prevenir gastos imoderados e reiterados;
- Controlar o endividamento;
- Manter o equilíbrio entre as aspirações da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo.

3) Participação e Transparência

- Os recursos não pertencem ao Governo, mas à Sociedade;
- Participação da Sociedade no planejamento de governo;
- Transparência na elaboração e divulgação dos orçamentos e da contabilidade.

4) Planejamento das Ações de Governo

- Planejar para solucionar problemas e aproveitar oportunidades;
- Convergir prioridades com o planejamento federal e estadual;
- Definir metas físicas e resultados. Ex: resultado – alterar índices indesejáveis de educação. Meta – gerar vagas, capacitar professores;
- Avaliar se os índices desejados foram atingidos.

Anualmente a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG realiza, em conjunto com todas as secretarias estaduais setoriais e suas respectivas vinculadas, à revisão do PPA, bem como a elaboração da LOA de acordo com as Normas e diretrizes da LDO e a previsão de receitas futuras estipuladas pela Secretaria da Fazenda Estadual – SEFAZ.

O Ciclo orçamentário é descrito, em síntese, conforme abaixo:

PPA → LDO → LOA → MAPP → GPR

PPA – Plano Plurianual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAPP – Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários

GPR – Gestão Pública por Resultados

Classificação da Ação Orçamentária

Na elaboração da peça orçamentária, bem como na classificação e alocação das receitas e despesas, deverão ser tomados os cuidados específicos quanto aos enquadramentos, conforme abaixo descrito.

5) Gastos Administrativos Continuados

Gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão e que não geram nenhum dos bens ou serviços sob a sua responsabilidade. Ex: Locação de pessoal (limpeza, vigilância etc.), serviços de reprografia, água luz e telefone para a sede e unidades do Órgão.

6) Gastos Correntes Administrativos Não Continuados

Despesas de natureza administrativa de caráter eventual. Ex: consultorias, eventos voltados para dentro da Instituição, aquisição de bens de consumo e serviços para realização de treinamentos para a administração do órgão.

7) Investimentos/Inversões Administrativas

Despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis etc., em ações de natureza administrativa que têm como finalidade a melhoria das condições de trabalho das áreas administrativas.

8) Investimentos/Inversões Finalísticas

Despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, aumento de capital de empresas públicas etc, em ações que ofereçam produtos ou serviços à sociedade. Ex: construção de estradas, hospitais, escolas, aquisição de equipamentos.

9) Receitas e Despesas

Receita Pública – Recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobrados nas categorias econômicas de correntes e de capital.

Receitas Correntes – Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. São exemplos, as receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm, por isso, de ser elaborados todos os anos. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes.

Receitas de Capital – Receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado a longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como as transferência de capital.

Despesa Pública – Pode ser entendida como a soma dos gastos ou inversões de recursos pelo Estado com vistas ao atendimento das necessidades coletivas (econômicas e sociais) e ao cumprimento das responsabilidades institucionais do setor público. Na acepção orçamentária, corresponde à despesa realizada com base na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais regularmente abertos. Conforme estabelece a Lei nº 4.320/64, a despesa orçamentária deve ser discriminada, pelo menos, segundo três estruturas classificatórias: institucional ou organizacional (por órgãos e unidades orçamentárias), funcional programática (por funções, subfunções programas e seus detalhamentos) e econômica ou pela natureza de despesa (segundo os tipos de gasto).

Despesas Correntes – As realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos órgãos.

Despesas de Capital – As realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos.

Receitas públicas – situações a serem evitadas:

- Superestimar as receitas, visando a criar orçamentos irrealis;
- Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda;
- Não atender às necessidades de conservação do patrimônio público;
- Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses;
- Conceder benefício administrativo ou fiscal sem observância das formalidades legais.

Toda despesa pública deve estar prevista no Plano Plurianual e na Lei do Orçamento. As obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver previsão de recursos orçamentários.

No planejamento da despesa, o gestor deverá priorizar, nesta ordem:

- Assegurar o pagamento das despesas obrigatórias e continuadas;
- Garantir recursos para a manutenção do patrimônio público;
- Assegurar o funcionamento dos serviços públicos essenciais; e
- Expandir a ação governamental em sintonia com a orientação estratégica do Governo.

11.3 Plano de Investimento Estadual/Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP

As demandas de investimento para os anos futuros, em obras, equipamentos e móveis, entre outros, deverão ser planejadas e informadas pelos diretores das unidades da FUNECE, a fim de que possam ser contemplados no MAPP e, conseqüentemente, no PPA. Para identificar estas informações, levantamentos e consultas deverão ser feitos nas unidades universitárias, com ampla participação das coordenações de cursos e diretorias

de centros e departamentos administrativos. Estas informações deverão ser postas em arquivos com base de dados, para que possam ser utilizados no planejamento anual da Universidade, contemplando-os no MAPP.

Vale ressaltar que valores dos recursos destinados a despesas de capital para os exercícios futuros poderão ser alterados, dependendo das cotas autorizadas pela SEPLAG, conforme previsões de receitas futuras apresentadas pela SEFAZ e das políticas de investimento do Governo do Estado.

11.4 Captação Institucional

Para financiamento de projetos de infraestrutura de pesquisa, objetivando o desenvolvimento institucional integrado da pesquisa, do ensino e da extensão, a UECE tem captado recursos através de vários editais e chamadas públicas, nos últimos dez anos, quando implanta condições mínimas de acesso a editais federais, e, com maior vigor, no último triênio.

Entre as iniciativas assumidas pela PROPGPq, nesse sentido, destacam-se recursos obtidos, no período de 2008 a 2013, a partir da participação da UECE em editais e chamadas públicas da CAPES, do CNPq e da FINEP no CT-INFRA PROINFRA e CT-INFRA ABEUM (Quadro 27).

A UECE vem obtendo nesses dois últimos anos um significativo apoio da CAPES para expansão e qualificação do PIBID e UAB. Sendo que a primeira conta também com financiamento para outros programas do Ministério da Educação (Quadros 28 e 29, respectivamente).

Quadro 27 – Captação de recursos federais por meio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq no período de 2008 a 2013

ANO	CAPES	CNPq	FINEP	TOTAL
2008	1.783.260,00	396.000,00	336.495,00	2.515.755,00
2009	3.153.395,00	396.000,00	5.861.881,00	9.411.276,00
2010	3.786.714,00	695.520,00	5.401.934,00	9.884.168,00
2011	4.546.371,00	804.240,00	2.966.337,00	8.316.948,00
2012	7.296.927,06	1.056.000,00	0,00	8.352.927,06
2013	7.656.601,63	960.000,00	5.920.588,00	14.537.189,63
TOTAL	28.223.268,69	4.307.760,00	20.487.235,00	53.018.263,69

Quadro 28 – Captação de recursos federais por meio da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD no período de 2007 a 2013

ANO	LIFE	PARFOR	PET	PET/SAÚDE	PIBID	PLI	PNT	TOTAL
2010	1.783.260,00	75.000,00	345.600,00	-	1.013.340,00	-	-	1.433.940,00
2011	3.153.395,00	-	403.200,00	-	1.599.120,00	-	-	2.002.320,00
2012	3.786.714,00	-	403.200,00	-	2.303.520,00	281.230,60	188.439,13	3.376.389,73
2013	4.546.371,00	30.000,00	403.200,00	631.356,12	2.303.520,00	624.039,36	-	4.417.590,72
TOTAL	7.296.927,06	105.000,00	1.555.200,00	631.356,12	7.219.500,00	905.269,96	188.439,13	11.230.240,45

Quadro 29 – Captação de recursos federais do Sistema UAB/UECE por meio da Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE, no período 2009 a 2013

ANO	CONVÊNIOS	BOLSAS	TOTAL
2009-2011	5.760.532,90	6.216.535,00	11.977.067,90
2012	3.870.000,00	4.800.000,00	8.670.000,00
2013	2.986.609,46	3.605.940,00	6.592.549,46
TOTAL	12.617.142,36	14.622.475,00	27.239.617,36

11.5 Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE – IEPRO

O Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará – IEPRO é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que atua no Ceará desde 1995. Sua missão, é contribuir para o desenvolvimento técnico-científico e o aumento da produtividade da UECE, por meio de parcerias nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, e também no âmbito privado do Ceará e da Região Nordeste.

Ao longo dos seus 19 anos, o IEPRO faz a gestão financeira de projetos da UECE e procura prestar serviços de qualidade e eficiência para seus clientes e parceiros, facilitando a aproximação entre a Universidade e a Sociedade, atuando em quatro áreas: Pesquisa, Extensão, Consultoria e Desenvolvimento de Recursos Humanos. Esta atuação é feita aproveitando a multidisciplinaridade, o volume de competências técnicas e a qualidade dos profissionais que compõem o quadro de professores e pesquisadores da UECE.

Em relação à pesquisa, o IEPRO colabora com o desenvolvimento de trabalhos que privilegiam áreas distintas, entre as quais se destacam Educação, Saúde Pública, Geografia, Sociologia, Política, Economia, Arquitetura, Gestão Pública, Administração de Empresas, Tecnologia da Informação, Energias Renováveis, Veterinária e Zootecnia, dentre outras.

Na área de Desenvolvimento de Recursos Humanos, o IEPRO atua dentro das organizações, oferecendo serviços que vão desde o planejamento de cursos de especialização e gestão de programas assistenciais até a formação empreendedora e a capacitação gerencial. O desenvolvimento de recursos humanos realiza, dentre as quais se destacam: Desenvolvimento gerencial e técnico para os setores público e privado; Elaboração de diagnóstico das necessidades de capacitação; Capacitação de colaboradores operativos; Formação empreendedora; Formação política e gerencial para lideranças e gestores públicos.

Em consultoria, o IEPRO oferece apoio para análise, planejamento e diagnóstico, que proporcionem suporte em funções determinantes para a tomada de decisão nas empresas e no serviço público, com uma diversidade de prestação de serviços, destacando-se: Análise organizacional; Análise e avaliação de empresas estatais e privadas; Análise econômico-financeira de empresa; Diagnóstico para a qualidade e competitividade empresarial; Elaboração de Plano Diretor de Informática; Elaboração de planos de auditoria contábil, financeira e de recursos humanos; Estudos para implantação de contratos de gestão no setor público; Estudos técnicos nas áreas de produção, marketing, finanças, logística e recursos humanos, dentre outras.

Bibliografia

- CURY, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.35, n. 124, p. 1132, jan.-abr. 2005.
- FIALHO, N. H. **Universidade multicampi**: modalidade organizacional, especialidade e funcionamento. 2000. 394 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Estatuto e Regimento Geral**. Fortaleza, CE: Gráfica Nacional, 2002. 67 p.
- MARTINS FILHO, A. **Três anos de FUNEDUCE**: subsídios para a história da Universidade. Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 1979.
- MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem, inovações com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- SAMPAIO, J. J. C.; SOARES, H. S. O. **Plano de Gestão 2012-2016**: Ousadia e Transformação. 2012. 48 p.
- SAMPAIO, J. J. C.; SOARES, H. S. O. **Plano Bianual de Gestão 2012-2016**: Ousadia e Transformação. 2013. 48 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração** – Modalidade a Distância. 2006. 104 p. mimeo.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **UECE em números**. Fortaleza: Editora da UECE, 2012. 14 p. mimeo.
- VIANA, M. N. P. **A Ouvidoria do CREA-Ceará e o sistema CONFEA-CREA**. 57 f. Monografia (Especialização em Gestão de Ouvidoria) – Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, Fortaleza, 2007.

ANEXOS

Anexo A – Projetos do Plano de Gestão 2012-2016

Eixo 1 – Valorização de Pessoal

Nº	Natureza dos Projetos
1.1	Implantar serviços de saúde para estudantes, professores e servidores técnicos.
1.2	Implementar ações que promovam a acessibilidade de pessoas com deficiência nos campi da UECE, em consonância com as políticas federais estaduais e municipais (linguagem de sinais, braille, elevadores para cadeirantes, etc.).
1.3	Apoiar a aprovação da legislação complementar ao PCCV dos docentes.
1.4	Ampliar o quadro de funcionários da UECE.
1.5	Estabelecer políticas de incentivo à fixação de professores nas unidades da UECE no interior.
1.6	Atualizar estudo das necessidades reais do quadro docente da UECE e propor concursos para professor efetivo, assistente, adjunto e titular com vistas a planejamento de concursos.
1.7	Promover política de incentivo e valorização do professor dos campi do interior.
1.8	Implantar novos equipamentos sociais (novas Empresas Juniores, Creches, Centros de Convivência, Alimentação e de Lazer, etc.).
1.9	Realizar concurso para Cargos de Docência e Técnico-Administrativo
1.10	Revisar o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores técnico-administrativos, apoiando sua aprovação.
1.11	Fortalecer a política de formação.
1.12	Criar e implantar projeto estratégico para a valorização e desenvolvimento de pessoas (revitalização da DICADE), com as seguintes atribuições: - Elaborar e implementar programa de formação do servidor técnico-administrativo; - Prover os cargos comissionados através de processo que defina o perfil de seus ocupantes; - Desenvolver projeto de segurança, higiene e medicina do trabalho com funcionários da UECE, conforme as normas da ABNT; - Elaborar e Implantar programas de formação de pessoal.
1.13	Fortalecer o Núcleo de Apoio Psicossocial para a comunidade Ueceana (estudantes e servidores).
1.14	Definir perfil para o preenchimento dos cargos comissionados.
1.15	Promover o fortalecimento do programa de intercâmbio internacional de professores e técnicos.
1.16	Negociar a equiparação salarial do professor substituto com o do professor efetivo.

Eixo 2 – Integração da Universidade com o Governo e a Sociedade

Nº	Natureza dos Projetos
2.1	Desenvolver e apoiar atividades esportivas, culturais e artísticas em todos os Campi e retomar os Jogos Universitários anuais
2.2	Expandir as iniciativas de preparação dos alunos de ensino médio das escolas públicas para acesso à Universidade.
2.3	Apoiar as ações pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais que tratam do destino de recursos para a educação.
2.4	Consolidar científica, tecnológica e academicamente o papel da UECE como agente transformador social.
2.5	Estreitar a relação da UECE com as escolas de ensino fundamental e médio, através de convênios com as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, com vistas à melhoria das condições de formação de alunos das licenciaturas, dos professores e alunos das Escolas Públicas.
2.6	Fortalecer a integração da UECE com as IES cearenses.
2.7	Desenvolver ações que promovam a integração dos Campi da UECE com a realidade de cada região.
2.8	Instalar balcão central de informações sobre a UECE.
2.9	Estabelecer parcerias visando à ampliação das oportunidades de estágios curriculares e extracurriculares.
2.10	Instituir fóruns sistemáticos de discussão de temas relacionados ao processo de ingresso na universidade (cotas, modalidade de ingresso, etc.).
2.11	Realizar estudo para a ampliação das bolsas de estudo e pesquisa científica e revisar seus valores.

2.12	Criar programa de qualificação dos bolsistas.
2.13	Ampliar a oferta dos cursos de idiomas para toda a UECE.
2.14	Fortalecer a interação universidade x empresas.
2.15	Implantar projeto de reflorestamento do Ceará.
2.16	Implantar “Projeto Bem Estar: atenção à saúde dos estudantes com terapias alternativas” para alunos da UECE.
2.17	Ofertar cursos de formação das equipes de técnicos e de gestores que trabalharão no programa de disseminação da metodologia de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.
2.18	Desenvolver projeto voltado para a afirmação da identidade étno-racial no Ceará.
2.19	Capacitar a Incubaece nas dimensões organizacional, institucional e de infraestrutura.
2.20	Avaliar e incrementar o projeto do parque tecnológico.
2.21	Firmar parcerias com as Secretarias Especiais da Copa e Secretarias de Turismo (Estado e Município de Fortaleza), visando à capacitação de agentes da Copa.
2.22	Qualificar pessoas da comunidade circunvizinha.
2.23	Promover a cooperação SUL-SUL (latino-americanos, africanos, etc.).
2.24	Implantar o Condomínio Digital.
2.25	Implantar escolas de varejo.
2.26	Implantar museu.

EIXO 3 – Autonomia Universitária

Nº	Natureza dos Projetos
3.1	Aprofundar o debate sobre autonomia universitária para proposição de Projeto de Lei de Autonomia Acadêmica, Administrativa e de Gestão Financeira da UECE.

EIXO 4 – Excelência Acadêmica

Nº	Natureza dos Projetos
4.1	Definir estratégias para controlar a evasão de estudantes da graduação.
4.2	Promover atualização dos currículos (PPCs).
4.3	Promover a capacitação e elaborar manual de orientações para coordenadores e secretários de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, presenciais e a distância.
4.4	Aperfeiçoar a Avaliação Acadêmica Institucional, ampliando a participação da comunidade universitária.
4.5	Fortalecer o uso das novas tecnologias educacionais nos cursos da UECE.
4.6	Implantar serviço de tradução/revisão de artigos científicos.
4.7	Assessorar as Coordenações de Cursos de Graduação na elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso, acompanhando sua tramitação no Conselho Estadual de Educação.
4.8	Implantar o prato universitário subsidiado nos Campi do interior.
4.9	Definir e implementar ações de apoio à política de EAD.
4.10	Estabelecer política de mobilidade acadêmica de alunos e professores entre os campi da UECE e entre IES estaduais.
4.11	Criar editais específicos para a seleção de professores visitantes nas unidades do interior.
4.12	Fortalecer a política de propriedade intelectual.
4.13	Fomentar a criação de Cursos de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o Ceará.
4.13	Avaliar, normatizar e qualificar a oferta de cursos de graduação à distância.
4.15	Criar incentivos à participação de docentes em eventos de natureza técnico-científica.

4.16	Ampliar e renovar o acervo literário, mediático, impresso e criar videoteca nas bibliotecas.
4.17	Definir uma política de Especialização/Mestrados Profissionais, voltada para o mercado de trabalho.
4.18	Estudar a viabilidade de implantação de novos cursos (Licenciaturas e Bacharelados) nos campi do interior.
4.19	Informatizar o sistema de notas e Diário de Classe.
4.20	Rever os Projetos Pedagógicos da licenciatura (Fortalecer a licenciatura e contribuir para o cumprimento de seu papel efetivo de formação de docentes qualificados para EF/EM).
4.21	Rever os projetos pedagógicos dos Cursos de Bacharelado (alinhamento/aderência com a PG e aumento da competitividade do egresso para o mercado de trabalho).
4.22	Reorientar o perfil da graduação da UECE para as atuais e novas formações (turismo, hotelaria, gastronomia, agroecologia, terapia ocupacional, artes cênicas, arqueologia etc).
4.23	Estudar a viabilidade de implantar cursos de extensão na área de Línguas Estrangeiras nos Campi do interior.
4.24	Implantar projeto de tutoramento na graduação (incluindo a aproximação entre as grades curriculares presencial e à distância).

EIXO 5 – Democratização e Modernização da Gestão

Nº	Natureza dos Projetos
5.1	Elaborar e implantar um plano de segurança para os Campi da UECE.
5.2	Institucionalizar a criação do Núcleo de Gestão e Operacionalização do SIAP e do Núcleo de Acompanhamento de Convênios e de Prestação de Contas.
5.3	Implantar novo Sistema de controle acadêmico para os Cursos de Pós-Graduação (Stricto e Lato Sensu), incluindo as necessidades das unidades do interior.
5.4	Redimensionar a Ouvidoria, garantindo autonomia e capacidade operativa, para atender às demandas dos públicos interno e externo.
5.5	Construir mecanismos de integração entre diferentes setores da universidade com aporte da Tecnologia de Informação. (Integrado à proposta de criação da controladoria).
5.6	Definir sistema de controle de prazos de contratação de professores substitutos e/ou efetivos para coincidir com o início de cada semestre letivo.
5.7	Modernizar e implantar um sistema de controle para a frota de veículos da UECE. (módulos rastreadores).
5.8	Coordenar, acompanhar e avaliar a implementação do Plano de Gestão 2012-2016.
5.9	Definir perfil para servidores terceirizados para orientar a seleção das empresas contratadas.
5.10	Modernizar o sistema de comunicação interna inter e intra Campi da UECE.
5.11	Atualizar a estrutura organizacional do sistema FUNECE/UECE.
5.12	Fomentar o uso dos sistemas de controle e de informação existentes (inclusive para facilitar a comunicação interna).
5.13	Criar normas de procedimentos, de autorização e acompanhamento de obras nos Campi.
5.14	Construir o Portal da Transparência do sistema FUNECE/UECE. (Lei de acesso à informação).
5.15	Criar a estrutura organizacional do Núcleo de Pesquisa e Avaliação Institucional – NUPAI.
5.16	Revisar o Regimento das Câmaras de Pesquisa Científica de Ensino Lato Sensu e de Ensino Stricto Sensu.
5.17	Revisar as Resoluções no 710 (Fluxo de Processos) e no 805 (Afastamento para pós-doutorado).
5.18	Criar um núcleo de gestão financeira local.
5.19	Criar comissão estatutária, com representação de todos os segmentos da UECE para atualizar os Estatutos da FUNECE e da UECE e o Regimento Geral da UECE.
5.20	Redimensionar as necessidades de custeio de manutenção e finalístico dos Campi.
5.21	Atualizar o Plano Diretor da UECE.
5.22	Implantar o Plano de Desenvolvimento Institucional da UECE.
5.23	Conceber e implantar o Orçamento Democrático da UECE.

5.24	Dimensionar as reais necessidades de custeio e manutenção da UECE para posterior negociação de ampliação junto ao governo, de modo planejado.
5.25	Elaborar estratégias que visem à captação de recursos em nível local, estadual, regional, nacional e internacional.
5.26	Articular o Plano de Desenvolvimento Institucional com as macro-políticas dos governos federal, estadual e municipal das áreas de abrangência dos campi e polos UAB de atuação da UECE.
5.27	Implementar a transparência administrativa, orçamentária e financeira dos recursos da UECE, administrados por entidades privadas sem fins lucrativos.
5.28	Criar uma estrutura administrativa para apoio a projetos financiados por agências de fomento.
5.29	Propor e implantar uma política de comunicação, interna e externa, reorientando-a para o uso intensivo de todas as mídias e das redes sociais.
5.30	Promover a descentralização orçamentária do custeio para os centros e faculdades da capital e do interior.
5.31	Criar e atualizar permanentemente normas acadêmico-administrativas da graduação presencial e à distância.
5.32	Promover a Integração entre os diversos cursos da graduação e, destes, com a pós-graduação e a extensão universitária.
5.33	Aperfeiçoar as instâncias de decisão coletiva do sistema FUNECE/UECE, fortalecendo os princípios democráticos nos Colegiados de Cursos, nos Conselhos de Centros, Faculdades e Instituto, no CEPE, no CONSU e no Conselho Diretor.
5.34	Redefinir o modelo de gestão de contratos.
5.35	Normatizar o processo de arquivamento de documentos.
5.36	Viabilizar, sistematizar e organizar os documentos e afins para a construção da memória institucional.
5.37	Incentivar informativos setoriais (blogs, sites, jornais etc.)
5.38	Acompanhar a frequência dos professores.
5.39	Informatizar os históricos dos alunos da UECE.
5.40	Ampliar e organizar o controle acadêmico e arquivo permanente.

EIXO 6 – Sustentabilidade Ambiental

Nº	Natureza dos Projetos
6.1	Normatizar e fiscalizar a comercialização de alimentos nos Campi da UECE.
6.2	Adaptar os Campi da UECE às normas de sustentabilidade ecológica (lixo, água, energia, etc.).
6.3	Redimensionar o sangradouro da barragem do açude da UECE no Campus do Itaperi.
6.4	Recuperar e reativar os poços profundos do Campus do Itaperi.
6.5	Reurbanizar o entorno e revitalizar a lagoa do Campus do Itaperi.
6.6	Elaborar e executar Plano Sanitário de monitoramento dos animais em situação de abandono nos Campi da UECE

EIXO 7 – Adequação da Infraestrutura

Nº	Natureza dos Projetos
7.1	Concluir as obras abaixo: - NUPEINSC (Núcleo de Pesquisa e Inovação em Saúde Coletiva) - CCLIN (Centro Interdisciplinar Cidade, Cultura e Linguagem) - Hospital Veterinário (instalações e urbanização) - Bloco "S" da Química - Complexo Poliesportivo (equipamentos e urbanização) - Prédio do DI - Muro de entorno do Campus do Itaperi - Intervenção nas áreas de estacionamento e áreas de entorno dos blocos
7.2	Criar restaurantes nos Campi do interior e de Fátima.

7.3	Dar continuidade ao Projeto de Acessibilidade no Campus do Itaperi e implantá-lo nos demais Campi, incluindo nas exigências relativas às pessoas com deficiência (linguagem de sinais, Braille, rampas e elevadores para cadeirantes etc).
7.4	Elaborar plano de atendimento às necessidades estruturais dos Campi da capital e interior, inclusive quanto a laboratórios.
7.5	Redimensionar a distribuição de energia elétrica de alta e baixa tensão e o balanceamento das redes.
7.6	Ampliar o acesso à internet nos Campi da UECE.
7.7	Elaborar plano de atendimento das necessidades de veículos, móveis e equipamentos no Itaperi, Fátima e nos Campi do interior.
7.8	Expandir a capacidade da Central Telefônica do Campus do Itaperi.
7.9	Implantar a área de convivência do Campus do Itaperi, conforme Plano Diretor (cantinas, reprografia, comércio fixo, etc.)
7.10	Implantar sinalização horizontal e vertical nos Campi da UECE.
7.11	Apoiar a construção, implantação, funcionamento e manutenção do Biotério na UECE e do ISCB.
7.12	Elaborar plano de atendimento às necessidades de redes de informação e softwares.
7.13	Promover estudos para a implantação de residências universitárias em Campi do interior.
7.14	Construir seis blocos previstos no Plano Diretor no Campus do Itaperi para atender à demanda de todos os centros e administração da UECE. (especificar pela demanda das outras áreas).
7.15	Criar espaço adequado para o setor de almoxarifado.
7.16	Melhorar o acesso de veículos ao Campus do Itaperi.
7.17	Criar sistemas de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos específicos em áreas prioritárias. (Ex.: Laboratório de ensino e pesquisa, Biotério, Imprensa Universitária, Hospital Veterinário, Restaurante Universitário, etc.).
7.18	Melhorar a acústica do auditório Paulo Petrola.
7.19	Transferir, de modo pactuado, unidades acadêmicas do Centro de Humanidades para o Campus do Itaperi, redefinindo o uso do Campus de Fátima.

EIXO 8 – Financiamento

Nº	Natureza dos Projetos
8.1	Elaborar estratégias que visem ao incremento da captação de recursos em nível nacional e Internacional para a graduação, pós-graduação e para o financiamento dos projetos sociais e de negócio.

ANEXO B – Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* Presenciais e a Distância da UECE

Cursos *Lato Sensu* – Presencial

Nº	CURSO
1.	Residência Multiprofissional em Saúde Mental
2.	Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade

Cursos *Lato Sensu* – A Distância

Nº	Curso de Aperfeiçoamento/Especialização
1.	Ensino de Matemática no Ensino Superior
2.	Gestão e Avaliação de Instituições de Ensino Superior
3.	Ciências – Anos Finais do Ensino Fundamental
4.	Ensino de Língua Inglesa
5.	Educação Física na Educação Básica

Nº	APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO
1.	Abordagem do Texto Literário
2.	Acupuntura
3.	Administração Universitária
4.	Administração da Educação
5.	Administração de Recursos Humanos
6.	Administração de Recursos Naturais
7.	Administração de Sistemas para Internet
8.	Administração e Direção Escolar
9.	Administração em Serviços de Enfermagem
10.	Administração Escolar – Supervisão e Orientação Educacional
11.	Administração Estratégica de Segurança Empresarial
12.	Administração Financeira
13.	Administração Hospitalar e Gestão da Qualidade Sistemas de Saúde
14.	Administração: Gerência
15.	Alfabetização
16.	Alfabetização de Crianças
17.	Alfabetização de Jovens e Adultos
18.	Ambientes Litorâneos
19.	Análise do Conto Brasileiro
20.	Análise do Conto Contemporâneo
21.	Análise Matemática
22.	Arte – Educação
23.	Artes Marciais, Esportes de Combate e Lutas
24.	Atendimento Integral ao Adolescente
25.	Atividade Física e Qualidade de Vida na Terceira Idade
26.	Atividade Física na Escola Básica
27.	Atividade Física: Aspectos Fisiológicos, Patológicos e Farmacológicos
28.	Auditoria
29.	Auditoria e Perícia
30.	Auditoria em Saúde Pública
31.	Auditoria em Saúde
32.	Automação Industrial
33.	Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem
34.	Avaliação Educacional
35.	Avaliação Psicológica
36.	Avicultura
37.	Banco de Dados
38.	Bioquímica e Biologia Molecular Aplicada a Área da Saúde
39.	Biosegurança em Saúde
40.	Ciência da Religião: O Fenômeno Religioso
41.	Ciência de Alimentos
42.	Ciências Fisiológicas

43.	Ciências - Anos Finais do Ensino Fundamental
44.	Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais
45.	Computação Aplicada na Área de Informática Educativa
46.	Comunidades Virtuais de Aprendizagem – Informática na Educação
47.	Concentração em Desenvolvimento de Sistemas de Internet I
48.	Consultoria em Mudança Organizacional
49.	Consultoria Interna de Recursos Humanos
50.	Contabilidade Decisória, Orçamento e Custo
51.	Controladoria
52.	Cuidados Paliativos
53.	Descrição do Português
54.	Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido
55.	Didática
56.	Direito Ambiental
57.	Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional
58.	Direito de Família, Registro Público e Sucessões
59.	Direito Empresarial
60.	Direito Empresarial (Gestão Empresarial: Enfoque Jurídico)
61.	Direito Penal e Direito Processual Penal
62.	Direito Privado
63.	Direito Processual Civil
64.	Direito Processual Civil do Consumidor
65.	Direito Sanitário e Saúde Pública
66.	Direito Tributário
67.	Docência do Ensino Superior
68.	Docência em Saúde
69.	Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
70.	Economia da Saúde
71.	Economia e Filosofia no Pensamento Contemporâneo
72.	Ecoturismo
73.	Educação à Distância
74.	Educação Ambiental
75.	Educação Biocêntrica: a Pedagogia do Encontro
76.	Educação Brasileira
77.	Educação e Prevenção da Dependência Química
78.	Educação em Matemática
79.	Educação Emocional e Ecologia Humana
80.	Educação Especial
81.	Educação Especial-Deficiência Mental: Uma Perspectiva Inclusiva
82.	Educação Física Escolar
83.	Educação Inclusiva
84.	Educação Infantil
85.	Educação Musical

86.	Educação e Permacultura para Sustentabilidades nas Unidades de Conservação
87.	Educação de Jovens e Adultos voltado a População do Campo
88.	Educação de Jovens e Adultos voltado para as Pessoas com Deficiência
89.	Educação de Jovens e Adultos voltado a População Urbana: Processo de Aprendizagem e Gestão
90.	Educação para Recuperação de Dependentes Químicos
91.	Educação para Vida: o Renascimento do Parto
92.	Educação Popular em Saúde
93.	Educação Pré-Escolar
94.	Educação Profissional
95.	Educação, Ciência e Ética na Humanização do Meio Ambiente
96.	Elaboração de Manual de Boas Práticas de Produção na Área de Alimentação
97.	Endodontia
98.	Enfermagem Cardiovascular
99.	Enfermagem em Cardiologia
100.	Enfermagem Clínica: aspectos farmacológicos e patológicos do cuidar
101.	Enfermagem de Gestão de Bloco Cirúrgico
102.	Enfermagem do Trabalho
103.	Enfermagem em Centro de Terapia Intensiva
104.	Enfermagem em Emergências
105.	Enfermagem em Estomaterapia
106.	Enfermagem em Nefrologia
107.	Enfermagem em Tratamento Traumatológico-Ortopedia
108.	Enfermagem Médico-Cirúrgica
109.	Enfermagem Obstétrica
110.	Enfermagem Pediátrica
111.	Enfermagem Pediátrica Neonatológica
112.	Enfermagem Psiquiátrica
113.	Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental
114.	Engenharia de Software com Ênfase em Padrões de Software
115.	Ensino da Língua Portuguesa
116.	Ensino de Ciências Biológicas
117.	Ensino de Física
118.	Ensino de Geografia
119.	Ensino de Línguas Estrangeiras
120.	Ensino de Literatura no 2º grau
121.	Ensino de Matemática
122.	Ensino de Química
123.	Epidemiologia
124.	Epidemiologia das Doenças Infecciosas
125.	Engenharia de Produção com Ênfase de Processos Industriais
126.	Estratégica e Gestão Empresarial
127.	Estratégia e Gestão Empresarial

128.	Estrutura da Língua Portuguesa
129.	Estudos Literários
130.	Ética Aplicada: Bioética
131.	Farmacologia Clínica
132.	Família no Contexto Sócio Jurídico
133.	Farmacologia Aplicada a Enfermagem
134.	Filosofia da Arte
135.	Filosofia da Educação
136.	Filosofia e Economia Política no Pensamento Contemporâneo
137.	Filosofia Moderna do Direito
138.	Filosofia Política
139.	Filosofia Social e Política
140.	Filosofia: Lógica de Hegel
141.	Finanças Corporativas
142.	Física Avançada
143.	Fisiologia do Exercício Físico
144.	Fonoaudiologia em Saúde Pública
145.	Formação de Formadores
146.	Formação de Tradutores
147.	Formação Técnica em Serviço Público
148.	Fundamentos de Arte-Educação
149.	Geografia
150.	Geografia: Análise Ambiental Urbana
151.	Geografia: Educação Ambiental
152.	Geografia: O Espaço Urbano
153.	Geografia: Urbanização Brasileira
154.	Geoprocessamento Aplicado à Análise Ambiental e Recursos Hídricos
155.	Gerência Bancária
156.	Gerência de Marketing
157.	Gerência de Recursos Humanos
158.	Gerência Estratégica
159.	Gerência Geral
160.	Gerontologia Social
161.	Gestão Agro-industrial
162.	Gestão Bancária
163.	Gestão Contra Sinistros
164.	Gestão da Qualidade em Serviços de Alimentação
165.	Gestão de Cidades e Projetos Sociais
166.	Gestão de Cooperativas
167.	Gestão de Negócios do Esporte
168.	Gestão de Pessoas
169.	Gestão de Políticas Fiscais
170.	Gestão de Produtos e Serviços Culturais

171.	Gestão de Projetos
172.	Gestão de Projetos de Pesquisa em Saúde
173.	Gestão Pedagógica na Escola Básica
174.	Gestão de Saneamento Básico e Recursos Naturais
175.	Gestão de Unidades Educativas
176.	Gestão do Sistema Único de Saúde
177.	Gestão Tática de Políticas de Segurança Pública
178.	Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
179.	Gestão Educacional
180.	Gestão em Segurança Penitenciária
181.	Gestão em Segurança Pública
182.	Gestão Empresarial para Pequenos Negócios
183.	Gestão Escolar
184.	Gestão Estratégica de Concessionárias de Veículos Automotores
185.	Gestão Estratégica de Turismo Sustentável
186.	Gestão Estratégica de Varejo
187.	Gestão Estratégica nas Organizações do Terceiro Setor
188.	Gestão Estratégica de Políticas de Segurança Pública
189.	Gestão de Escolas e de Sistemas Educacionais
190.	Gestão Municipal da Educação
191.	Gestão nas Empresas de Construção Civil
192.	Gestão Pedagógica na Escola Básica
193.	Gestão Pública: Recursos Humanos
194.	Gestão Pública – Desenvolvimento Técnico
195.	Gestão Pública – Gerência Operacional
196.	Gestão Pública – Média Gerência
197.	Gestão Pública – Nível Estratégico
198.	Gestão Tática de Políticas de Segurança Pública
199.	Gestão Tecnológica da Informação
200.	Gestão Tributária
201.	Gestão Universitária
202.	Gestão, Auditoria e Perícia em Sistemas de Saúde
203.	Gestão da Escola e de Sistemas Educacionais
204.	Gestão Educacional
205.	História
206.	História das Ideias Políticas
207.	História do Ceará: Temas, Fontes e Metodologia
208.	História e Historiografia do Brasil
209.	Humanização da Atenção a Saúde
210.	Implantodontia
211.	Informática
212.	Informática Educativa
213.	Informática na Educação

214.	Inovação Tecnológica
215.	Jornalismo Esportivo
216.	Lazer e Recreação: Métodos e Técnicas de Aplicação nas Artes, Turismo e Educação Física
217.	Língua Francesa
218.	Língua Portuguesa
219.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
220.	Línguas Estrangeiras - Inglês
221.	Literatura Brasileira do Século XIX e XX
222.	Literatura Brasileira no Ensino de 2º Grau
223.	Literatura e Formação do Leitor
224.	Manejo Integrado de Zonas Costeiras Tropicais
225.	Marketing Político Eleitoral
226.	Matemática e Ensino
227.	Matemática Superior
228.	Meio Ambiente: uma visão interdisciplinar
229.	Metodologia da Pesquisa Social
230.	Metodologia do Ensino da Geografia
231.	Metodologia do Ensino da História
232.	Metodologia do Ensino da Química
233.	Metodologia do Ensino das Artes
234.	Metodologia do Ensino de 1º Grau
235.	Metodologia do Ensino de Artes
236.	Metodologia do Ensino de Ciências
237.	Metodologia do Ensino de Geografia
238.	Metodologia do Ensino Fundamental
239.	Metodologia do Ensino Fundamental e Médio
240.	Metodologia do Ensino Superior
241.	Metodologia do Serviço Social
242.	Metodologia do Trabalho Científico
243.	Metodologias para o Ensino da Língua Portuguesa
244.	Métodos de Otimização
245.	Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica e Sociológica
246.	Métodos e Técnicas de Alfabetização de Crianças
247.	Métodos e Técnicas em Pesquisa em Filosofia da Cultura
248.	Métodos Estatísticos para Gestão Empresarial
249.	Música
250.	Música Antiga
251.	Negócios Internacionais
252.	Nutrição Clínica
253.	Nutrição Clínica e Metabolismo
254.	Nutrição Clínica na Infância
255.	Nutrição e Exercício Físico
256.	Nutrição em Saúde Pública

257.	Nutrição Humana
258.	Nutrição Materno-Infantil
259.	Nutrição e Exercício Físico
260.	O Conto Moderno da Língua Inglesa
261.	Odontologia Legal
262.	O Ensino da Língua Portuguesa
263.	O Ensino da Literatura Brasileira
264.	O Serviço Social e as Novas Determinações do Mundo do Trabalho
265.	O Teatro Moderno da Língua Inglesa
266.	Odontologia em Saúde Coletiva
267.	Organização de Eventos
268.	Ortodontia
269.	Ortopedia Funcional dos Maxilares
270.	Otimização Industrial
271.	Ouvidoria
272.	Pedagogia nas Organizações
273.	Perícia Contábil
274.	Personal Training: Avaliação e Prescrição de Treinamento Personalizado
275.	Perspectivas e Abordagens em História
276.	Pesquisa Científica
277.	Pesquisa Científica no Campo Social
278.	Planejamento e Formulação de Políticas Educativas
279.	Planejamento e Gestão Ambiental
280.	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas
281.	Planejamento e Gestão do Sistema Único de Assistência Social
282.	Planejamento e Gestão Educacional
283.	Planejamento Econômico e Social a Nível Governamental
284.	Planejamento em Saúde Pública
285.	Política Social
286.	Políticas e Relações do Trabalho
287.	Prevenção contra as Drogas e AIDS
288.	Previsão Climática Regional
289.	Processo Decisório nas Empresas
290.	Produção e Reprodução de Aves Domésticas e Silvestres
291.	Produção e Reprodução de Pequenos Ruminantes
292.	Prótese Dentária
293.	Psicodrama Terapêutico e Pedagógico
294.	Psicologia Organizacional e do Trabalho
295.	Psicomotricidade
296.	Psicomotricidade numa Abordagem Clínica e Educacional
297.	Psicopedagogia
298.	Psicopedagogia Clínica e Institucional
299.	Qualidade em Prestação de Serviços

300.	Qualificação de Equipes Gestoras de Sistemas e Serviços de Saúde
301.	Química
302.	Redes de Computadores
303.	Romance Francês e Inglês no Século XIX
304.	Saúde da Criança
305.	Saúde da Criança e do Adolescente
306.	Saúde da Família
307.	Saúde da Família e Comunidade
308.	Saúde do Idoso
309.	Saúde Mental
310.	Saúde Mental Coletiva
311.	Saúde Pública
312.	Segurança Alimentar e Nutricional
313.	Segurança Microbiológica de Alimentos
314.	Segurança em Redes de Computadores
315.	Semiótica Aplicada à Literatura e Áreas Afins
316.	Serviço Social e Saúde da Família
317.	Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais
318.	Serviço Social, Trabalho e Ética Profissional
319.	Sociologia
320.	Socionomia
321.	Socionomia para Otimização das Competências Profissionais
322.	Sofrimento Psíquico na Contemporaneidade
323.	Tecnologia da Extração e Beneficiamento de Rochas Ornamentais
324.	Teoria e Pesquisa em História
325.	Teoria e Prática do Serviço Social
326.	Teoria Geral do Direito
327.	Terapia Intensiva
328.	Terapias Tradicionais Chinesas
329.	Tratamento e Recuperação da Desnutrição Grave
330.	Transplante de Órgãos
331.	Treinamento Esportivo
332.	Turismo e Meio ambiente
333.	Uma Leitura de Textos Críticos da História Literária Brasileira
334.	Vigilância Sanitária de Alimentos
335.	Yoga e Educação Integral

Anexo C – Acervo das Bibliotecas dos Campi da Universidade Estadual do Ceará (2013)
Acervo da Biblioteca Central Prof. Antonio Martins Filho (Itaperi, Fortaleza)

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS		CD ROM	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	3.068	6.263	134	219
Ciências Biológicas	12.874	21.586	52	76
Engenharia/Tecnologia	504	868	16	20
Ciências da Saúde	2.581	5.525	61	80
Ciências Agrárias	967	1.652	15	17
Ciências Sociais e Aplicadas	8.635	15.931	195	228
Ciências Humanas	15.798	26.919	199	238
Linguística, Letras e Artes	6.245	9.203	152	226
Interdisciplinar	0	0	0	0
TOTAL	50.672	87.947	824	939

ÁREA DO CONHECIMENTO	DVD		VHS (FITAS)	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	3	4	6	11
Ciências Biológicas	2	2	4	34
Engenharia / Tecnologia	0	0	4	9
Ciências da Saúde	4	9	10	10
Ciências Agrárias	2	3	2	13
Ciências Sociais e Aplicadas	11	41	10	22
Ciências Humanas	49	67	29	86
Linguística, Letras e Artes	31	55	39	61
Interdisciplinar	0	0	0	0
TOTAL	102	181	104	234

ÁREA DO CONHECIMENTO	MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	2.466	2.466
Ciências Biológicas	3.744	3.744
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	4.570	4.570
Ciências Agrárias	3.544	3.544
Ciências Sociais e Aplicadas	7.681	7.681
Ciências Humanas	4.713	4.713
Linguística, Letras e Artes	520	520
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	27.238	27.238

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS	PERIÓDICOS INTERNACIONAIS
	Títulos	Títulos
Ciências Exatas e da Terra	47	24
Ciências Biológicas	19	21
Engenharia / Tecnologia	23	0
Ciências da Saúde	196	97
Ciências Agrárias	94	52
Ciências Sociais e Aplicadas	197	15
Ciências Humanas	280	60
Linguística, Letras e Artes	30	22
Interdisciplinar	244	41
TOTAL	1.130	332

Acervo da Biblioteca Setorial do Centro de Humanidades (Campus de Fátima, Fortaleza)

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	189	241
Ciências Biológicas	204	280
Engenharia/Tecnologia	128	178
Ciências da Saúde	4	4
Ciências Agrárias	8	10
Ciências Sociais e Aplicadas	1.171	1.830
Ciências Humanas	4.568	7.437
Linguística, Letras e Artes	5.248	7.465
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	11.520	17.445

ÁREA DO CONHECIMENTO	MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	0	0
Ciências Biológicas	0	0
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	0	0
Ciências Agrárias	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	530	530
Ciências Humanas	1.309	1.309
Linguística, Letras e Artes	0	0
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	1.839	1.839

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS	PERIÓDICOS INTERNACIONAIS
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	0	4
Ciências Biológicas	0	0
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	7	0
Ciências Agrárias	5	0
Ciências Sociais e Aplicadas	17	3
Ciências Humanas	1.642	0
Linguística, Letras e Artes	866	14
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	2.537	21

Acervo da Biblioteca Misael Alves de Sousa – FAFIDAM (Limoeiro do Norte, Ceará)

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS		CD ROM	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	1.462	3.068	8	19
Ciências Biológicas	380	560	21	26
Engenharia/Tecnologia	6	9	0	0
Ciências da Saúde	103	128	0	0
Ciências Agrárias	233	161	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	969	2.162	0	0
Ciências Humanas	3.058	7.183	0	0
Linguística, Letras e Artes	2.278	3.081	0	0
Interdisciplinar	0	0	10	43
TOTAL	8.489	16.352	39	88

ÁREA DO CONHECIMENTO	DVD		VHS (FITAS)	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	5	8	39	39
Ciências Biológicas	2	5	0	0
Engenharia / Tecnologia	0	0	0	0
Ciências da Saúde	3	3	2	8
Ciências Agrárias	0	0	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0	0	0
Ciências Humanas	0	0	8	8
Linguística, Letras e Artes	26	28	0	0
Interdisciplinar	0	0	5	5
TOTAL	36	44	54	60

ÁREA DO CONHECIMENTO	MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	203	203
Ciências Biológicas	138	138
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	0	0
Ciências Agrárias	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0
Ciências Humanas	304	304
Linguística, Letras e Artes	232	232
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	877	877

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS	PERIÓDICOS INTERNACIONAIS
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	323	119
Ciências Biológicas	124	60
Engenharia / Tecnologia	24	9
Ciências da Saúde	224	3
Ciências Agrárias	8	5
Ciências Sociais e Aplicadas	92	0
Ciências Humanas	560	63
Linguística, Letras e Artes	186	220
Interdisciplinar	100	0
TOTAL	1.641	479

Acervo da Biblioteca Raquel de Queiróz – FECLESC (Quixadá, Ceará)

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS		CD ROM	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	1.598	2.845	8	8
Ciências Biológicas	585	700	1	1
Engenharia/Tecnologia	144	175	0	0
Ciências da Saúde	149	186	1	1
Ciências Agrárias	507	580	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	950	1.388	10	11
Ciências Humanas	6.551	9.550	12	167
Linguística, Letras e Artes	4.297	5.272	5	21
Interdisciplinar	0	0	0	0
TOTAL	14.781	20.696	37	209

ÁREA DO CONHECIMENTO	DVD		VHS (FITAS)	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	0	0	0	0
Ciências Biológicas	0	0	13	13
Engenharia / Tecnologia	0	0	0	0
Ciências da Saúde	0	0	0	0
Ciências Agrárias	0	0	5	5
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0	2	2
Ciências Humanas	9	77	12	34
Linguística, Letras e Artes	0	0	0	0
Interdisciplinar	0	0	0	0
TOTAL	9	77	32	54

ÁREA DO CONHECIMENTO	MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	0	0
Ciências Biológicas	0	0
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	0	0
Ciências Agrárias	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0
Ciências Humanas	1.520	1.520
Linguística, Letras e Artes	145	145
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	1.665	1.665

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS
	Títulos
Ciências Exatas e da Terra	10
Ciências Biológicas	39
Engenharia / Tecnologia	0
Ciências da Saúde	52
Ciências Agrárias	88
Ciências Sociais e Aplicadas	581
Ciências Humanas	3.793
Linguística, Letras e Artes	310
Interdisciplinar	0
TOTAL	4.873

Acervo da Biblioteca Humberto Teixeira – FECLI (Iguatu, Ceará)

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS		CD ROM	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	212	1.000	0	0
Ciências Biológicas	44	120	10	10
Engenharia/Tecnologia	0	0	0	0
Ciências da Saúde	0	0	0	0
Ciências Agrárias	0	0	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	159	281	2	2
Ciências Humanas	1.688	2.818	67	67
Linguística, Letras e Artes	1.347	2.142	36	36
Interdisciplinar	0	0	0	0
TOTAL	3.450	6.361	115	115

ÁREA DO CONHECIMENTO	DVD		VHS (FITAS)	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	11	11	0	0
Ciências Biológicas	3	3	0	0
Engenharia / Tecnologia	0	0	0	0
Ciências da Saúde	0	0	0	0
Ciências Agrárias	0	0	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0	0	0
Ciências Humanas	30	30	1	1
Linguística, Letras e Artes	0	0	6	6
Interdisciplinar	0	0	0	0
TOTAL	44	44	7	7

ÁREA DO CONHECIMENTO	MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	0	0
Ciências Exatas e da Terra	188	188
Ciências Biológicas	99	99
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	0	0
Ciências Agrárias	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	98	98
Ciências Humanas	0	0
Linguística, Letras e Artes	850	850
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	1.235	1.235

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS
	Títulos
Ciências Exatas e da Terra	46
Ciências Biológicas	0
Engenharia / Tecnologia	0
Ciências da Saúde	9
Ciências Agrárias	0
Ciências Sociais e Aplicadas	1
Ciências Humanas	141
Linguística, Letras e Artes	34
Interdisciplinar	0
TOTAL	231

**Acervo da Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação de Crateús – FAEC
(Crateús, Ceará)**

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS		CD ROM	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	214	428	18	0
Ciências Biológicas	248	377	22	0
Engenharia/Tecnologia	0	0	0	0
Ciências da Saúde	15	15	0	0
Ciências Agrárias	0	0	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	291	412	0	0
Ciências Humanas	3.736	5.528	42	0
Linguística, Letras e Artes	938	1.113	0	0
Interdisciplinar	0	0	0	0
TOTAL	5.442	7.873	82	0

ÁREA DO CONHECIMENTO	VHS (FITAS)	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	3	0
Ciências Biológicas	2	0
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	0	0
Ciências Agrárias	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0
Ciências Humanas	231	0
Linguística, Letras e Artes	2	0
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	238	0

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS
	Títulos
Ciências Exatas e da Terra	69
Ciências Biológicas	6
Engenharia / Tecnologia	0
Ciências da Saúde	0
Ciências Agrárias	0
Ciências Sociais e Aplicadas	21
Ciências Humanas	513
Linguística, Letras e Artes	0
Interdisciplinar	0
TOTAL	609

Acervo da Biblioteca Paulo Petrola – FACEDI (Itapipoca, Ceará)

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS		CD ROM	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	264	884	0	0
Ciências Biológicas	132	426	0	0
Engenharia/Tecnologia	0	0	0	0
Ciências da Saúde	23	42	0	0
Ciências Agrárias	4	8	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	767	1.012	1	1
Ciências Humanas	2.743	5.460	0	0
Linguística, Letras e Artes	430	544	0	0
Interdisciplinar	88	304	3	3
TOTAL	4.451	8.680	4	4

ÁREA DO CONHECIMENTO	DVD	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	0	0
Ciências Biológicas	0	0
Engenharia / Tecnologia	0	0
Ciências da Saúde	0	0
Ciências Agrárias	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0
Ciências Humanas	4	4
Linguística, Letras e Artes	0	0
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	4	4

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS	PERIÓDICOS INTERNACIONAIS
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	36	0
Ciências Biológicas	8	0
Engenharia / Tecnologia	15	0
Ciências da Saúde	24	2
Ciências Agrárias	22	0
Ciências Sociais e Aplicadas	82	1
Ciências Humanas	198	1
Linguística, Letras e Artes	5	0
Interdisciplinar	67	0
TOTAL	457	4

Acervo da Biblioteca Setorial do CECITEC – (Tauá, Ceará)

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS	
	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	242	453
Ciências Biológicas	49	115
Engenharia/Tecnologia	45	49
Ciências da Saúde	38	54
Ciências Agrárias	25	27
Ciências Sociais e Aplicadas	63	75
Ciências Humanas	216	295
Linguística, Letras e Artes	674	871
Interdisciplinar	0	0
TOTAL	1.352	1.939

ÁREA DO CONHECIMENTO	PERIÓDICOS NACIONAIS
	Títulos
Ciências Exatas e da Terra	0
Ciências Biológicas	0
Engenharia / Tecnologia	0
Ciências da Saúde	0
Ciências Agrárias	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0
Ciências Humanas	13
Linguística, Letras e Artes	0
Interdisciplinar	0
TOTAL	13

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (Período 2012-2016), da Universidade Estadual do Ceará – UECE, foi elaborado pela Administração Superior – Gestão 2012-2016, que formulou propostas gerenciais em projeto institucional ampliado e complementado como parte de um processo coletivo de discussões, realizado com os integrantes da comunidade universitária, com base no Plano de Gestão aprovado por ocasião das eleições desse Grupo Gestor.

Neste documento são explicitadas as Metas Institucionais a serem atingidas pela UECE, as quais se articulam em torno de objetivos institucionais e buscam envolver, de forma crítica e comprometida, o maior número possível de participantes da sociedade cearense.

A comunidade ueceana pretende que essa Instituição seja capaz de desenvolver seu PDI 2012-2016 por meio de um planejamento democrático, contínuo e integrado, culturalmente incorporado ao cotidiano, de modo a desenvolver o máximo de sua competência técnica e formal, com a mais destacada competência social.